



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

SILVILENE CONCEIÇÃO P. RIBEIRO ARAÚJO

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PRESIDENTE
SARNEY-MARANHÃO: Avanços e Desafios na Construção de
uma Educação Inclusiva

Orientador

Mariana Grazina Cortez

Lisboa, outubro de 2025



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PRESIDENTE SARNEY-
MARANHÃO: Avanços e Desafios na Construção de uma Educação
Inclusiva**

Silvilene Conceição P. Ribeiro Araújo

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação João de Deus com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica: POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PRESIDENTE SARNEY: Avanços e Desafios na Construção de uma Educação Inclusiva, sob a orientação da Professora Doutora Mariana Grazina Cortez

Lisboa, outubro de 2025

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PRESIDENTE SARNEY-
MARANHÃO: Avanços e Desafios na Construção de uma Educação
Inclusiva**

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação João de Deus, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica.

COMISSÃO JULGADORA:

Lisboa, outubro de 2025

Dedicatória

Dedido esse trabalho a minha família,
(pai - *in memoriam*, mãe, marido e filho)

A prefeita Valéria Castro, por ajudar-me
a realizar um grande sonho!

Agradecimentos

Gratidão a Deus em primeiro lugar

Ao meu pai, *in memoriam*, que sempre me apoiou

A minha mãe que me apoia até hoje

Ao meu marido que suporta as minhas ausências para que eu estude

Ao meu filho que sempre entendeu quando eu estava estudando

A minha cunhada Patrícia Azevedo por me dar todo apoio na reta final

Aos meus professores

Aos colegas Mestres que sempre me ajudaram

Epígrafe

“Há que deixar as pessoas serem como são.
Vivendo em suas diferenças e a partir de seus
próprios pressupostos culturais”

(José Saramago)

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os avanços e desafios na implementação da Política de Educação Especial no município de Presidente Sarney – MA, com foco na efetividade das ações inclusivas voltadas aos estudantes com deficiência. A investigação, de natureza qualitativa e quantitativa, utilizou a triangulação metodológica para consolidar os dados obtidos por meio de entrevistas com gestores e pais de alunos, aplicação de questionários aos professores da rede pública municipal e observações sistemáticas em salas de aula de diferentes escolas urbanas e rurais. Os resultados revelam que, embora haja esforços por parte da gestão escolar e municipal para promover a inclusão, ainda persistem desafios estruturais, pedagógicos e de formação docente. A infraestrutura física das escolas apresenta avanços significativos, especialmente em acessibilidade, com a presença de rampas, banheiros adaptados e espaços climatizados, mas a oferta de materiais didáticos acessíveis e o suporte de profissionais especializados (como intérpretes de Libras e psicopedagogos) ainda são limitados. A formação dos professores é apontada como insuficiente por mais da metade dos docentes entrevistados, o que compromete a qualidade da prática pedagógica voltada à inclusão. Os pais, por sua vez, expressam sentimentos ambivalentes: enquanto alguns reconhecem melhorias na socialização, autonomia e participação dos filhos com deficiência, outros relatam exclusão, ausência de atendimento especializado e falta de participação familiar no processo educativo. As observações em sala de aula corroboram a percepção de que, embora exista interação entre alunos com e sem deficiência e boas intenções pedagógicas por parte dos professores, a inclusão ainda ocorre de forma desigual e dependente do engajamento individual dos profissionais. A pesquisa conclui que a Política de Educação Especial em Presidente Sarney apresenta avanços importantes, mas carece de maior articulação intergovernamental, investimento contínuo em formação docente, ampliação de recursos adaptados e envolvimento mais efetivo das famílias. Recomenda-se, para investigações futuras, estudos comparativos entre municípios da mesma região, com foco na análise longitudinal da efetividade das políticas públicas inclusivas.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão Escolar; Políticas Públicas; Formação Docente; Acessibilidade.

Abstract

The present research aims to analyze the advances and challenges in the implementation of the Special Education Policy in the municipality of Presidente Sarney – MA, focusing on the effectiveness of inclusive actions directed at students with disabilities. The investigation, of both qualitative and quantitative nature, employed methodological triangulation to consolidate data obtained through interviews with school administrators and parents, questionnaires applied to teachers from the municipal public school system, and systematic classroom observations in various urban and rural schools. The results reveal that although there are efforts from school and municipal management to promote inclusion, structural, pedagogical, and teacher training challenges still persist. The physical infrastructure of schools shows significant progress, especially in terms of accessibility, with the presence of ramps, adapted restrooms, and climatecontrolled spaces. However, the availability of accessible teaching materials and support from specialized professionals (such as sign language interpreters and educational psychologists) remains limited. More than half of the teachers interviewed indicated that their training is insufficient, which compromises the quality of inclusive pedagogical practices. Parents, in turn, express ambivalent feelings: while some recognize improvements in the socialization, autonomy, and participation of their children with disabilities, others report exclusion, lack of specialized care, and limited family involvement in the educational process. Classroom observations confirm the perception that, although there is interaction between students with and without disabilities and good pedagogical intentions on the part of teachers, inclusion still occurs unequally and depends heavily on individual teacher engagement. The research concludes that the Special Education Policy in Presidente Sarney has shown important progress, but still lacks stronger intergovernmental coordination, continuous investment in teacher training, expansion of adapted resources, and more effective family involvement. For future research, it is recommended to conduct comparative studies between municipalities in the same region, focusing on a longitudinal analysis of the effectiveness of inclusive public policies.

Keywords: Special Education; School Inclusion; Public Policies; Teacher Training; Accessibility.

Lista de abreviaturas e siglas

AEE	Atendimento Educacional Especializado
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPMA	Ministério Público do Estado do Maranhão
NAD	Núcleos de Atendimento a Deficiência
PEE	Plano Estadual de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação

Lista de Figuras

Figura 1. Voce recebeu formação específica para atender alunos com deficiência?.....	97
Figura 2. Quais são as principais dificuldades enfrentadas na inclusão de alunos com deficiência em sala de aula?.....	99
Figura 3. Como você avalia os recursos e infraestrutura disponíveis em sua escola para garantir a inclusão dos alunos com deficiência?.....	101
Figura 4. De que forma a equipe gestora da escola apoia os professores na inclusão dos alunos com deficiência?.....	102
Figura 5. Os alunos sem deficiência demonstram engajamento e respeito na convivência com colegas com deficiência?.....	104
Figura 6. Como você avalia a articulação das políticas públicas municipais e estaduais na implementação da educação especial em sua escola?.....	105
Figura 7. Na sua opinião, quais medidas são mais urgentes para melhorar a educação especial em sua escola?.....	107
Figura 8. Você tem suporte de profissionais especializados (intérprete de libras, psicopedagogos, terapeutas, auxiliares) para auxiliar na inclusão dos alunos com deficiência?.....	108
Figura 9. Com que frequência você adapta atividades e materiais didáticos para atender melhor os alunos com deficiência?.....	110
Figura 10. Você acredita que a inclusão de alunos com deficiência nas turmas regulares contribui para o desenvolvimento deles e dos demais estudantes?.....	111

Lista de Tabelas

Tabela 1. Distribuição da amostra.....	58
Tabela 2. Análise das Respostas dos Diretores Escolares sobre a Implementação da Política de Educação Especial.....	69
Tabela 3. Desafios da Inclusão de Alunos com Deficiência nas Escolas Públicas de Presidente SarneyMA.....	71
Tabela 4. Recursos e Infraestrutura para Educação Inclusiva em Escolas de Presidente Sarney-MA.....	72

Tabela 5. Formação Docente e Estratégias de Capacitação para Educação Inclusiva em Presidente Sarney-MA.....	74
Tabela 6. Participação da Família e da Comunidade na Inclusão Educacional em Presidente SarneyMA.....	75
Tabela 7. Articulação entre Políticas Públicas e a Realidade da Educação Especial nas Escolas de Presidente Sarney-MA.....	77
Tabela 8. Estratégias Sugeridas para Melhorar a Educação Especial nas Escolas de Presidente SarneyMA.....	79
Tabela 9. Percepção dos Pais sobre a Inclusão Escolar e os Efeitos da Política de Educação Especial.....	82
Tabela 10. Desafios de Acesso à Educação e Avaliação da Estrutura Escolar por Pais de Alunos com Deficiência.....	84
Tabela 11. Percepção dos Pais sobre a Qualidade do Atendimento e Possíveis Melhorias.....	86
Tabela 12. Avaliação dos Recursos Disponíveis na Escola para a Inclusão e Necessidades Identificadas pelos Pais.....	87
Tabela 13. Avaliação dos Pais sobre o Papel dos Professores e a Formação para Educação Especial.....	89
Tabela 14. Participação dos Pais e Envolvimento da Família no Processo de Inclusão Escolar.....	91
Tabela 15. Sugestões dos Pais para Melhoria da Política de Educação Especial.....	93

Sumário

Dedicatória	4
Agradecimentos	5
Epígrafe	6
Resumo	7
Abstract	8
Lista de abreviaturas e siglas	9
PARTE I	15
INTRODUÇÃO	15
Contexto introdutório	15
Justificativa da pesquisa	17

Motivação do estudo	18
Contextualização do problema e indagações da pesquisa	19
Objetivos	21
Estrutura da pesquisa	22
PARTE II.....	25
REVISÃO DA LITERATURA.....	25
CAPÍTULO 1	25
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL, NO MARANHÃO E EM PRESIDENTE SARNEY	25
1.1 Evolução da Educação Especial no Brasil	25
1.2 Educação Especial no Maranhão: Cenário e Desafios	26
1.3 Educação Especial em Presidente Sarney-MA: Contexto Atual	29
1.4 O Papel das Políticas Públicas na Garantia da Educação Inclusiva	31
CAPÍTULO 2.	33
INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	33
2.1 Infraestrutura Escolar e Acessibilidade.....	33
2.2 Formação Docente para o Atendimento da Educação Especial	35
2.3 Recursos e Materiais Didáticos para a Inclusão	37
2.4 Desafios na Implementação de uma Escola Realmente Inclusiva	39
CAPÍTULO 3.	42
FAMÍLIA, COMUNIDADE E POLÍTICAS DE APOIO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	42
3.1 O Papel da Família na Educação de Alunos com Deficiência	42
3.2 A Comunidade e a Construção de uma Escola Inclusiva	44
3.3 Políticas de Apoio e Serviços de Atendimento à Educação Especial	46

3.4 Propostas e Recomendações para uma Educação Inclusiva de Qualidade	49
PARTE III	54
ESTUDOS EMPÍRICOS	54
CAPÍTULO 4.	54
MÉTODOLOGIA DA PESQUISA	54
4.1 Introdução da metodologia	54
4.2 Local de Investigação	55
4.3 Sujeitos Investigados	56
4.4 Instrumentos de Recolha de Dados	57
4.4.1 Amostras da pesquisa	58
4.5 Instrumentos da Análise de Dados	59
4.7 Ética da Pesquisa Científica	60
4.8 Principais desafios da pesquisa	62
CAPÍTULO 5.	66
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
5.1 Contexto introdutório dos resultados encontrados e dicursões	66
5.2 Resultados e análises das observações em sala de aula	66
5.3 Resultados e análise das entrevistas com gestores escolares	68
5.3.1 Análise geral dos gestores escolares voltadas aos objetivos da pesquisa	80
5.4 Resultados e análise das entrevistas com pais de alunos	81
5.4.1 Análise geral dos pais de alunos voltadas aos objetivos da pesquisa	95
5.5 Resultados e análise dos resultados dos questionários aplicados com os professores	97
5.5.1 Análise geral dos professores voltadas aos objetivos da pesquisa	113
5.6 Triângulação dos dados e análise geral	115
CAPÍTULO 6.	117
APRESENTAÇÃO DA CONCLUSÃO FINAL E FUTURAS INVESTIGAÇÕES	117
6.1 Conclusão final	117
Referências	120
APÊNDICE A	128
ENTREVISTAS COM OS GESTORES ESCOLARES	128
APÊNDICE B	129
ENTREVISTAS COM OS PAIS DE ALUNOS	129
APÊNDICE C	130
QUESTIONÁRIO APLICADOS COM PROFESSORES	130
APÊNDICE D	132
QUESTIONÁRIO PARA OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA	132
APÊNDICE E	134
Termo de Consentimento da escola	134

APÊNDICE F 135
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 135

INTRODUÇÃO

Contexto introdutório

A política de Educação Especial no Brasil tem passado por um processo de evolução contínua, marcado por desafios e avanços significativos, especialmente no que se refere às proposições conceituais adotadas. Este movimento reflete um esforço crescente para garantir o direito à educação de qualidade para todos, independentemente de suas condições ou necessidades específicas (Landim et al., 2024).

A construção de uma educação inclusiva em nosso contexto brasileiro ganhou maior visibilidade e força a partir da década de 1990, quando reformas estruturais na educação básica foram implementadas, com ênfase particular no ensino fundamental. Essas reformas buscaram atender à crescente demanda por inclusão social e educacional, promovendo uma educação que não apenas reconhecesse, mas valorizasse as diferenças e potencialidades de cada aluno (Rosa et al., 2024).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008, foi um marco fundamental nesse processo, estabelecendo diretrizes e ações voltadas para integrar os alunos com necessidades educacionais especiais ao ensino regular, em um ambiente que promova igualdade e respeito às suas especificidades (Brasil, 2008). Essa política reflete um compromisso com os princípios da equidade e da justiça social, representando um avanço significativo na construção de uma educação para todos.

Com a democratização do acesso e a ampliação da inclusão, tornou-se imperativo transformar o sistema educacional para atender às múltiplas demandas de uma comunidade escolar cada vez mais diversa, contemplando, em especial, o público-alvo da educação especial. Esse movimento reflete um esforço em direção à equidade, garantindo que as necessidades individuais dos alunos sejam respeitadas e atendidas em ambientes educacionais comuns. Desde o final da década de 1980, a classe comum tem sido considerada o lócus prioritário para a inclusão desses alunos, promovendo interações sociais enriquecedoras e a construção de um espaço que valoriza a diversidade como um recurso pedagógico. A inclusão na classe comum também é vista como um mecanismo para romper barreiras atitudinais e culturais que historicamente segregaram os alunos com necessidades educacionais específicas.

A partir de 2008, esse compromisso foi formalizado e ampliado com a criação de diversas diretrizes e documentos legais, que não apenas reforçaram a matrícula obrigatória de alunos da educação especial em classes regulares, mas também estabeleceram parâmetros claros para a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o

desenvolvimento de currículos adaptados e a formação continuada dos profissionais da educação. Esses avanços buscam consolidar a educação inclusiva como um direito garantido e como uma estratégia essencial para a promoção da equidade educacional (Brasil, 2008; Santos, 2020). Contudo, ainda há desafios significativos a serem enfrentados, como a formação inadequada de professores e a insuficiência de recursos materiais e pedagógicos, que comprometem a implementação plena dessas políticas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI/08) representou um marco ao se opor ao atendimento educacional especializado substitutivo, promovendo o acesso, a participação e a aprendizagem do público-alvo da educação especial nas escolas regulares. O atendimento educacional especializado passou a ser ofertado em todas as etapas da educação básica, de forma a complementar ou suplementar a formação dos alunos, no turno inverso da classe comum (Brasil, 2008).

Essa proposta, definida como "inclusão total", foi amplamente defendida no cenário educacional americano e adotada no Brasil. Mendes (2006, p. 47), explica que a inclusão total visa "[...] a participação em tempo integral na classe comum apropriada à idade, para todos os estudantes, a despeito do quão extensivas fossem suas limitações".

O Decreto n.º 6.571, de 17 de setembro de 2008, fortaleceu essa política ao regulamentar o financiamento do atendimento educacional especializado apenas para os alunos matriculados na classe comum. Este decreto permitiu o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular que recebiam esse atendimento, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular (Brasil, 2008). A Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009, reforçou o caráter não substitutivo do atendimento educacional especializado, condicionando seu financiamento à matrícula no ensino regular (Brasil, 2009; Alves & Aguilar, 2018)

Em 2011, o Decreto n.º 7.611 revogou o Decreto n.º 6.571/08, permitindo a destinação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB a serviços de educação especial oferecidos por instituições sem fins lucrativos e escolas especializadas, ampliando as possibilidades de atendimento (Brasil, 2011).

Desde 2018, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) iniciou mudanças na política de 2008. Em 2020, foi publicado o Decreto Federal n.º 10.502, que instituiu a nova Política Nacional de Educação Especial, denominada Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, retomando a possibilidade de espaços segregados de ensino, como escolas e classes especiais (Brasil, 2020; Santos & Moreira, 2021; Vaz & Brasil, 2023).

Diante desse cenário, a implementação dessas políticas representa um desafio para os municípios brasileiros. Assim, este projeto de pesquisa busca analisar a implementação da política de educação especial no município de Presidente Sarney, no Estado do Maranhão, no período de 2020 a 2024. A investigação visa compreender como o município ajustou sua política local às diretrizes da PNEE-EI/08 e como pretende atender ao Decreto n.º 10.502, comparando-o com os demais documentos orientadores emanados pelo governo federal. A pesquisa será de cunho qualitativo, com análise documental das legislações vigentes e documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação, com foco na adequação das práticas inclusivas.

Justificativa da pesquisa

Este projeto de pesquisa justifica-se inicialmente diante do contexto de que as políticas públicas são ações complexas, invisíveis, em constante modificação e transformação. Como ressalta Palumbo (1994, p. 35), “a política é um processo, uma série histórica de interações, ações e comportamentos de muitos participantes”. Na visão do autor, a proposta política não pode ser observada, tocada ou sentida. Ball (1998) complementa essa perspectiva, propondo que as políticas devem ser analisadas em termos de seus impactos nas relações e interações com as desigualdades existentes. Os efeitos dessas políticas se tornam evidentes quando observamos as mudanças e as respostas específicas no contexto prático.

Considerando o fato de ser conduzido em um município de pequeno porte, Presidente Sarney, no estado do Maranhão, onde a implementação da política de educação especial enfrenta desafios particulares. Analisar essa implementação no contexto local é essencial, pois a realidade dos pequenos municípios muitas vezes difere dos grandes centros em termos de infraestrutura, recursos humanos e adequação das políticas públicas. Embora o município não implemente a totalidade da política de Educação Especial, é importante ressaltar as conquistas e esforços já realizados pela gestão local. Isso inclui adaptações feitas para atender o público-alvo da educação especial e a busca por maior inclusão, mesmo com as limitações existentes.

O interesse em conduzir esta pesquisa surgiu a partir da minha atuação profissional como professora e coordenadora do ensino especial no município de Presidente Sarney, onde, por mais de 10 anos, observei de perto as dificuldades enfrentadas no processo de formação básica de alunos atípicos. Durante esse período, constatei que muitos professores apresentam dificuldades em desenvolver as competências necessárias para uma prática pedagógica que

contemple a diversidade dos alunos, reconhecendo suas diferenças individuais, principalmente em relação aos alunos atípicos.

Além disso, devido à complexidade das questões relacionadas à educação especial, persistem dúvidas em relação às principais concepções, conceitos e normativas que orientam essa área do conhecimento. A motivação para este estudo foi também reforçada por minha vivência pessoal, em contato com pais que buscam a inclusão de seus filhos na escola regular, através do cumprimento de uma proposta de educação especial/inclusiva. O convívio diário com essa realidade tem me instigado a buscar respostas para os desafios e inquietações que surgem nessa área.

Motivação do estudo

Venho de uma família com 07 (sete) irmãos, mãe com pouco estudo, mas muita vontade de ver todos os seus filhos progredirem. Meu pai, funcionário público, que viajava muito e deixava a minha mãe no controle de tudo. Tínhamos o essencial materialmente, mas, muito amor, aconchego, carinho, respeito e união. Estudei em escola pública e sempre tive muita vontade de estudar mais, buscar novos e mais conhecimentos, nunca tive medo de sair da minha zona de conforto, não importava a dificuldade, eu enfrentava e ia buscar o conhecimento. Precisei parar de estudar para trabalhar, o que me causou tamanha tristeza, pois sempre desejei saber mais e mais. Anos depois, tive a oportunidade de voltar a estudar, e mais uma vez a alegria fez parte da minha vida acadêmica. Fui aprovada em um concurso para trabalhar em um banco, entrei para área financeira, onde anos depois, após passar pela triste experiência de um assalto, sai sem sentir saudades. Como já era mãe de família, tive que voltar para o mercado de trabalho, e dessa vez foi na área da educação, que diga se de passagem, amo.

A minha motivação profissional enquanto professora do ensino fundamental de escola pública, surgiu, quando fui convidada para trabalhar na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) na cidade de Pinheiro, Maranhão, onde as experiências foram tão interessantes que me dediquei ao estudo das deficiências, principalmente aquelas que eu mais convivia, fazendo cursos, formações, participando de seminários, essa motivação só aumentou, me levando a fazer uma pós graduação em educação especial. Essa motivação, continuou sendo aumentada quando via o empenho dos pais que buscavam a inclusão de um(a) filho(a) na escola regular, através do cumprimento de uma proposta de Educação Especial/Inclusiva. O convívio diário com essa realidade me instigou mais ainda a buscar respostas para as várias inquietações acerca desses desafios. Enquanto me aprofundava nos

estudos, ia me apaixonando ainda mais pelo assunto, tive a oportunidade de trabalhar no Município de Presidente Sarney - Maranhão, onde vi como era feito esse acompanhamento, entendendo que ações estavam precisando ser feitas, atitudes tomadas, pois as crianças não tinham o atendimento, o acompanhamento, o suporte que precisavam e mereciam.

Anos depois, assumi a Coordenação da Educação Especial, nesse mesmo município, onde com a sensibilização da gestora, muitas parcerias foram feitas e várias ações que mudaram o jeito de tratar desses(as) alunos(as). Anos depois, nesse município, surgiu o Programa Internacional de mestrado, com o curso de Especialização em Gestão Pedagógica e Administração Escolar, Mestrado em Ciências da Educação e Supervisão Pedagógica, pela Escola João de Deus de Portugal, com convênio com o Instituto Iluses e a Prefeitura, oportunidade essa que fiquei feliz em estar aproveitando indo em busca de conhecimentos científico sobre o tema, para assim, poder ajudar ainda mais esse público. Como pesquisadora, vejo que o campo de atuação é muito controverso, pois as leis existem e muitas vezes não são cumpridas, por vezes, até por falta do conhecimento, não sabemos onde encontrar, não sabemos para quem cobrar, sigo em busca de esclarecimentos para poder entender como funcionam as Políticas Públicas, onde buscar, como utilizar, como fazer para que os recursos sejam empregados corretamente.

Contextualização do problema e indagações da pesquisa

A Educação Especial no Brasil tem passado por transformações significativas ao longo das últimas décadas, impulsionadas por legislações e diretrizes que visam garantir a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), implementada em 2008, estabeleceu princípios para que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotados tenham acesso ao ensino comum com apoio especializado (Brasil, 2008). No entanto, apesar dos avanços normativos, o país ainda enfrenta desafios na efetivação da educação inclusiva, incluindo a falta de infraestrutura adequada, formação insuficiente de docentes e dificuldades na implementação de recursos de acessibilidade (Mantoan, 2015).

No estado do Maranhão, os dados apontam avanços na Educação Especial, mas também desafios persistentes. Em 2023, o estado registrou aproximadamente 62,5 mil matrículas na Educação Especial, com 97,2% desses alunos inseridos em salas de aula comuns do ensino regular, posicionando o Maranhão entre os estados que mais incluem estudantes com deficiência no ensino regular (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e

Cartográficos [IMESC], 2023). Entretanto, a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ainda é limitada, alcançando apenas 10,3% das escolas maranhenses. Além disso, apenas 7,8% dos docentes que atuam na educação especial possuem formação continuada específica para esse tipo de ensino (IMESC, 2023).

No contexto municipal, Presidente Sarney enfrenta desafios e avanços na implementação de uma Educação Especial inclusiva. Desde 2017, uma das principais iniciativas da gestão municipal foi a criação de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), além da manutenção de tutores para acompanhar estudantes com necessidades específicas em sala de aula (Ministério Público do Estado do Maranhão [MPMA], 2025). Atualmente, o município conta com uma equipe multidisciplinar composta por terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, psicólogos e fisioterapeutas, que realizam atendimentos tanto nas escolas quanto em domicílio. No entanto, ainda há dificuldades, como a necessidade de ampliar a infraestrutura física e capacitar mais professores para lidar com as demandas dos alunos com deficiência. A formação de docentes e a oferta de materiais adaptados são fatores essenciais para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva (MPMA, 2025).

Portanto, a política de Educação especial em Presidente Sarney está inserida em um contexto mais amplo de desafios enfrentados pelo Maranhão e pelo Brasil. Apesar dos avanços, há a necessidade de investir na qualificação dos professores, na ampliação dos serviços de apoio especializado e na melhoria das condições estruturais das escolas para garantir a efetividade da educação inclusiva na região.

Diante da indagação principal da pesquisa busca-se entender: *Qual é o impacto das políticas públicas de educação especial na promoção da inclusão escolar de alunos com deficiência no município de Presidente Sarney?* Como indagações de apoio e complemento:

1. Quais são os principais desafios enfrentados pelas escolas municipais de Presidente Sarney na implementação de uma educação especial inclusiva?
2. De que forma os professores são capacitados para atuar na educação especial e quais são as lacunas nessa formação?
3. Como os recursos pedagógicos e estruturais influenciam na qualidade do ensino oferecido aos alunos com deficiência?
4. Quais são as percepções de alunos, pais e professores sobre a inclusão escolar e os serviços de apoio especializados no município?

Diante das indagações apresentadas, as hipóteses desta pesquisa buscam investigar os possíveis cenários que explicam os avanços e desafios na educação especial em Presidente Sarney. Considerando os desafios estruturais e formativos evidenciados na literatura e nos dados sobre a educação inclusiva, propõem-se as seguintes hipóteses interrogativas:

1. Os desafios enfrentados pelas escolas municipais de Presidente Sarney na implementação da Educação Especial decorrem principalmente da falta de infraestrutura e de recursos especializados?
2. A formação dos professores na rede municipal de ensino é insuficiente para atender adequadamente às necessidades dos alunos com deficiência?
3. A escassez de recursos pedagógicos adaptados e a deficiência na estrutura física das escolas impactam negativamente o processo de inclusão educacional?
4. Os alunos, pais e professores percebem que as ações de inclusão implementadas no município são efetivas para garantir uma educação de qualidade para estudantes com deficiência?

Em resumo, as hipóteses são essenciais para estruturar e conduzir a pesquisa de maneira eficaz, tornando o estudo mais coerente e cientificamente embasado.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar os avanços e desafios na implementação da Política de Educação Especial no município de Presidente Sarney-MA, avaliando sua efetividade na promoção de uma educação inclusiva e identificando estratégias para aprimorar o atendimento aos estudantes com deficiência.

Objetivos Específicos

1. Investigar como a Política de Educação Especial vem sendo implementada nas escolas públicas de Presidente Sarney, identificando avanços e dificuldades na inclusão de alunos com deficiência;
2. Analisar a infraestrutura e os recursos disponíveis nas escolas do município para garantir a acessibilidade e a inclusão educacional;

3. Avaliar a formação e capacitação dos professores para o atendimento de alunos com deficiência, identificando necessidades e oportunidades de melhoria;
4. Examinar o papel das políticas públicas municipais e estaduais no suporte à Educação Especial e sua articulação com diretrizes nacionais;
5. Propor estratégias e recomendações para fortalecer a Educação Especial no município, garantindo maior inclusão e equidade no ensino.

Estrutura da pesquisa

A pesquisa foi estruturada em três partes principais, visando organizar de forma coerente e sistemática o desenvolvimento do estudo sobre a Política de Educação Especial em Presidente Sarney. Cada uma dessas partes compreende capítulos que abordam desde a fundamentação teórica até a análise empírica dos dados coletados, garantindo uma abordagem abrangente e aprofundada do tema investigado.

A primeira parte da pesquisa consiste na introdução, onde se apresenta o contexto geral do estudo, bem como os elementos fundamentais que justificam sua realização. Esse segmento inicial abarca os seguintes tópicos: a) Contextualização do Tema: Exposição da relevância da Educação Especial e da inclusão escolar no Brasil, destacando a situação específica do município de Presidente Sarney; b) Justificativa: Fundamentação dos motivos que levaram à escolha do tema, considerando aspectos sociais, educacionais e científicos; c) Problematização e Hipóteses: Definição do problema central da pesquisa, estruturando hipóteses que guiaram o estudo e foram testadas ao longo do desenvolvimento; d) Objetivos: Apresentação do objetivo geral e dos objetivos específicos da pesquisa, os quais orientaram a metodologia e as análises realizadas.

Essa primeira parte tem o propósito de delimitar o escopo da investigação, demonstrando a importância do estudo para o aprimoramento das políticas educacionais voltadas para a inclusão de alunos com deficiência.

A segunda parte da pesquisa é dedicada à revisão da literatura, composta por três capítulos, que fornecem a base teórica e conceitual do estudo. Esses capítulos discutem políticas públicas, infraestrutura, formação docente e o papel da família e da comunidade na educação inclusiva.

Capítulo 1: Políticas Públicas para a Educação Especial no Brasil, no Maranhão e em Presidente Sarney: Histórico da educação especial no Brasil e sua evolução nas últimas décadas; Análise das políticas públicas nacionais voltadas para a inclusão de alunos com

deficiência; Estudo das diretrizes estaduais no Maranhão e das iniciativas específicas implementadas no município de Presidente Sarney.

Capítulo 2: Infraestrutura e Formação Docente para a Educação Inclusiva: Avaliação das condições físicas das escolas para atender alunos com deficiência (acessibilidade, recursos didáticos, equipamentos adaptados); Análise da formação e capacitação dos professores para lidar com a diversidade e promover práticas pedagógicas inclusivas; Identificação das principais dificuldades e necessidades dos docentes na implementação de estratégias de ensino inclusivas.

Capítulo 3: Família, Comunidade e Políticas de Apoio na Educação Inclusiva: Papel da família na trajetória escolar de alunos com deficiência e os desafios enfrentados no acompanhamento educacional; Participação da comunidade na promoção da inclusão escolar e no suporte às práticas educativas; Articulação entre políticas públicas municipais e estaduais no suporte à Educação Especial.

Essa revisão da literatura permitiu uma compreensão aprofundada dos desafios e avanços na implementação da Educação Especial, subsidiando a análise dos dados empíricos.

A terceira parte da pesquisa contempla os estudos empíricos, apresentando a metodologia adotada, a análise dos resultados e as conclusões obtidas. Essa seção é composta pelos seguintes capítulos: Capítulo 4: Metodologia da Pesquisa - Descrição do delineamento metodológico adotado na pesquisa, incluindo abordagem qualitativa e quantitativa; Apresentação dos instrumentos de coleta de dados (questionários, entrevistas, observações); Caracterização dos sujeitos investigados e justificativa para a escolha da amostra; Procedimentos éticos adotados para garantir a confiabilidade da pesquisa.

Capítulo 5: Resultados e Análise da Pesquisa: Exposição dos dados coletados nas escolas investigadas e análise dos principais achados; Comparação entre as percepções dos gestores, professores e pais sobre a implementação da Educação Especial; Identificação dos desafios enfrentados e das boas práticas observadas nas unidades escolares.

Capítulo 6: Conclusão e Estudos Futuros: Síntese das principais descobertas do estudo, destacando avanços e desafios na política de Educação Especial em Presidente Sarney; Apontamento de recomendações para aprimorar a inclusão escolar no município; Indicações para futuras pesquisas que possam aprofundar questões ainda não plenamente exploradas no presente estudo.

Além dos capítulos mencionados, a pesquisa conta com apêndices e anexos, nos quais são apresentados os instrumentos de coleta de dados, documentos complementares e demais materiais relevantes para a compreensão e validação dos resultados obtidos.

A estrutura da pesquisa foi cuidadosamente elaborada para garantir uma abordagem completa e rigorosa sobre a Educação Especial em Presidente Sarney. Ao dividir o estudo em três partes interconectadas – introdução, revisão da literatura e estudos empíricos –, foi possível construir uma análise abrangente e fundamentada sobre os avanços e desafios na implementação da educação inclusiva no município. A organização metodológica e teórica adotada permite que os achados deste trabalho contribuam tanto para o desenvolvimento acadêmico quanto para a formulação de políticas públicas mais eficazes na área da Educação Especial.

PARTE II

REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL, NO MARANHÃO E EM PRESIDENTE SARNEY

O Capítulo 1 aborda as políticas públicas para a Educação Especial no Brasil, no Maranhão e no município de Presidente Sarney, analisando seu desenvolvimento histórico e os marcos legais que garantem a inclusão educacional. No contexto nacional, são discutidas legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE). No Maranhão, examinam-se programas estaduais voltados à inclusão escolar. Em Presidente Sarney, são analisadas as ações municipais, desafios e avanços na implementação da Educação Especial. O capítulo destaca a importância da efetivação dessas políticas para garantir uma educação inclusiva e equitativa.

1.1 Evolução da Educação Especial no Brasil

A evolução da Educação Especial no Brasil reflete as mudanças históricas e sociais no tratamento da inclusão escolar de pessoas com deficiência. Durante décadas, a educação especial era caracterizada pela segregação, com instituições especializadas atendendo exclusivamente a esse público. Contudo, avanços legais e políticos possibilitaram uma mudança para um modelo inclusivo, conforme as diretrizes internacionais e nacionais.

O desenvolvimento da Educação Especial no Brasil pode ser dividido em diferentes fases. No início do século XX, o atendimento educacional era realizado por instituições filantrópicas e beneficentes, com pouca intervenção estatal. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) mencionou pela primeira vez a necessidade de um atendimento educacional específico para estudantes com deficiência. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 consolidou o direito à educação para todos, incluindo pessoas com deficiência, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino fundamental gratuito (Ávila, 2019).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996 (Lei nº 9.394/96), trouxe um avanço significativo ao reconhecer a Educação Especial como modalidade de ensino, prevendo atendimento especializado e inserção desses estudantes no ensino regular. A partir desse marco, o Brasil aderiu a diversas convenções internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), que reforça a necessidade de um ensino inclusivo.

Em 2008, o Ministério da Educação (MEC) implementou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, consolidando a orientação para a escolarização de pessoas com deficiência nas escolas regulares. Essa política enfatizou o Atendimento Educacional Especializado (AEE), promovendo a adaptação curricular e a formação de professores para garantir uma inclusão mais efetiva (Mantoan, 2015). No entanto, sua implementação encontrou desafios, como a falta de infraestrutura adequada e a resistência de algumas instituições de ensino.

O impacto da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015). A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sancionada em 2015, fortaleceu o direito das pessoas com deficiência ao prever medidas para a promoção da acessibilidade e inclusão social. No campo educacional, a LBI determinou que as instituições de ensino não podem recusar matrícula a estudantes com deficiência e devem oferecer suporte adequado para sua educação (Ávila, 2019). A lei também ressaltou a importância da capacitação docente e do fornecimento de tecnologia assistiva para facilitar o aprendizado dos alunos com deficiência.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabeleceu metas específicas para a educação inclusiva. A Meta 4 do PNE determina a universalização do atendimento escolar para a população de 4 a 17 anos com deficiência e a oferta de Atendimento Educacional Especializado nas escolas regulares (Brasil, 2014). No entanto, a implementação dessa meta tem encontrado obstáculos, como a escassez de profissionais qualificados e a infraestrutura inadequada em muitas instituições de ensino.

A evolução da Educação Especial no Brasil revela avanços significativos, mas também desafios persistentes. A legislação avançou na garantia de direitos, porém, a efetividade das políticas públicas depende da implementação de medidas concretas que assegurem uma educação verdadeiramente inclusiva para todos.

1.2 Educação Especial no Maranhão: Cenário e Desafios

A Educação Especial no Maranhão apresenta um cenário de avanços e desafios que refletem a realidade do país como um todo. Nos últimos anos, políticas públicas estaduais foram implementadas para garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência na rede pública de ensino, mas ainda há entraves estruturais, pedagógicos e sociais que dificultam a plena efetivação da educação inclusiva.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), a matrícula de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) no Maranhão tem aumentado progressivamente. Em 2018, havia aproximadamente 19.500 alunos

matriculados em classes comuns e em salas de recursos multifuncionais no estado. Esse número cresceu para cerca de 23.000 em 2022, evidenciando um esforço para ampliar o acesso à educação inclusiva. No entanto, esse crescimento ainda não acompanha as demandas da população, uma vez que muitos alunos permanecem fora da escola ou enfrentam dificuldades devido à falta de estrutura adequada e profissionais capacitados (INEP, 2022).

Outro dado relevante é que, de acordo com a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC-MA, 2023), cerca de 70% das escolas públicas estaduais possuem alguma iniciativa de inclusão, como salas de recursos multifuncionais ou atendimento educacional especializado (AEE). No entanto, apenas 45% dessas escolas possuem profissionais especializados para atuar diretamente com os alunos PAEE, o que reforça a necessidade de investimento na formação docente e na contratação de especialistas.

Programas estaduais voltados à Educação Especial

O governo do Maranhão tem adotado algumas estratégias para fortalecer a Educação Especial, entre elas:

1. Programa Escola Inclusiva – Criado para ampliar o atendimento educacional especializado e garantir infraestrutura adequada para alunos com deficiência.
2. Projeto Maranhão Inclusivo – Desenvolvido para capacitar professores e gestores escolares em práticas pedagógicas voltadas à inclusão educacional.
3. Programa de Formação Continuada para Educação Especial – Parceria entre universidades e a SEDUC-MA para qualificação profissional dos docentes e demais profissionais da educação.
4. Plano Estadual de Educação (PEE 2014-2024) – Prevê metas específicas para ampliar a inclusão escolar e estruturar melhor as unidades de ensino com equipamentos e materiais acessíveis (Maranhão, 2014).

Embora esses programas representem avanços significativos, sua implementação ainda encontra desafios como a escassez de recursos, dificuldades logísticas para atender municípios do interior do estado e a resistência de algumas escolas em adaptar suas práticas pedagógicas para a inclusão plena.

Apesar dos avanços, a Educação Especial no Maranhão enfrenta desafios consideráveis que comprometem sua efetividade:

1. Infraestrutura inadequada – Muitas escolas não possuem acessibilidade física, como rampas, banheiros adaptados e mobiliário adequado para alunos com deficiência;

2. Falta de professores especializados – A carência de profissionais formados em Educação Especial impacta diretamente a qualidade do ensino para esse público;
3. Material didático insuficiente – A escassez de livros em braile, recursos tecnológicos e materiais adaptados dificulta a aprendizagem de alunos com deficiência;
4. Preconceito e falta de conscientização – Ainda há barreiras atitudinais que impedem a plena inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar;
5. Baixa articulação entre os órgãos públicos – A efetividade das políticas inclusivas depende de uma coordenação eficiente entre os governos federal, estadual e municipal, além da participação ativa das comunidades escolares e das famílias dos alunos.

Segundo Mantoan (2015), a inclusão escolar não se limita à colocação de alunos com deficiência nas salas de aula regulares, mas exige um trabalho pedagógico que valorize a diversidade e promova a aprendizagem de forma equitativa para todos os estudantes. No Maranhão, essa concepção ainda enfrenta entraves, pois muitas escolas não estão plenamente preparadas para adotar práticas pedagógicas inclusivas.

A SEDUC-MA desempenha um papel fundamental na implementação das políticas de Educação Especial no estado. Entre suas atribuições, destacam-se:

- Gestão e coordenação das ações de inclusão educacional – Elaborando e monitorando diretrizes que garantam a efetividade das políticas públicas para alunos PAEE.
- Capacitação de profissionais da educação – Oferecendo formações continuadas e cursos de especialização em Educação Especial.
- Articulação com os municípios – Buscando parcerias com as redes municipais de ensino para expandir o atendimento especializado.
- Investimento em infraestrutura e materiais didáticos acessíveis – Garantindo que as escolas tenham condições adequadas para receber e atender alunos com deficiência.

Em um levantamento realizado pela SEDUC-MA em 2022, verificou-se que cerca de 60% das escolas estaduais ainda necessitam de melhorias estruturais para se tornarem plenamente acessíveis. Isso evidencia a necessidade de maior investimento e planejamento estratégico para garantir que as metas de inclusão do Plano Nacional de Educação (PNE) sejam cumpridas dentro do estado.

O cenário da Educação Especial no Maranhão demonstra avanços consideráveis na última década, especialmente no que tange à ampliação do acesso à educação inclusiva. No

entanto, desafios estruturais, pedagógicos e sociais ainda precisam ser superados para que o direito à educação de qualidade para todos os alunos seja plenamente garantido.

A ampliação da formação docente, o fortalecimento dos programas de inclusão e a melhoria da infraestrutura das escolas são pontos essenciais para que a Educação Especial no estado seja efetiva e cumpra seu papel social. Conforme aponta Sasaki (2006), a verdadeira inclusão só ocorre quando todos os aspectos do ambiente escolar são pensados de maneira a garantir equidade e oportunidades reais de aprendizado para todos.

Portanto, é fundamental que o governo do Maranhão, em conjunto com os municípios e demais instituições educacionais, continue investindo em políticas que promovam a inclusão educacional de maneira abrangente, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar dos alunos com deficiência.

1.3 Educação Especial em Presidente Sarney- MA: Contexto Atual

A educação especial no Brasil tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, impulsionada por políticas públicas de inclusão e legislações que garantem o acesso à educação para todos os indivíduos. Em Presidente Sarney- MA, a realidade da Educação Especial reflete desafios estruturais e avanços na busca por uma educação mais inclusiva.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Presidente Sarney- MA, a população estudantil com deficiência ou necessidades educacionais especiais tem aumentado nos últimos anos, refletindo uma maior identificação e reconhecimento da importância da inclusão educacional (MEC, 2022). De acordo com o Censo Escolar, cerca de 5% dos alunos matriculados no ensino fundamental da rede municipal possuem algum tipo de deficiência. Apesar dos esforços, persistem desafios como a falta de professores especializados, infraestrutura inadequada e escassez de materiais adaptados, fatores que impactam diretamente na qualidade da educação oferecida a esses estudantes (Silva & Oliveira, 2020).

A Prefeitura de Presidente Sarney tem implementado programas voltados para a inclusão de estudantes com deficiência. Entre os principais estão:

- Programa de Atendimento Educacional Especializado (AEE): Focado na adaptação curricular e suporte individualizado aos alunos;
- FormAEE - Formação Contínua de Professores: Curso de capacitação para docentes sobre práticas inclusivas (Santos, 2021);
- Projeto Escola para Todos: Parceria entre a Secretaria de Educação e organizações da sociedade civil para ampliar o acesso à Educação Especial.

Essas iniciativas têm proporcionado avanços na inclusão, mas ainda enfrentam dificuldades devido à limitação de recursos financeiros e capacitação docente insuficiente (Gomes & Souza, 2019).

A infraestrutura das escolas municipais de Presidente Sarney- MA ainda apresenta deficiências significativas. Muitas unidades não possuem acessibilidade adequada, como rampas, banheiros adaptados e mobiliário inclusivo (Almeida & Rocha, 2018). Além disso, a presença de salas de recursos multifuncionais é limitada, dificultando o atendimento especializado.

Outro problema relatado é a escassez de materiais didáticos adaptados, como livros em braile e softwares de acessibilidade, essenciais para garantir o aprendizado efetivo dos alunos com deficiência (Pereira, 2020).

Apesar das adversidades, algumas escolas têm desenvolvido boas práticas de inclusão. Entre os exemplos positivos, destacam-se:

- Uso de Tecnologias Assistivas: Algumas unidades escolares implementaram ferramentas tecnológicas para auxiliar alunos com deficiência visual e auditiva (Fernandes, 2021);
- Capacitação de Professores: Algumas escolas têm promovido treinamentos internos para melhor atender os alunos com necessidades especiais;
- Projeto de Apoio Psicopedagógico: Iniciativa que busca auxiliar os alunos em sua adaptação ao ambiente escolar, oferecendo suporte emocional e acadêmico.

Contudo, há desafios persistentes, como a carência de profissionais especializados, a falta de investimento na educação inclusiva e a necessidade de maior envolvimento da comunidade na construção de um ambiente educacional mais acolhedor (Costa, 2017).

A Educação Especial em Presidente Sarney- MA tem avançado, mas ainda há desafios estruturais e pedagógicos que precisam ser superados. O fortalecimento das políticas de inclusão, o aumento do investimento em infraestrutura e a formação continuada dos docentes são medidas essenciais para garantir o direito à educação de qualidade para todos.

1.4 O Papel das Políticas Públicas na Garantia da Educação Inclusiva

A educação inclusiva é um princípio fundamental para a democratização do ensino e a promoção da igualdade de oportunidades. No Brasil, políticas públicas têm desempenhado um

papel crucial na garantia do acesso e permanência de estudantes com deficiência na rede escolar, assegurando adaptações curriculares e apoio pedagógico especializado (MEC, 2022).

As políticas públicas são instrumentos fundamentais para garantir direitos e minimizar desigualdades no acesso à educação. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelecem que a educação é um direito de todos, prevendo atendimento especializado para alunos com deficiência (Brasil, 1988; 1996). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça a necessidade de eliminar barreiras no ensino regular (Mendes, 2010).

Segundo Sasaki (2016), a inclusão escolar não se restringe ao acesso físico à escola, mas envolve a construção de um ambiente adequado para a aprendizagem, com formação docente e materiais didáticos adaptados.

O financiamento da Educação Especial no Brasil ocorre por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e programas federais como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). No entanto, os desafios orçamentários persistem, com recursos muitas vezes insuficientes para adaptações arquitetônicas, aquisição de tecnologia assistiva e capacitação docente (Gomes & Silva, 2018).

A descentralização dos recursos e a falta de fiscalização são apontadas como entraves para a efetividade das políticas de inclusão. Em um estudo realizado por Araújo (2019), constatou-se que apenas 60% das escolas públicas possuem estrutura adequada para atender alunos com deficiência.

As parcerias entre o poder público e organizações da sociedade civil são essenciais para fortalecer a educação inclusiva. Instituições como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) desempenham papel importante no atendimento educacional especializado (Souza, 2020).

Modelos colaborativos também têm sido aplicados com êxito, como o Programa de Inclusão Escolar do Estado de São Paulo, que promove formação continuada para professores e amplia o uso de tecnologias assistivas nas escolas estaduais (Pereira & Almeida, 2021).

Algumas experiências destacam-se no cenário nacional:

- Programa de Salas de Recursos Multifuncionais: Criado pelo MEC, garante atendimento educacional especializado em escolas públicas (MEC, 2022);
- Educação Inclusiva: Direito à Diversidade: Programa de formação docente para práticas inclusivas;

- Política Estadual de Educação Especial do Paraná: Reconhecida como uma das mais avançadas do Brasil, com foco na inclusão efetiva e no acompanhamento individualizado dos alunos (Carvalho, 2018).

As políticas públicas são fundamentais para a efetiva inclusão de alunos com deficiência. No entanto, há desafios estruturais e financeiros que precisam ser superados. Investir na capacitação de professores, melhorar a infraestrutura escolar e ampliar parcerias entre governo e sociedade são estratégias essenciais para garantir a educação inclusiva como um direito de todos.

A educação especial em Presidente Sarney - MA tem avançado, mas ainda há desafios estruturais e pedagógicos que precisam ser superados. O fortalecimento das políticas de inclusão, o aumento do investimento em infraestrutura e a formação continuada dos docentes são medidas essenciais para garantir o direito à educação de qualidade para todos.

CAPÍTULO 2.

INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O capítulo 2 aborda a infraestrutura e a formação docente como elementos essenciais para a efetivação da educação inclusiva. Discute a necessidade de adaptações físicas nas escolas, incluindo acessibilidade arquitetônica e recursos pedagógicos adequados. Além disso, destaca a importância da capacitação contínua dos professores para lidar com a diversidade e implementar práticas inclusivas eficazes. São analisados desafios, como a escassez de investimentos e a falta de políticas de formação docente específicas. O capítulo também apresenta experiências exitosas e recomendações para aprimorar a inclusão educacional no contexto escolar.

2.1 Infraestrutura Escolar e Acessibilidade

A acessibilidade na educação é um dos pilares para garantir a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas públicas. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) determinam a obrigatoriedade da acessibilidade arquitetônica e pedagógica no ambiente escolar. No entanto, muitos municípios brasileiros ainda enfrentam desafios estruturais para atender a essa demanda (Brasil, 2015; 1996).

A acessibilidade arquitetônica envolve a adequação do espaço físico das escolas para permitir a mobilidade e autonomia dos alunos com deficiência. Rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados e corredores amplos são elementos essenciais para garantir o deslocamento adequado (Sasaki, 2016). Estudos indicam que a maioria das escolas públicas ainda não atende integralmente a essas exigências, prejudicando a inclusão efetiva dos estudantes (Carvalho, 2018).

Conforme relatado por Mendes (2020), a falta de investimentos na infraestrutura escolar é um dos principais entraves para a acessibilidade. Em um levantamento realizado por Souza e Almeida (2019), verificou-se que apenas 40% das escolas analisadas possuíam adaptações adequadas para alunos com deficiência física, evidenciando a necessidade de políticas mais efetivas na gestão da educação inclusiva.

A tecnologia assistiva desempenha um papel fundamental na inclusão educacional, permitindo que alunos com deficiência tenham acesso a ferramentas que facilitam o aprendizado. Computadores adaptados, softwares educativos com acessibilidade, materiais didáticos em braile e dispositivos de comunicação aumentativa são algumas das inovações necessárias para atender a essa população (Pereira & Almeida, 2021).

Apesar dos benefícios dessas tecnologias, a implementação ainda é limitada devido a fatores como alto custo e falta de capacitação dos professores para utilizá-las. De acordo com um estudo de Araújo (2019), 65% dos docentes relataram dificuldades na utilização de recursos tecnológicos inclusivos, o que indica a necessidade de formação continuada para os profissionais da educação.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço complementar ao ensino regular, voltado para atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência. A implantação dessas salas tem sido uma das estratégias do governo para promover a inclusão escolar, conforme previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008).

Entretanto, diversos desafios comprometem a efetividade dessas salas, como a escassez de profissionais especializados, falta de materiais didáticos adaptados e infraestrutura inadequada. Estudos apontam que, em muitos municípios, as salas de AEE são insuficientes para atender toda a demanda de alunos (Silva & Gomes, 2020).

O transporte escolar acessível é um dos fatores que impactam diretamente a frequência e permanência de estudantes com deficiência na escola. Veículos adaptados com elevadores para cadeirantes, cintos de segurança especiais e motoristas capacitados para lidar com alunos com necessidades específicas são fundamentais para garantir a mobilidade segura desses estudantes (Gomes, 2018).

No entanto, há relatos de deficiências no serviço, como a insuficiência de ônibus adaptados e trajetos inadequados, que dificultam o acesso à escola (Souza & Almeida, 2019). Medidas como a ampliação da frota de transporte adaptado e a capacitação de condutores são apontadas como soluções prioritárias para minimizar essas barreiras.

A infraestrutura escolar e a acessibilidade são elementos fundamentais para garantir a educação inclusiva de forma efetiva. Apesar dos avanços nas políticas educacionais, há desafios significativos que precisam ser superados, incluindo melhorias estruturais, investimentos em tecnologia assistiva e ampliação do transporte escolar adaptado. O compromisso dos gestores públicos e da sociedade civil é essencial para assegurar um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

2.2 Formação Docente para o Atendimento da Educação Especial

A formação docente desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva efetiva, pois capacita os professores a desenvolverem estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos com deficiência (Mantoan, 2015). A inclusão escolar exige que os educadores possuam conhecimentos teóricos e práticos sobre a Educação Especial, garantindo que possam atuar de maneira eficiente no ensino e aprendizagem desses estudantes (Glatzl & Fernandes, 2020).

A formação inicial dos professores, muitas vezes, não contempla de maneira aprofundada os princípios e práticas da Educação Especial. Conforme apontado por Mantoan (2015), a maioria dos cursos de licenciatura apresenta uma abordagem genérica sobre inclusão, sem proporcionar uma formação específica e detalhada sobre o atendimento a alunos com deficiência. Assim, a formação continuada torna-se essencial para suprir essa lacuna e garantir que os professores adquiram as competências necessárias para atuar de forma inclusiva (Sasaki, 2010).

No município de Presidente Sarney - MA, observa-se que a oferta de cursos de capacitação para professores na área da Educação Especial ainda é limitada, dificultando o desenvolvimento de práticas pedagógicas adaptadas. A realização de formações regulares e a participação em programas especializados são estratégias fundamentais para aprimorar a atuação docente nesse contexto (MEC, 2020).

Um dos desafios mais significativos na formação de professores para a Educação Especial é a escassez de cursos específicos e de materiais pedagógicos voltados para a inclusão (Carvalho, 2017). Muitos docentes relatam dificuldades na adaptação de suas práticas de

ensino devido à falta de conhecimento sobre metodologias inclusivas e ao suporte insuficiente oferecido pelas redes de ensino (Meyer et al., 2014).

Outro obstáculo relevante é a resistência de alguns profissionais em modificar suas abordagens pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com deficiência (Sasaki, 2010). Isso pode ser resultado tanto da falta de formação quanto da ausência de uma cultura escolar inclusiva. Para superar esses desafios, é fundamental investir na sensibilização e no preparo contínuo dos docentes, promovendo um ambiente educacional mais acolhedor e equitativo.

A adoção de estratégias pedagógicas inclusivas é essencial para garantir a aprendizagem dos alunos com deficiência (Glatzi & Fernandes, 2020). Dentre as principais abordagens utilizadas, destacam-se:

1. Ensino Colaborativo: Envolve a cooperação entre professores regulares e especialistas em Educação Especial, favorecendo o planejamento e a execução de atividades adaptadas (Meyer et al., 2014);
2. Uso de Tecnologia Assistiva: Ferramentas como softwares de leitura para deficientes visuais e dispositivos de amplificação sonora para alunos com deficiência auditiva são fundamentais para facilitar o aprendizado (Sasaki, 2010);
3. Aprendizagem Baseada em Projetos: Estimula a participação ativa dos alunos, permitindo que explorem temas de forma prática e significativa (Mantoan, 2015);
4. Ensino Individualizado: Personalização das atividades conforme as necessidades específicas de cada aluno, garantindo maior efetividade no processo de aprendizagem (Carvalho, 2017).

No município de Presidente Sarney - MA, a implementação dessas estratégias ainda enfrenta desafios, especialmente pela carência de formação continuada para os professores e pela limitação de recursos pedagógicos adaptados. O incentivo a programas de capacitação e a disseminação de boas práticas são medidas fundamentais para fortalecer a educação inclusiva na região.

O professor mediador e o profissional de apoio escolar desempenham um papel crucial na inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar (MEC, 2020). O professor mediador atua como facilitador do processo de ensino-aprendizagem, auxiliando na adaptação do conteúdo e na implementação de estratégias inclusivas. Já o profissional de apoio escolar oferece suporte direto ao aluno, auxiliando nas atividades diárias e garantindo sua participação ativa na escola (Carvalho, 2017).

Apesar da importância desses profissionais, a realidade de muitas escolas públicas, incluindo as do município de Presidente Sarney - MA, revela um déficit significativo na oferta desses serviços. A falta de professores mediadores e de profissionais de apoio compromete a efetividade das políticas de inclusão e dificulta a permanência dos alunos com deficiência no sistema educacional (Mantoan, 2015).

Portanto, para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, é essencial que os gestores educacionais invistam na formação e na contratação desses profissionais, além de promover ações contínuas de sensibilização e capacitação para toda a comunidade escolar.

2.3 Recursos e Materiais Didáticos para a Inclusão

A efetivação da educação inclusiva exige a adoção de recursos e materiais didáticos adaptados às necessidades dos alunos com deficiência. Conforme destaca Sasaki (2010), a acessibilidade educacional depende de práticas pedagógicas flexíveis, bem como da utilização de tecnologias assistivas e materiais adaptados para garantir que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades no processo de ensino-aprendizagem.

A adaptação curricular é um dos pilares da educação inclusiva, pois possibilita que alunos com deficiência tenham acesso ao conhecimento de forma equitativa (Mantoan, 2015). As adaptações podem ser de dois tipos: adaptações de acesso, que envolvem modificações nos materiais e no ambiente físico, e adaptações curriculares propriamente ditas, que consistem nas modificações de conteúdos, objetivos e estratégias de ensino para atender às particularidades de cada aluno (Carvalho, 2017).

A flexibilização do ensino, por sua vez, permite que metodologias pedagógicas sejam ajustadas conforme as capacidades e necessidades dos estudantes. Isso inclui práticas como ensino por projetos, avaliação diferenciada e utilização de recursos visuais e táteis para facilitar a aprendizagem (MEC, 2020). Em Presidente Sarney - MA, observa-se que ainda há desafios na implementação de adaptações curriculares devido à falta de formação docente específica e à carência de materiais acessíveis.

A tecnologia assistiva tem se consolidado como um recurso essencial para a inclusão de alunos com deficiência no contexto escolar (Glatzl & Fernandes, 2020). De acordo com o Ministério da Educação (MEC, 2020), tecnologias assistivas compreendem dispositivos, equipamentos e softwares que possibilitam ou ampliam as habilidades funcionais dos estudantes com deficiência, promovendo sua autonomia e participação ativa no ambiente escolar.

Dentre os recursos tecnológicos mais utilizados na educação inclusiva, destacam-se:

1. Softwares de leitura de tela: Utilizados por alunos com deficiência visual para acessar conteúdos digitais;
2. Pranchas de comunicação alternativa: Ferramentas gráficas que auxiliam a comunicação de estudantes com dificuldades na fala;
3. Amplificadores sonoros e sistemas FM: Dispositivos que favorecem a compreensão auditiva de alunos com deficiência auditiva;
4. Telas sensíveis ao toque e teclados adaptados: Equipamentos que proporcionam maior acessibilidade para alunos com dificuldades motoras.

A adoção dessas tecnologias em escolas públicas de Presidente Sarney - MA ainda enfrenta barreiras, principalmente devido à limitação de recursos financeiros e à necessidade de capacitação dos professores para seu uso adequado (Carvalho, 2017).

Além das tecnologias assistivas, a produção de materiais didáticos acessíveis é fundamental para garantir a participação efetiva dos alunos com deficiência no processo de aprendizagem (Meyer et al., 2014). Segundo Sasaki (2010), materiais acessíveis devem ser produzidos levando em consideração as especificidades de cada estudante, como livros em braille para alunos cegos, vídeos legendados para surdos e recursos visuais ampliados para pessoas com baixa visão.

Os materiais acessíveis também incluem:

- Textos em formatos digitais compatíveis com leitores de tela;
- Atividades com apoio de ilustrações e pictogramas;
- Uso de audiobooks e narrativas sonoras para alunos com dificuldades na leitura;
- Materiais manipuláveis, como letras móveis e objetos táteis, que auxiliam no desenvolvimento cognitivo e motor.

No município de Presidente Sarney - MA, a produção de materiais acessíveis ainda é um desafio, principalmente devido à falta de investimentos e de profissionais capacitados para criar e adaptar conteúdo para os diferentes tipos de deficiência (Mantoan, 2015).

A interdisciplinaridade na Educação Especial consiste na colaboração entre diferentes áreas do conhecimento para oferecer um suporte mais amplo aos alunos com deficiência (Carvalho, 2017). O trabalho conjunto entre professores, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos contribui para uma abordagem pedagógica mais eficaz e alinhada às necessidades individuais de cada estudante.

A abordagem interdisciplinar permite que:

- Os conteúdos curriculares sejam adaptados de forma mais precisa às demandas dos alunos;
- As intervenções pedagógicas sejam mais completas, abordando aspectos motores, cognitivos e emocionais;
- A aprendizagem ocorra de maneira mais integrada e significativa;

No contexto de Presidente Sarney - MA, a implementação de um ensino interdisciplinar ainda encontra dificuldades devido à carência de profissionais especializados e à ausência de um planejamento pedagógico estruturado para promover essa integração (MEC, 2020).

Os recursos e materiais didáticos desempenham um papel essencial na construção de uma educação inclusiva efetiva. A adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas, a produção de materiais acessíveis e a interdisciplinaridade são estratégias fundamentais para garantir a plena participação dos alunos com deficiência no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a implementação dessas práticas em Presidente Sarney - MA ainda enfrenta desafios que precisam ser superados por meio de políticas públicas eficazes, investimentos em formação docente e disponibilização de infraestrutura adequada para o atendimento educacional especializado.

2.4 Desafios na Implementação de uma Escola Realmente Inclusiva

A efetivação da educação inclusiva exige a adoção de recursos e materiais didáticos adaptados às necessidades dos alunos com deficiência. Conforme destaca Sasaki (2010), a acessibilidade educacional depende de práticas pedagógicas flexíveis, bem como da utilização de tecnologias assistivas e materiais adaptados para garantir que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades no processo de ensino-aprendizagem.

A adaptação curricular é um dos pilares da educação inclusiva, pois possibilita que alunos com deficiência tenham acesso ao conhecimento de forma equitativa (Mantoan, 2015). As adaptações podem ser de dois tipos: adaptações de acesso, que envolvem modificações nos materiais e no ambiente físico, e adaptações curriculares propriamente ditas, que consistem nas modificações de conteúdos, objetivos e estratégias de ensino para atender às particularidades de cada aluno (Carvalho, 2017).

A flexibilização do ensino, por sua vez, permite que metodologias pedagógicas sejam ajustadas conforme as capacidades e necessidades dos estudantes. Isso inclui práticas como ensino por projetos, avaliação diferenciada e utilização de recursos visuais e táteis para

facilitar a aprendizagem (MEC, 2020). Em Presidente Sarney - MA, observa-se que ainda há desafios na implementação de adaptações curriculares devido à falta de formação docente específica e à carência de materiais acessíveis.

A tecnologia assistiva tem se consolidado como um recurso essencial para a inclusão de alunos com deficiência no contexto escolar (Glatzl & Fernandes, 2020). De acordo com o Ministério da Educação (MEC, 2020), tecnologias assistivas compreendem dispositivos, equipamentos e softwares que possibilitam ou ampliam as habilidades funcionais dos estudantes com deficiência, promovendo sua autonomia e participação ativa no ambiente escolar.

Dentre os recursos tecnológicos mais utilizados na educação inclusiva, destacam-se:

1. Softwares de leitura de tela: Utilizados por alunos com deficiência visual para acessar conteúdos digitais;
2. Pranchas de comunicação alternativa: Ferramentas gráficas que auxiliam a comunicação de estudantes com dificuldades na fala;
3. Amplificadores sonoros e sistemas FM: Dispositivos que favorecem a compreensão auditiva de alunos com deficiência auditiva;
4. Telas sensíveis ao toque e teclados adaptados: Equipamentos que proporcionam maior acessibilidade para alunos com dificuldades motoras.

A adoção dessas tecnologias em escolas públicas de Presidente Sarney - MA ainda enfrenta barreiras, principalmente devido à limitação de recursos financeiros e à necessidade de capacitação dos professores para seu uso adequado (Carvalho, 2017).

Além das tecnologias assistivas, a produção de materiais didáticos acessíveis é fundamental para garantir a participação efetiva dos alunos com deficiência no processo de aprendizagem (Meyer et al., 2014). Segundo Sasaki (2010), materiais acessíveis devem ser produzidos levando em consideração as especificidades de cada estudante, como livros em braile para alunos cegos, vídeos legendados para surdos e recursos visuais ampliados para pessoas com baixa visão.

Os materiais acessíveis também incluem:

- Textos em formatos digitais compatíveis com leitores de tela;
- Atividades com apoio de ilustrações e pictogramas;
- Uso de audiobooks e narrativas sonoras para alunos com dificuldades na leitura;

- Materiais manipuláveis, como letras móveis e objetos táteis, que auxiliam no desenvolvimento cognitivo e motor.

No município de Presidente Sarney - MA, a produção de materiais acessíveis ainda é um desafio, principalmente devido à falta de investimentos e de profissionais capacitados para criar e adaptar conteúdos para os diferentes tipos de deficiência (Mantoan, 2015).

A interdisciplinaridade na Educação Especial consiste na colaboração entre diferentes áreas do conhecimento para oferecer um suporte mais amplo aos alunos com deficiência (Carvalho, 2017). O trabalho conjunto entre professores, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos contribui para uma abordagem pedagógica mais eficaz e alinhada às necessidades individuais de cada estudante.

A abordagem interdisciplinar permite que:

- Os conteúdos curriculares sejam adaptados de forma mais precisa às demandas dos alunos;
- As intervenções pedagógicas sejam mais completas, abordando aspectos motores, cognitivos e emocionais;
- A aprendizagem ocorra de maneira mais integrada e significativa.

No contexto de Presidente Sarney - MA, a implementação de um ensino interdisciplinar ainda encontra dificuldades devido à carência de profissionais especializados e à ausência de um planejamento pedagógico estruturado para promover essa integração (MEC, 2020).

Os recursos e materiais didáticos desempenham um papel essencial na construção de uma educação inclusiva efetiva. A adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas, a produção de materiais acessíveis e a interdisciplinaridade são estratégias fundamentais para garantir a plena participação dos alunos com deficiência no processo de ensinoaprendizagem. No entanto, a implementação dessas práticas em Presidente Sarney - MA ainda enfrenta desafios que precisam ser superados por meio de políticas públicas eficazes, investimentos em formação docente e disponibilização de infraestrutura adequada para o atendimento educacional especializado.

CAPÍTULO 3.

FAMÍLIA, COMUNIDADE E POLÍTICAS DE APOIO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Capítulo 3 aborda a importância da interação entre a família, a comunidade e as políticas de apoio para o sucesso da educação inclusiva. Destaca o papel fundamental da família no processo de inclusão, como agente de suporte e motivação para os alunos com deficiência. A participação ativa da comunidade escolar e local é essencial para garantir que os alunos recebam o apoio necessário em suas trajetórias educacionais. Além disso, o capítulo analisa as políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, evidenciando desafios e avanços na implementação de programas de apoio. Conclui-se que uma colaboração efetiva entre todos os envolvidos é crucial para o fortalecimento da inclusão educacional.

3.1 O Papel da Família na Educação de Alunos com Deficiência

A participação da família na educação de alunos com deficiência é considerada um fator crucial para o desenvolvimento acadêmico e social dessas crianças. Diversos estudos indicam que o engajamento familiar não apenas melhora o desempenho escolar, mas também fortalece o bem-estar emocional dos estudantes. A relação entre o ambiente familiar e a escola cria uma rede de apoio que facilita o processo de inclusão, uma vez que permite que os educadores conheçam melhor as necessidades específicas dos alunos, enquanto a família se apropria dos métodos educacionais utilizados na escola. Segundo Epstein (2011), a participação ativa da família tem um impacto positivo no rendimento escolar, especialmente no contexto da educação inclusiva, onde a compreensão mútua entre escola e família é essencial.

Além disso, a família desempenha um papel vital na formação de atitudes inclusivas nos filhos, seja estimulando-os a conviver com a diversidade, seja auxiliando-os nas dificuldades apresentadas. A família é, muitas vezes, a primeira a perceber as potencialidades e as necessidades dos filhos, sendo uma aliada fundamental na promoção de uma educação inclusiva, ao proporcionar o ambiente necessário para o desenvolvimento de competências e habilidades (Glatzl & Fernandes, 2020).

Embora a importância da participação da família na educação de alunos com deficiência seja amplamente reconhecida, muitas famílias enfrentam dificuldades significativas para oferecer o apoio necessário. Dentre as principais dificuldades, destaca-se a falta de conhecimento sobre as especificidades das deficiências e as adaptações pedagógicas necessárias. Segundo Lima e Silva (2019), muitas famílias se sentem desinformadas sobre

como interagir com seus filhos de maneira eficaz no contexto educacional inclusivo, o que pode levar a sentimento de impotência e frustração.

Além disso, a sobrecarga emocional e financeira é outra dificuldade comum. Muitos pais de alunos com deficiência enfrentam o estigma social relacionado à deficiência, o que pode gerar isolamento e aumentar o estresse. A escassez de recursos e serviços especializados também é uma barreira significativa, especialmente em comunidades com poucos profissionais capacitados para trabalhar com alunos com necessidades especiais. De acordo com Mantoan (2015), a falta de políticas públicas consistentes que ofereçam suporte direto às famílias agrava essa situação, dificultando o pleno acompanhamento e a continuidade dos estudos dos filhos com deficiência.

Fortalecer a colaboração entre a escola e a família é uma estratégia fundamental para o sucesso da educação inclusiva. As escolas podem promover canais de comunicação eficazes com as famílias, incluindo reuniões periódicas, acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos alunos e o uso de tecnologias para manter as famílias informadas. A criação de espaços de diálogo, como comissões escolares inclusivas, é uma prática que facilita o entendimento das necessidades dos alunos e permite que as famílias compartilhem suas expectativas e preocupações com os educadores.

Programas de capacitação para as famílias também têm se mostrado eficazes, permitindo que elas se sintam mais confiantes para apoiar seus filhos. Esses programas podem abordar questões sobre como lidar com os desafios diários de convivência com a deficiência e ensinar estratégias práticas de apoio à aprendizagem. Segundo Pinto (2016), essas iniciativas podem gerar um ambiente mais colaborativo, onde tanto pais quanto professores estão mais alinhados com os objetivos educacionais da criança.

Existem diversas experiências bem-sucedidas que demonstram como o envolvimento da família pode ser fundamental na promoção de uma educação inclusiva eficaz. No Brasil, programas como o "Educar para a Diversidade", que envolvem as famílias no processo de sensibilização e capacitação sobre educação inclusiva, têm mostrado resultados positivos. Nesses programas, a interação entre pais e escola promove uma compreensão mais ampla sobre as necessidades das crianças com deficiência, além de incentivar a participação ativa das famílias em atividades pedagógicas.

Em uma pesquisa realizada por Souza e Costa (2018), observou-se que escolas que adotaram práticas de integração da família no cotidiano escolar, como visitas domiciliares e grupos de apoio, conseguiram melhorar a autoestima e o desempenho acadêmico dos alunos com deficiência. Essas ações colaborativas também contribuíram para a redução de preconceitos e estigmas, criando um ambiente mais acolhedor e inclusivo para os estudantes.

O papel da família na educação de alunos com deficiência é essencial para o sucesso da inclusão escolar. No entanto, as famílias enfrentam uma série de desafios que precisam ser enfrentados com o apoio das escolas e da comunidade. Estratégias como o fortalecimento do vínculo escola-família e o oferecimento de capacitação às famílias podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da educação inclusiva. As experiências exitosas de envolvimento familiar indicam que, quando a família e a escola trabalham juntas, é possível criar um ambiente educacional mais inclusivo, onde todos os alunos, independentemente de suas necessidades, têm a oportunidade de desenvolver seu potencial.

3.2 A Comunidade e a Construção de uma Escola Inclusiva

A construção de uma escola inclusiva não se limita às paredes da sala de aula ou ao trabalho realizado pelos professores. O envolvimento da comunidade é um dos pilares fundamentais para que a inclusão educacional seja eficaz, proporcionando um ambiente de aprendizado que valorize a diversidade e permita que todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, possam desenvolver seu potencial. Neste contexto, a participação da comunidade, a formação de parcerias com organizações não governamentais (ONGs) e empresas, a promoção de projetos sociais e culturais voltados para alunos com deficiência, e as ações de conscientização e combate ao capacitismo desempenham um papel vital na criação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

A valorização da diversidade no ambiente escolar depende de um esforço coletivo, que envolve não apenas a escola, mas também a comunidade em que está inserida. Para que a inclusão escolar aconteça de maneira significativa, é necessário que a comunidade compreenda e aceite as diferenças, promovendo uma cultura de respeito e solidariedade. De acordo com Avanzini (2013), a comunidade pode contribuir com ações de conscientização, sensibilização e apoio às famílias de alunos com deficiência, criando um ambiente favorável para que esses alunos se sintam pertencentes e integrados ao coletivo escolar.

Além disso, a participação ativa da comunidade no processo educacional favorece a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a inclusão. Segundo Souza (2017), a construção de uma escola inclusiva é um reflexo do trabalho comunitário que visa a promoção da igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. A comunidade tem um papel essencial ao apoiar as iniciativas de inclusão, participando ativamente de debates, eventos e atividades que promovam o respeito à diversidade e o combate a preconceitos.

As parcerias entre escolas, ONGs e empresas têm se mostrado uma estratégia eficaz para fortalecer a inclusão escolar, proporcionando recursos e suporte técnico necessários para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Essas parcerias possibilitam o compartilhamento de conhecimentos especializados, a oferta de materiais e recursos assistivos, além da criação de programas de capacitação para educadores e profissionais da educação. Segundo Kassar (2019), as ONGs desempenham um papel fundamental na inclusão, principalmente aquelas que trabalham diretamente com a promoção de direitos e a defesa da igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência.

Além disso, a colaboração com empresas pode resultar em projetos de inclusão no mercado de trabalho para jovens com deficiência, além de incentivar o engajamento das organizações na responsabilidade social. Essas parcerias são importantes não apenas pela oferta de recursos, mas também pelo fortalecimento de uma rede de apoio que envolve diversos setores da sociedade. A parceria entre escola e comunidade empresarial, por exemplo, pode viabilizar programas de estágio ou práticas inclusivas, oferecendo aos alunos com deficiência experiências práticas que complementam seu aprendizado escolar (Lemos & Silva, 2018).

Os projetos sociais e culturais têm um papel fundamental na inclusão de alunos com deficiência, pois oferecem um espaço para o desenvolvimento de habilidades e competências que muitas vezes não são abordadas no currículo escolar tradicional. Esses projetos podem incluir atividades culturais, esportivas, artísticas e recreativas que permitam aos alunos com deficiência interagir com seus colegas e ampliar seu horizonte de aprendizado. Segundo Neves (2016), projetos sociais e culturais são instrumentos poderosos na promoção da inclusão, pois quebram barreiras e promovem o acesso de todos os alunos a experiências enriquecedoras, independentemente de suas condições.

Exemplos de projetos como o "Arte para Todos" e o "Esporte para a Inclusão", que oferecem atividades adaptadas para alunos com deficiência, têm demonstrado que, quando bem estruturados, esses projetos conseguem não só melhorar a autoestima dos alunos, mas também integrar a comunidade escolar em torno de um objetivo comum: a construção de uma escola inclusiva e diversa. Esses projetos, ao promoverem a participação ativa dos alunos em atividades que estimulam suas capacidades cognitivas, motoras e sociais, contribuem significativamente para a superação de obstáculos e para o fortalecimento da autoestima e da autonomia dos alunos com deficiência.

O capacitismo, entendido como a discriminação e o preconceito contra pessoas com deficiência, é uma das barreiras mais difíceis de superar na construção de uma escola inclusiva. A conscientização sobre a importância da inclusão e o combate ao capacitismo devem ser

prioridades nas escolas e na comunidade em geral. A promoção de uma cultura de respeito à diversidade e a criação de um ambiente escolar acolhedor dependem de ações educativas voltadas para a desmistificação das deficiências e para o rompimento de estigmas. Segundo Mantoan (2017), a implementação de atividades pedagógicas e campanhas de conscientização nas escolas tem mostrado resultados positivos na redução do capacitismo, proporcionando aos alunos uma compreensão mais ampla e empática sobre a deficiência e a inclusão.

As escolas devem ser espaços que promovem a reflexão sobre o capacitismo, trabalhando com alunos, professores e funcionários na construção de um ambiente livre de discriminação. Estratégias como rodas de conversa, palestras e filmes educativos, bem como o uso de materiais didáticos inclusivos, são formas eficazes de sensibilizar a comunidade escolar e combater o capacitismo. Além disso, é fundamental que a escola incentive a participação de alunos com deficiência nas diversas atividades escolares, contribuindo para o fortalecimento da autoestima e para a criação de um ambiente inclusivo onde todos se sintam valorizados (Ferreira & Silva, 2020).

A construção de uma escola inclusiva exige o envolvimento da comunidade escolar e da sociedade como um todo. A valorização da diversidade, a criação de parcerias com ONGs e empresas, a implementação de projetos sociais e culturais voltados para alunos com deficiência, e as ações de conscientização sobre o capacitismo são elementos essenciais para garantir a inclusão de todos os alunos. Ao promover a integração da comunidade e fortalecer os laços entre escola, família e sociedade, é possível criar um ambiente educacional mais justo e igualitário, onde as diferenças são reconhecidas e celebradas.

3.3 Políticas de Apoio e Serviços de Atendimento à Educação Especial

A educação inclusiva exige um compromisso dos sistemas educacionais em proporcionar oportunidades iguais para todos os alunos, independentemente de suas condições. Alunos com deficiência, em particular, necessitam de apoio especializado para garantir sua plena participação no ambiente escolar. As políticas de apoio e serviços de atendimento à educação especial têm um papel fundamental nesse processo, com destaque para a atuação das Secretarias Municipais, as políticas de assistência social, a articulação entre saúde e educação, e os modelos de serviços multidisciplinares. Esses elementos são cruciais para a criação de um ambiente escolar acessível e acolhedor, no qual os alunos com deficiência possam desenvolver seu potencial.

As Secretarias Municipais de Educação desempenham um papel crucial na implementação de políticas inclusivas, sendo responsáveis pela oferta de serviços de apoio às

escolas e aos alunos com deficiência. Segundo Costa e Almeida (2020), a principal responsabilidade dessas secretarias é garantir a acessibilidade das escolas e o suporte pedagógico especializado, de modo a assegurar que todos os alunos, incluindo os com deficiência, tenham oportunidades iguais de aprender e se desenvolver.

Em muitos municípios, a implementação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) tem sido uma das principais estratégias adotadas pelas secretarias. De acordo com Souza (2018), essas salas têm como objetivo proporcionar um espaço adaptado para o atendimento dos alunos com deficiência, oferecendo recursos pedagógicos especializados, como materiais didáticos acessíveis, equipamentos de tecnologia assistiva e apoio de profissionais qualificados.

Além disso, as secretarias municipais também são responsáveis pela formação continuada dos professores, de modo a capacitá-los para trabalhar de forma inclusiva. Segundo Lima (2019), a formação dos professores é fundamental para garantir que as práticas pedagógicas adotadas nas escolas sejam adequadas às necessidades dos alunos com deficiência, promovendo a inclusão de forma efetiva e duradoura.

A articulação entre as secretarias municipais e as escolas também é essencial para garantir que os serviços de apoio cheguem de forma eficaz aos alunos com deficiência. Para tanto, é necessário que haja uma comunicação constante entre as equipes pedagógicas, as equipes de apoio e os gestores escolares, de modo a monitorar o progresso dos alunos e ajustar as estratégias conforme necessário (Pereira, 2020).

As políticas de assistência social desempenham um papel crucial no apoio às famílias de alunos com deficiência, contribuindo para a inclusão social e escolar desses alunos. De acordo com Cunha e Ferreira (2018), a integração das políticas de educação e assistência social é essencial para garantir que os alunos com deficiência não apenas recebam o apoio necessário no ambiente escolar, mas também tenham suas necessidades sociais atendidas de forma abrangente.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), por exemplo, é uma política pública importante para muitas famílias de alunos com deficiência. O BPC garante um benefício financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade social, permitindo que elas possam arcar com os custos adicionais relacionados ao cuidado e à educação dos filhos com deficiência (Gomes & Silva, 2019).

Além disso, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são estruturas locais que desempenham um papel essencial no atendimento a essas famílias, oferecendo apoio psicológico, social e orientações sobre os direitos dos alunos com deficiência. A atuação conjunta da assistência social e da educação tem como objetivo garantir que os alunos com

deficiência não apenas frequentem a escola, mas também tenham condições adequadas de desenvolvimento e bem-estar.

Segundo Souza (2021), a assistência social no contexto escolar também inclui o apoio na construção de um ambiente escolar mais inclusivo, com a adaptação de espaços e recursos, como rampas de acesso, materiais didáticos adaptados e serviços de apoio psicológico e pedagógico. As políticas de assistência social devem, portanto, complementar as políticas educacionais, criando um suporte que possibilite a inclusão efetiva dos alunos com deficiência.

A inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar não pode ser alcançada sem uma articulação eficaz entre os serviços de saúde e educação. A saúde desempenha um papel central no processo de inclusão, uma vez que muitas vezes as condições de saúde dos alunos com deficiência afetam diretamente sua aprendizagem e participação escolar. De acordo com Santos e Costa (2019), a parceria entre as áreas da saúde e educação é essencial para garantir que os alunos recebam o acompanhamento necessário, tanto no aspecto físico quanto no psicológico.

A presença de profissionais de saúde, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e fisioterapeutas nas escolas, tem se mostrado uma estratégia eficaz para apoiar o desenvolvimento de habilidades essenciais para o aprendizado, como a comunicação e a mobilidade. Além disso, essas intervenções terapêuticas contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos alunos com deficiência, permitindo que eles participem mais ativamente das atividades escolares.

A integração entre saúde e educação pode ser realizada por meio de programas interinstitucionais que envolvem profissionais das duas áreas, trabalhando em conjunto para desenvolver planos educacionais individualizados e adequados às necessidades específicas de cada aluno. Segundo Lima e Pereira (2020), esses programas têm contribuído para a promoção de um atendimento mais holístico e eficaz, permitindo que os alunos com deficiência superem barreiras físicas, cognitivas e emocionais e participem plenamente da vida escolar.

Os serviços multidisciplinares desempenham um papel essencial na promoção da inclusão escolar, oferecendo um atendimento integral aos alunos com deficiência. Esses serviços envolvem a atuação de diferentes profissionais da saúde, educação e assistência social, com o objetivo de atender às diversas necessidades dos alunos e promover um desenvolvimento acadêmico e social adequado.

Os Núcleos de Atendimento a Deficiência (NAD), por exemplo, são uma estratégia importante adotada em várias regiões do Brasil. Esses núcleos oferecem atendimento especializado nas áreas de psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, entre outras, e têm se mostrado eficazes na promoção de uma educação inclusiva (Almeida & Barbosa, 2017). De

acordo com Souza e Pereira (2019), os NADs não apenas oferecem suporte pedagógico, mas também trabalham no fortalecimento da autoestima dos alunos com deficiência, incentivando a participação ativa na vida escolar.

Além disso, os modelos de serviços multidisciplinares também incluem o trabalho em equipe entre professores, coordenadores pedagógicos e profissionais de apoio. A atuação conjunta desses profissionais possibilita o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais personalizadas, adaptadas às necessidades de cada aluno com deficiência. Para Lima (2020), essa abordagem integrada é fundamental para garantir a inclusão efetiva, pois ela considera não apenas os aspectos acadêmicos, mas também as necessidades sociais, emocionais e físicas dos alunos com deficiência.

As políticas de apoio e serviços de atendimento à educação especial são essenciais para a construção de uma escola inclusiva. A atuação das Secretarias Municipais, as políticas de assistência social, a articulação entre saúde e educação, e os serviços multidisciplinares são componentes-chave que permitem garantir que os alunos com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades iguais de desenvolvimento. A integração dessas áreas não apenas promove a inclusão acadêmica, mas também contribui para o desenvolvimento social e emocional dos alunos, fortalecendo a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3.4 Propostas e Recomendações para uma Educação Inclusiva de Qualidade

A educação inclusiva é um direito fundamental para todas as crianças e jovens, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Para que a inclusão seja efetiva, são necessárias uma série de medidas estruturais e pedagógicas que garantam que os alunos com deficiência tenham acesso igualitário aos recursos educacionais. Esta seção apresenta propostas e recomendações essenciais para aprimorar a qualidade da educação inclusiva, com ênfase em estratégias para a formação docente, investimentos em infraestrutura escolar, fortalecimento de políticas públicas e programas de apoio, bem como sugestões para tornar a Educação Especial mais efetiva e acessível.

A formação docente é um dos pilares para garantir uma educação inclusiva de qualidade. De acordo com a legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), todos os professores devem ser capacitados para atuar com alunos com deficiência, garantindo uma pedagogia diferenciada e inclusiva. No entanto, a realidade escolar ainda revela um grande desafio na formação continuada de professores, que muitas vezes não se sentem preparados para lidar com a diversidade em sala de aula (Ferreira, 2019).

Uma das primeiras estratégias é a inclusão da educação inclusiva nos currículos de formação inicial dos professores. Segundo Lima (2020), a formação de professores deve abranger não apenas o conhecimento teórico sobre as deficiências, mas também práticas pedagógicas específicas, como o uso de tecnologias assistivas, adaptações curriculares e estratégias de ensino diferenciadas. Além disso, é necessário que os programas de formação continuada se mantenham atualizados, considerando as novas pesquisas e práticas pedagógicas, permitindo que os docentes ampliem suas habilidades e conhecimentos sobre a inclusão escolar.

O processo de formação contínua deve ser integral e incluir abordagens como a convivência com a diversidade, metodologias ativas de aprendizagem e estratégias de avaliação inclusiva (Costa, 2018). Para que isso aconteça, é fundamental que as secretarias de educação criem programas de capacitação regular, que possam ser acessados por todos os professores em serviço.

Além das competências pedagógicas, a formação de professores deve incluir o desenvolvimento de habilidades emocionais e interpessoais. A educação inclusiva exige que os docentes possuam habilidades para trabalhar com alunos de diversas condições e realidades, o que inclui o respeito e a empatia pelas diferenças (Santos, 2021). Nesse sentido, programas de formação que abordem o desenvolvimento da inteligência emocional, a gestão de sala de aula inclusiva e o trabalho com a diversidade cultural são essenciais para a preparação dos professores para o cotidiano escolar inclusivo (Silva, 2019).

A infraestrutura escolar é outro elemento central para garantir a qualidade da educação inclusiva. De acordo com Souza e Lima (2020), as escolas devem ser adaptadas para atender às necessidades dos alunos com deficiência, desde a construção de rampas e banheiros adaptados até a disponibilidade de materiais didáticos específicos e tecnologias assistivas.

A acessibilidade física das escolas é uma das primeiras condições para a inclusão. Isso inclui a adequação dos espaços escolares, como salas de aula, bibliotecas, refeitórios, banheiros e áreas de lazer, de forma que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, possam circular livremente e participar das atividades escolares de forma segura e confortável. A Lei 10.098/2000, que trata da acessibilidade, estabelece critérios claros para a construção e adaptação de espaços públicos, incluindo as escolas.

As escolas precisam ser projetadas ou adaptadas para atender às diferentes deficiências dos alunos, como mobilidade reduzida, deficiência visual ou auditiva. Para isso, os investimentos devem ser direcionados à construção de rampas, elevadores, sinalização em braile, recursos de tecnologia assistiva e adequações nos mobiliários. Segundo Almeida e Santos (2019), a adaptação arquitetônica e a criação de ambientes inclusivos são

fundamentais para promover a participação ativa dos alunos com deficiência nas atividades escolares.

A tecnologia tem desempenhado um papel fundamental na inclusão educacional, permitindo que alunos com diferentes tipos de deficiência acessem o conteúdo escolar. As tecnologias assistivas, como softwares de leitura e escrita, lupas eletrônicas e aparelhos auditivos, são recursos indispensáveis para garantir a aprendizagem de alunos com deficiência visual e auditiva (Silva & Santos, 2020).

Investir em tecnologias assistivas é um passo fundamental para assegurar que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas. Isso implica em fornecer aos alunos com deficiência os equipamentos necessários para o acompanhamento das aulas, como computadores com softwares especializados e recursos tecnológicos adaptados às necessidades de cada estudante. Além disso, é necessário que os professores também sejam capacitados para utilizar essas tecnologias de maneira eficaz no processo de ensinoaprendizagem.

Para que a educação inclusiva se concretize de forma efetiva, é fundamental o fortalecimento de políticas públicas que garantam não apenas a inclusão formal, mas também a inclusão prática. A criação de programas de apoio, que envolvem tanto a assistência pedagógica quanto o apoio psicossocial, é essencial para garantir a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência no ambiente escolar.

O apoio psicossocial desempenha um papel fundamental na inclusão de alunos com deficiência. Isso inclui o acompanhamento psicológico tanto dos alunos quanto de suas famílias, com o objetivo de ajudá-los a lidar com os desafios da inclusão escolar (Pereira, 2021). Programas de apoio psicossocial nas escolas devem envolver a presença de psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais da saúde, que atuem no acompanhamento contínuo do aluno.

De acordo com Lima e Costa (2018), políticas públicas que promovem a articulação entre a educação, saúde e assistência social são essenciais para o sucesso da educação inclusiva. A presença de equipes multidisciplinares nas escolas, com psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, é fundamental para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, promovendo sua integração e desenvolvimento escolar.

Além do apoio dentro da escola, é importante que as famílias dos alunos com deficiência também recebam apoio para lidar com as questões relacionadas à educação de seus filhos. Programas de orientação e capacitação para pais e responsáveis são fundamentais

para garantir que as famílias possam apoiar o desenvolvimento educacional de seus filhos de maneira eficaz (Santos & Almeida, 2020).

A Educação Especial, enquanto modalidade de ensino destinada a alunos com deficiências, deve ser tratada de forma integrada com a educação regular, promovendo a inclusão efetiva desses alunos em todos os aspectos da vida escolar. Para tornar a Educação Especial mais acessível e eficaz, algumas estratégias podem ser implementadas.

Uma das principais medidas para garantir a efetividade da Educação Especial é a adaptação curricular, de modo que os alunos com deficiência possam aprender de acordo com suas capacidades. A adaptação curricular não significa apenas reduzir o conteúdo, mas também modificar os métodos de ensino, as formas de avaliação e os recursos pedagógicos utilizados. Segundo Lima (2020), as adaptações curriculares são essenciais para garantir que os alunos com deficiência possam participar de maneira plena e ativa do processo educativo.

Além disso, as formas de avaliação devem ser adaptadas para considerar as diferenças individuais, utilizando instrumentos que permitam a cada aluno demonstrar seu aprendizado de acordo com suas possibilidades. A avaliação inclusiva deve ser contínua, diagnóstica e adaptada às necessidades de cada aluno (Pereira, 2019).

Para que a Educação Especial seja mais acessível e eficaz, é fundamental que os alunos com deficiência participem ativamente do processo educativo, sendo empoderados para se tornarem agentes de seu próprio aprendizado. Segundo Costa e Almeida (2018), a participação ativa dos alunos pode ser estimulada por meio de projetos pedagógicos que envolvam a colaboração entre alunos com e sem deficiência, promovendo o aprendizado mútuo e a construção de um ambiente inclusivo.

A educação inclusiva de qualidade depende de uma série de medidas que envolvem desde a formação docente até a adaptação da infraestrutura escolar, o fortalecimento de políticas públicas e a criação de programas de apoio. As propostas apresentadas neste capítulo visam garantir que a inclusão de alunos com deficiência seja efetiva e significativa, proporcionando-lhes acesso ao currículo, ao apoio pedagógico e psicossocial necessários para o seu desenvolvimento pleno. É necessário que todos os atores envolvidos na educação, desde o governo até a comunidade escolar, trabalhem de maneira integrada para construir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo.

PARTE III

ESTUDOS EMPÍRICOS

CAPÍTULO 4.

MÉTODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos utilizados para investigar a implementação da Política de Educação Especial em Presidente Sarney-MA. A pesquisa adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para uma análise mais abrangente. O estudo é de caráter exploratório e descritivo, envolvendo revisão bibliográfica, aplicação de questionários com gestores, professores e familiares, além de entrevistas semiestruturadas para aprofundamento das percepções sobre inclusão escolar. A análise dos dados será feita por triangulação metodológica, garantindo maior confiabilidade nos resultados. Além disso, a pesquisa respeita princípios éticos, assegurando o sigilo e a voluntariedade dos participantes.

4.1 Introdução da metodologia

A metodologia de uma pesquisa científica é essencial para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, sendo definida de acordo com os objetivos e a abordagem adotada. Neste estudo, que investiga os avanços e desafios da Política de Educação Especial em Presidente Sarney - MA, a metodologia foi estruturada considerando sua abordagem, natureza, objetivos e procedimentos, seguindo referenciais teóricos de renomados autores da área.

A pesquisa adota uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para uma análise mais completa do fenômeno estudado. O método quantitativo permite a mensuração de dados objetivos, como o número de alunos com deficiência matriculados, estrutura disponível nas escolas e capacitação docente. Já a abordagem qualitativa possibilita uma compreensão mais profunda das percepções e experiências dos envolvidos, como professores, gestores e familiares de alunos com deficiência (Creswell, 2010). Dessa forma, a triangulação metodológica contribui para uma análise mais confiável e detalhada (Denzin, 2009).

A pesquisa tem natureza aplicada, pois busca produzir conhecimento voltado para a solução de problemas concretos relacionados à implementação da Educação Especial no município. Segundo Gil (2010), a pesquisa aplicada visa a geração de conhecimento que possa ter impacto direto em um determinado contexto, contribuindo para melhorias práticas no campo estudado.

O estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória busca ampliar o conhecimento sobre a inclusão escolar em Presidente Sarney - MA, identificando os desafios enfrentados e as boas práticas já implementadas (Severino, 2017). Já a pesquisa descritiva tem o objetivo de detalhar e documentar a realidade do ensino inclusivo no município, descrevendo características, dificuldades e estratégias adotadas nas escolas (Lakatos; Marconi, 2017).

Para a obtenção dos dados, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: a) Revisão bibliográfica: Análise de legislações, documentos oficiais e pesquisas acadêmicas sobre Educação Especial no Brasil, Maranhão e Presidente Sarney - MA (Gil, 2010); b) Questionários: Aplicados a gestores escolares, professores e familiares de alunos com deficiência, para coletar informações quantitativas sobre a realidade da Educação Especial no município (Creswell, 2010); c) Entrevistas semiestruturadas: Realizadas com profissionais da educação para aprofundar aspectos qualitativos da inclusão escolar, identificando desafios e estratégias adotadas (Minayo, 2014); d) Observação direta: Visitas às escolas para avaliar a infraestrutura, a acessibilidade e as práticas pedagógicas inclusivas, conforme recomendações de Lüdke e André (2013).

A análise dos dados será feita por meio da triangulação metodológica, combinando informações obtidas pelas diferentes técnicas, o que fortalece a confiabilidade da pesquisa e possibilita uma visão mais abrangente do fenômeno estudado (Denzin, 2009). Além disso, a pesquisa respeita os princípios éticos, garantindo o anonimato dos participantes e obtendo o devido consentimento para a coleta de dados (Resolução CNS 466/2012).

4.2 Local de Investigação

O município de Presidente Sarney está situado no estado do Maranhão, Brasil, com uma população de 17.511 habitantes, conforme o Censo de 2022 (IBGE, 2023). A área territorial é de 726,176 km², resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 24,11 habitantes por km². Cerca de 12,93% da população, ou 2.264 crianças, têm entre 0 e 6 anos, percentual superior à média nacional de 8,92%.

No âmbito educacional, Presidente Sarney enfrenta desafios significativos. Dados do QEdu indicam que a infraestrutura escolar é limitada, com carência de recursos adequados para atender às necessidades de alunos com deficiência. Embora o Maranhão tenha registrado avanços na inclusão educacional, com 97,2% dos 62,5 mil alunos da Educação Especial inseridos em salas comuns em 2023, não há informações específicas disponíveis sobre a

situação em Presidente Sarney, evidenciando a necessidade de investigações locais para compreender e melhorar a realidade educacional do município.

A administração municipal tem demonstrado preocupação com a acessibilidade, conforme indicado no portal oficial, que busca atender às exigências do Decreto nº 5.296/2004, garantindo o pleno acesso aos conteúdos disponíveis para pessoas com necessidades especiais. No entanto, relatos apontam para problemas de infraestrutura urbana, como vias mal pavimentadas e acúmulo de lixo, que podem impactar negativamente o acesso e a permanência de alunos com deficiência nas escolas.

Diante desse cenário, é fundamental realizar um diagnóstico detalhado da situação da Educação Especial em Presidente Sarney, considerando as especificidades locais e os dados disponíveis, para subsidiar políticas públicas eficazes que promovam a inclusão e a qualidade educacional para todos os alunos.

4.3 Sujeitos Investigados

Os sujeitos investigados nesta pesquisa compreendem gestores escolares, professores, alunos e familiares de estudantes da Educação Especial em Presidente Sarney. A escolha desses participantes se justifica pela necessidade de compreender a inclusão escolar sob múltiplas perspectivas, analisando desafios e avanços na implementação das políticas educacionais voltadas para alunos com deficiência.

Segundo Gil (2010), a seleção dos sujeitos em uma pesquisa qualitativa deve considerar a relevância dos participantes para o problema investigado, garantindo que suas experiências contribuam significativamente para a análise. Dessa forma, os gestores foram incluídos para fornecer informações sobre as políticas adotadas e as dificuldades na infraestrutura escolar. Os professores foram escolhidos por estarem diretamente envolvidos na implementação das práticas pedagógicas inclusivas, enquanto os alunos e seus familiares oferecem percepções sobre a acessibilidade, o atendimento educacional e a vivência da inclusão escolar.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que possibilitam captar percepções subjetivas dos participantes e aprofundar as análises sobre os desafios enfrentados (Minayo, 2014). Além disso, questionários estruturados foram aplicados aos professores e gestores para mapear quantitativamente as práticas pedagógicas e os recursos disponíveis. Como reforça Creswell (2010), a triangulação de métodos permite ampliar a validade dos resultados, garantindo uma visão mais abrangente do fenômeno estudado.

A seleção dos sujeitos seguiu critérios como experiência profissional na área de Educação Especial, tempo de atuação na rede pública de ensino e participação ativa em

iniciativas inclusivas. Dessa forma, foi possível obter um panorama realista da situação da Educação Especial em Presidente Sarney, considerando diferentes perspectivas e experiências no contexto educacional do município.

4.4 Instrumentos de Recolha de Dados

Para a obtenção de informações detalhadas sobre a realidade da Educação Especial em Presidente Sarney, a pesquisa utilizou uma abordagem metodológica baseada em instrumentos mistos de coleta de dados, combinando técnicas qualitativas e quantitativas para ampliar a compreensão do fenômeno estudado.

Entre os principais instrumentos utilizados estão os questionários estruturados, aplicados a professores e gestores escolares, com o objetivo de obter dados sobre a infraestrutura escolar, formação docente e estratégias pedagógicas voltadas para a inclusão de alunos com deficiência. Conforme Gil (2010), os questionários permitem coletar informações de forma padronizada, possibilitando uma análise quantitativa das respostas e identificação de padrões recorrentes.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores escolares e familiares de alunos da Educação Especial. Esse instrumento possibilitou a obtenção de percepções mais aprofundadas sobre os desafios e avanços da inclusão escolar, uma vez que, segundo Minayo (2014), as entrevistas permitem explorar experiências, valores e significados atribuídos pelos participantes ao tema investigado.

Outra ferramenta essencial foi a observação direta, realizada nas escolas municipais de Presidente Sarney. Esse método permitiu registrar aspectos como a acessibilidade dos espaços físicos, a interação entre alunos com e sem deficiência e a utilização de recursos pedagógicos inclusivos. De acordo com Lüdke e André (2013), a observação é uma técnica fundamental na pesquisa educacional, pois possibilita captar elementos do cotidiano escolar que podem não ser mencionados pelos participantes nas entrevistas e questionários.

Por fim, os dados coletados foram triangulados para garantir maior confiabilidade e coerência nos resultados. A triangulação, segundo Denzin (2009), consiste na combinação de diferentes fontes e métodos de investigação para validar as conclusões do estudo, reduzindo possíveis vieses e oferecendo uma visão mais completa da realidade educacional investigada.

4.4.1 Amostras da pesquisa

A amostra da pesquisa foi definida de forma intencional, considerando os sujeitos diretamente envolvidos na Educação Especial no município de Presidente Sarney. Para garantir uma análise abrangente e representativa da realidade educacional, foram selecionadas escolas

públicas municipais que atendem alunos com deficiência, além de professores, gestores, alunos e seus familiares.

A escolha dos participantes seguiu critérios como tempo de atuação na rede pública, envolvimento em práticas inclusivas e disponibilidade para contribuir com a pesquisa. De acordo com Creswell (2010), a seleção intencional da amostra é uma estratégia eficaz em pesquisas qualitativas, pois permite focar nos sujeitos mais relevantes para o estudo.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a gestores e familiares, totalizando 115 entrevistas. Já os questionários estruturados foram respondidos pelos 100 professores participantes. Além disso, a observação direta foi realizada em 05 escolas municipais, selecionadas com base na presença de alunos com deficiência e na implementação de políticas inclusivas.

Tabela 1.

Distribuição da amostra

Categoria	Número de Participantes	Método de Coleta
Gestores Escolares	05	Entrevistas semiestruturadas
Professores	100	Questionários estruturados
Alunos com Deficiência	15	Observação direta
Familiares	10	Entrevistas semiestruturadas
Escolas Pesquisadas	05	Observação direta

A seleção dos participantes levou em conta a necessidade de uma visão múltipla sobre a Educação Especial no município. Como destaca Minayo (2014), a diversidade de sujeitos em uma pesquisa qualitativa contribui para a triangulação dos dados, permitindo uma análise mais aprofundada do fenômeno estudado.

Além disso, a representatividade da amostra foi garantida pelo envolvimento de escolas de diferentes bairros de Presidente Sarney, refletindo variações nas condições de infraestrutura, recursos pedagógicos e desafios enfrentados. Segundo Gil (2010), a validade dos resultados em pesquisas sociais depende da coerência entre os sujeitos investigados e os objetivos do estudo.

Com essa abordagem, a pesquisa buscou capturar as percepções, experiências e desafios da Educação Especial em Presidente Sarney, fornecendo subsídios para a formulação de estratégias que promovam uma educação mais inclusiva e acessível.

4.5 Instrumentos da Análise de Dados

A análise de dados é uma das etapas mais importantes em uma pesquisa científica, pois permite transformar as informações brutas coletadas em resultados significativos que ajudam a responder às questões de pesquisa. No presente estudo, que aborda a Política de Educação Especial em Presidente Sarney, foram utilizados diversos instrumentos analíticos, que integraram dados qualitativos e quantitativos, permitindo uma interpretação robusta dos resultados.

A análise de dados qualitativos foi realizada por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2016), um método sistemático que visa identificar e classificar informações relevantes a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores, professores e familiares. A análise de conteúdo possibilita a compreensão dos discursos dos participantes, como suas percepções sobre os avanços e desafios da Educação Especial no município. Essa técnica permite organizar as respostas em categorias temáticas, a fim de observar padrões e discrepâncias nas informações coletadas, com o intuito de identificar as principais questões relacionadas à inclusão escolar.

Para os dados quantitativos, a análise foi realizada por meio de análise estatística descritiva, utilizando frequências, percentuais, médias e desvios padrão para descrever as características dos sujeitos da pesquisa e suas respostas aos questionários estruturados. Os resultados quantitativos permitiram uma visão geral das condições e práticas inclusivas nas escolas de Presidente Sarney. A análise estatística foi realizada com o auxílio de software especializado, como o Excel e o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), permitindo uma interpretação precisa dos dados numéricos e facilitando a visualização de tendências, como as porcentagens de adesão a determinadas práticas pedagógicas inclusivas entre os professores e gestores.

Além disso, para integrar os dados qualitativos e quantitativos, utilizou-se a triangulação de dados (Denzin, 2009), técnica que permite comparar e validar os resultados obtidos por diferentes métodos e fontes. Ao integrar a análise qualitativa das entrevistas com a análise quantitativa dos questionários e da observação, foi possível obter uma visão mais abrangente e confiável da implementação da Política de Educação Especial no município. De acordo com Patton (2002), a triangulação de dados oferece uma maior credibilidade aos resultados da pesquisa, já que permite validar as informações através de diferentes perspectivas e fontes.

A análise foi realizada com base nos objetivos específicos da pesquisa, buscando responder às questões de investigação sobre os avanços e desafios da Educação Inclusiva, a formação dos professores, a infraestrutura das escolas e as estratégias pedagógicas adotadas no município.

4.7 Ética da Pesquisa Científica

A ética na pesquisa científica é um componente fundamental que assegura a integridade do processo investigativo e protege os direitos dos participantes envolvidos. Durante o desenvolvimento da pesquisa sobre a Política de Educação Especial em Presidente Sarney, a ética foi rigorosamente observada em todas as fases, desde o planejamento até a análise e divulgação dos resultados. A seguir, serão apresentadas as práticas éticas adotadas, incluindo as ferramentas utilizadas, como os termos de consentimento livre e esclarecido, as estratégias de proteção contra o plágio e os cuidados com a confidencialidade das informações.

Um dos princípios fundamentais da ética na pesquisa científica é garantir que os participantes tenham conhecimento total sobre os objetivos do estudo, os procedimentos que serão realizados e os possíveis riscos envolvidos. De acordo com Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a participação dos sujeitos deve ser baseada em consentimento livre e esclarecido, onde se proporciona ao participante todas as informações necessárias para sua decisão.

Na pesquisa em questão, os termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE) foram elaborados de forma clara e acessível, e foram distribuídos a todos os participantes da pesquisa, incluindo gestores escolares, professores, alunos e familiares. O TCLE foi assinado por cada participante antes da coleta de dados, garantindo que todos estivessem cientes de que a participação era voluntária e que poderiam interromper sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Os termos detalhavam o objetivo da pesquisa, as metodologias empregadas, os tipos de dados que seriam coletados, e a forma como os dados seriam tratados para garantir a confidencialidade.

Os alunos participaram da pesquisa com o consentimento de seus responsáveis, uma vez que, conforme a legislação brasileira, menores de idade não podem fornecer consentimento de forma independente (BRASIL, 2012). Dessa forma, foi assegurado que os familiares dos alunos tivessem a oportunidade de revisar as informações e fornecer seu consentimento por escrito.

A confidencialidade dos dados coletados foi uma prioridade em todas as etapas da pesquisa. Para garantir que as informações pessoais dos participantes fossem protegidas, foram adotadas medidas para evitar a identificação direta ou indireta dos mesmos. Os dados coletados nas entrevistas e questionários foram armazenados de forma segura, em arquivos criptografados, e os resultados apresentados nas análises foram feitos de forma agregada, sem divulgação de informações individuais.

De acordo com Minayo (2014), é crucial garantir a anonimidade dos participantes, especialmente em pesquisas que envolvem dados sensíveis, como é o caso de estudos sobre a educação de alunos com deficiência. Todos os participantes foram identificados por códigos alfanuméricos durante o processamento dos dados, de modo que suas identidades pessoais não fossem associadas aos resultados.

A proteção da identidade dos participantes também foi assegurada pela não divulgação de informações sobre as escolas específicas, seus localizadores geográficos ou outras características que pudessem vincular diretamente os dados à comunidade escolar de Presidente Sarney.

A prevenção ao plágio é uma preocupação essencial em qualquer produção acadêmica, sendo um aspecto da ética que visa garantir a originalidade do trabalho e respeitar os direitos autorais. Para evitar qualquer tipo de plágio, foi adotado o rigoroso uso de citações diretas e indiretas para todas as fontes referenciadas ao longo da pesquisa.

Além disso, todos os textos e documentos produzidos durante a pesquisa foram verificados por meio de softwares anti-plágio, como o Turnitin, que permite identificar e corrigir possíveis trechos de texto que possam ter sido copiados sem a devida citação. Este procedimento foi adotado para garantir que todas as ideias de outros autores fossem devidamente reconhecidas e que a integridade da pesquisa fosse mantida.

Em conformidade com as diretrizes da APA (7ª edição), todas as fontes foram citadas corretamente no corpo do texto e na lista de referências, garantindo a transparência e o respeito ao trabalho intelectual de outros pesquisadores. As referências foram cuidadosa e minuciosamente formatadas, garantindo a conformidade com as normas de citação exigidas para a publicação acadêmica.

A pesquisa também adotou uma abordagem ética em relação aos benefícios sociais e comunitários derivados do estudo. A Educação Inclusiva tem um impacto significativo não apenas no desenvolvimento acadêmico dos alunos com deficiência, mas também nas suas perspectivas de integração social e participação cidadã. A pesquisa visou, portanto, gerar conhecimentos que pudessem contribuir para a melhoria das práticas educacionais no município de Presidente Sarney, com foco na inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

Schrag (2011) destaca que a ética da pesquisa não se limita à proteção dos participantes, mas também envolve a responsabilidade de produzir conhecimento que possa ser útil e aplicável à sociedade. A pesquisa foi estruturada para que seus resultados pudessem ser utilizados pelas escolas, gestores e formuladores de políticas públicas como um ponto de partida para a implementação de melhorias na Educação Especial, promovendo a equidade no acesso à educação para todos os alunos.

Para garantir que a pesquisa estivesse de acordo com as normas éticas exigidas, foi submetida a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição de ensino responsável pela orientação do estudo e a secretaria de educação do município de Presidente Sarney. A aprovação do comitê foi obtida antes do início da coleta de dados, o que assegurou que todas as práticas e procedimentos adotados estavam em conformidade com as diretrizes éticas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), em especial a Resolução 466/12, que trata dos aspectos éticos da pesquisa com seres humanos.

O processo de aprovação pelo CEP também incluiu a análise dos instrumentos de coleta de dados (questionários, entrevistas e observações), para garantir que estivessem formulados de maneira a respeitar os direitos dos participantes e garantir a integridade do estudo.

A ética na pesquisa científica não é apenas um requisito legal, mas também um compromisso moral do pesquisador com a dignidade e os direitos dos participantes. Neste estudo sobre a Política de Educação Especial em Presidente Sarney, foi dada especial atenção à proteção dos participantes, ao respeito aos direitos autorais e à integridade científica da pesquisa. Todas as medidas éticas descritas aqui foram fundamentais para garantir que a pesquisa fosse conduzida de maneira rigorosa e responsável, gerando resultados que pudessem contribuir de forma significativa para a melhoria da Educação Inclusiva no município.

4.8 Principais desafios da pesquisa

A realização de uma pesquisa científica, especialmente em contexto educacional, está repleta de desafios que podem impactar o processo de coleta e análise dos dados. No estudo sobre a Política de Educação Especial em Presidente Sarney, esses desafios foram diversos, englobando tanto aspectos logísticos e metodológicos quanto questões relacionadas à participação da comunidade escolar e à implementação de políticas públicas eficazes. O entendimento e a superação desses desafios foram essenciais para garantir que a pesquisa fosse conduzida de maneira eficaz e que os resultados obtidos fossem representativos e confiáveis.

Um dos maiores desafios enfrentados durante a pesquisa foi a logística da coleta de dados. Em um município com características rurais, como Presidente Sarney, o acesso a algumas escolas foi um desafio considerável, principalmente devido à localização remota das instituições de ensino e às condições precárias das estradas que dificultavam o deslocamento dos pesquisadores. A distância geográfica entre as escolas selecionadas exigiu um planejamento cuidadoso, o que impactou diretamente a quantidade de tempo disponível para a coleta de dados.

De acordo com Gil (2010), a logística no processo de pesquisa é um dos aspectos cruciais que deve ser antecipadamente planejado para evitar imprevistos. No caso de Presidente Sarney,

a complexidade de deslocamento para realizar as entrevistas e aplicar os questionários fez com que o tempo de campo fosse mais extenso do que o inicialmente previsto. Esse fator também gerou custos adicionais que precisaram ser ajustados ao orçamento da pesquisa, impactando o cronograma de atividades.

O levantamento de dados, que inicialmente seria realizado em duas semanas, acabou sendo estendido para um período de três semanas, devido à necessidade de visitar algumas escolas e de ajustes nas agendas dos participantes, como os gestores escolares e professores, que estavam frequentemente envolvidos com outras atividades educacionais e administrativas.

Outro desafio significativo foi relacionado ao comprometimento e à participação dos sujeitos da pesquisa. Muitos dos professores e gestores das escolas, devido à sobrecarga de tarefas administrativas e pedagógicas, mostraram-se inicialmente relutantes em participar das entrevistas e preencher os questionários. A escassez de tempo e o estresse gerado pelo acúmulo de funções na rotina escolar geraram um cenário de apatia e resistência, especialmente em relação à parte qualitativa da pesquisa (entrevistas semiestruturadas).

Conforme Creswell (2010), um dos obstáculos frequentes na coleta de dados em campo está relacionado à disposição dos participantes, que nem sempre se sentem motivados a colaborar, seja por falta de tempo, seja pela desconfiança em relação à finalidade da pesquisa. A falta de engajamento também foi identificada nas famílias de alunos com deficiência, que em alguns casos hesitaram em autorizar a participação dos filhos nos estudos, temendo que isso pudesse de alguma forma prejudicar seus filhos ou expor sua realidade social.

Para contornar esse obstáculo, foi necessário um esforço adicional de conscientização e sensibilização dos envolvidos, com reuniões explicativas e a construção de uma relação de confiança. Após esse esforço, a taxa de participação aumentou de 60% para 85%, especialmente com a utilização de técnicas de envolvimento comunitário, como encontros informais nas escolas e apresentações sobre os objetivos da pesquisa.

Outro desafio relevante foi o acesso a informações administrativas detalhadas sobre a implementação da Política de Educação Especial nas escolas de Presidente Sarney. Apesar de a pesquisa ter sido autorizada pela Secretaria Municipal de Educação, o acesso a documentos administrativos e relatórios sobre a aplicação de políticas educacionais inclusivas foi restrito. Muitos dos dados necessários para compreender de forma mais aprofundada os investimentos e programas voltados para a Educação Especial estavam dispersos e mal documentados.

De acordo com Minayo (2014), a documentação e os dados administrativos são frequentemente difíceis de acessar, especialmente em contextos em que as políticas públicas são novas ou ainda estão em processo de implementação. A falta de registros completos ou a presença de informações fragmentadas dificultou a análise mais precisa do impacto da Política

de Educação Especial nas escolas locais, limitando a compreensão mais aprofundada das iniciativas públicas e das estratégias pedagógicas adotadas.

Essa limitação foi contornada por meio de entrevistas com gestores e coordenadores pedagógicos, que, mesmo sem documentação formal, compartilharam informações sobre as práticas pedagógicas adotadas nas escolas. Contudo, isso não substituiu o acesso direto aos dados oficiais, sendo um fator que restringiu a profundidade de algumas análises.

A capacitação dos professores para lidar com as especificidades da Educação Especial foi outro ponto crítico identificado durante a pesquisa. Embora a legislação brasileira preveja a formação continuada para educadores, a realidade encontrada nas escolas de Presidente Sarney demonstrou que os profissionais da educação ainda enfrentam dificuldades significativas para aplicar práticas pedagógicas inclusivas eficazes, especialmente devido à falta de treinamento especializado.

Mantoan (2017) discute a importância da formação dos professores no campo da Educação Inclusiva, ressaltando que, para que as políticas públicas de inclusão sejam eficazes, é necessário um preparo adequado dos educadores. Nas entrevistas realizadas, muitos professores mencionaram que as formações oferecidas eram, em sua maioria, pontuais e não atendiam às demandas do dia a dia da sala de aula. Isso resultou em um cenário de insegurança pedagógica, onde os professores sentiam-se despreparados para atender de forma eficaz os alunos com deficiência.

Além disso, muitos dos docentes afirmaram que a falta de recursos materiais e o número elevado de alunos por turma dificultavam a implementação de práticas pedagógicas diferenciadas. A escassez de material didático adaptado também foi citada como um fator limitante para a adaptação do currículo escolar às necessidades dos alunos com deficiência.

Por fim, outro desafio identificado na pesquisa foi a dificuldade de implementação das políticas públicas de inclusão educacional de forma eficaz. Embora o município de Presidente Sarney tenha implementado a Política de Educação Especial, observou-se que a execução dessas políticas foi, em alguns casos, fragmentada e inconsistente. A falta de uma gestão integrada e contínua dificultou o acompanhamento e a avaliação dos programas de inclusão.

Sodré (2017) destaca que a implementação das políticas públicas de educação inclusiva requer uma abordagem integrada e contínua, que envolva não apenas a capacitação dos professores, mas também o envolvimento das famílias e da comunidade escolar. Contudo, a pesquisa revelou que, em Presidente Sarney, a falta de articulação entre os diversos atores envolvidos na educação inclusiva foi um fator que comprometeu a efetividade das ações. A dificuldade em articular as ações municipais com as estaduais e federais gerou lacunas na implementação de medidas de apoio aos alunos com deficiência.

Os desafios encontrados durante a pesquisa em Presidente Sarney, relacionados a questões logísticas, resistência à participação, falta de acesso a informações e limitações na implementação de políticas públicas, revelam as complexidades envolvidas na análise da Educação Especial em contextos de educação pública no Brasil. A superação desses desafios foi fundamental para a realização de um estudo mais robusto e completo. A experiência vivenciada durante a pesquisa forneceu não apenas dados importantes para a compreensão das barreiras enfrentadas por gestores e professores, mas também indicativos de ações que podem ser adotadas para melhorar a efetividade da política de inclusão educacional.

CAPÍTULO 5.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Capítulo 5 apresenta a análise dos resultados obtidos na pesquisa sobre a implementação da educação inclusiva nas escolas, destacando as principais evidências relacionadas à formação docente, infraestrutura escolar e políticas públicas. A discussão foca nas estratégias eficazes para promover a inclusão, como a capacitação contínua de professores e a adequação das estruturas escolares para alunos com deficiência. Também são abordados os desafios enfrentados pelas escolas, como a falta de recursos e a resistência à mudança. A conclusão aponta para a necessidade de um compromisso mais robusto com a inclusão, tanto em termos de políticas públicas quanto de práticas pedagógicas no contexto escolar.

5.1 Contexto introdutório dos resultados encontrados e discussões

No item 5.1, "Contexto Introdutório dos Resultados Encontrados e Discussões", são apresentados os principais achados da pesquisa sobre a implementação da educação inclusiva nas escolas. A partir da análise dos dados coletados, o foco recai sobre as condições atuais da infraestrutura escolar, as práticas pedagógicas adotadas e os desafios enfrentados tanto pelos profissionais da educação quanto pelos alunos com deficiência. As discussões iniciam com a identificação das lacunas na formação docente e na adaptação dos ambientes escolares, evidenciando as dificuldades relacionadas à falta de recursos e apoio especializado. Além disso, destaca-se a importância de políticas públicas mais consistentes e da criação de um ambiente mais acolhedor e adaptado para todos os alunos.

A partir desse cenário, são trazidas as reflexões sobre o impacto dessas condições no processo de ensino-aprendizagem e na participação plena dos alunos com deficiência, levando em consideração as experiências exitosas e as áreas que ainda carecem de melhorias. A análise pretende também relacionar os dados com as políticas e práticas educacionais que visam a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

5.2 Resultados e análises das observações em sala de aula

As observações realizadas em sala de aula nas escolas públicas de Presidente Sarney MA foram estruturadas para compreender as práticas pedagógicas, a interação entre professores e alunos, a acessibilidade do ambiente, os recursos disponíveis e as metodologias utilizadas para atender alunos com deficiência. Esta abordagem direta possibilita uma visão real e concreta

sobre como a Política de Educação Especial está sendo aplicada na prática, bem como os desafios e avanços enfrentados.

De acordo com Ludke e André (2013), a observação direta é uma metodologia eficaz para analisar o cotidiano escolar e as dinâmicas presentes nas escolas, permitindo identificar tanto aspectos positivos quanto obstáculos a serem superados. Durante as visitas, notou-se que, em geral, as escolas apresentam uma boa estrutura física adaptada para receber alunos com deficiência, com rampas, banheiros adaptados e espaços amplos, o que corrobora o que foi identificado no questionário sobre acessibilidade. A adaptação dos ambientes, como aponta Vygotsky (2007), é fundamental para que o processo de aprendizagem ocorra em condições adequadas e inclusivas.

No aspecto da interação professor-aluno, observou-se que muitos professores demonstram atenção e procuram adaptar suas explicações para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, embora nem sempre de forma sistemática ou contínua, refletindo os dados coletados no questionário de formação docente. Segundo Pletsch (2009), a formação e o preparo dos professores são cruciais para que práticas pedagógicas inclusivas sejam efetivas, pois possibilitam a adoção de estratégias diversificadas e a utilização de recursos pedagógicos acessíveis.

A convivência entre alunos com e sem deficiência revelou um ambiente geralmente colaborativo e de respeito, onde as barreiras sociais e preconceitos parecem ser minimizados pela atuação do professor e pela cultura escolar, conforme destacado por Souza e Mazzotta (2017). A participação ativa dos alunos com deficiência nas atividades em grupo e recreativas indica um avanço na construção de uma cultura inclusiva, na qual a socialização é vista como elemento central para o desenvolvimento integral do estudante, conforme apontado também por Mantoan (2006).

No que tange aos recursos pedagógicos, constatou-se que as escolas utilizam materiais adaptados, em alguns casos confeccionados pelos próprios professores e tutores, aliados a tecnologias educacionais como telas interativas, que facilitam a inclusão e promovem maior engajamento dos alunos com deficiência (Moran, 2015). No entanto, também foram identificadas limitações, especialmente na oferta de suporte especializado durante as aulas, como intérpretes de Libras ou mediadores, o que corresponde à percepção dos professores sobre a necessidade de maior apoio técnico.

Além disso, o ambiente escolar é favorável à aprendizagem, pois as escolas são climatizadas, amplas e bem iluminadas, fatores que, segundo Oliveira (2016), contribuem para o conforto e o bem-estar dos alunos, impactando positivamente seu rendimento e motivação. A

acessibilidade física aliada a essas condições ambientais reforça o compromisso da escola em receber e atender adequadamente alunos com diversas deficiências.

Por fim, as observações confirmam que a efetivação da inclusão não depende apenas da estrutura e recursos, mas também de um trabalho coletivo que envolve professores, gestores, alunos e famílias, fortalecendo uma rede de apoio essencial para o sucesso da Educação Especial (Gatti, 2018). As famílias reconhecem o ambiente escolar como espaço de aprendizagem e acolhimento, o que reforça a importância da parceria entre escola e comunidade no processo inclusivo.

5.3 Resultados e análise das entrevistas com gestores escolares

Com o objetivo de compreender os avanços, desafios e percepções relacionados à implementação da Política de Educação Especial no município de Presidente Sarney - MA, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco gestores escolares atuantes na rede pública municipal. As entrevistas buscaram explorar aspectos essenciais da gestão escolar voltados à inclusão de alunos com deficiência, considerando fatores como infraestrutura, formação docente, articulação política e envolvimento comunitário.

A análise qualitativa das respostas foi realizada por meio do método de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), o que permitiu organizar e interpretar os dados a partir da identificação de categorias temáticas recorrentes. As informações foram sistematizadas em sete tabelas, cada uma correspondendo a uma questão-chave da entrevista.

Cada tabela apresenta os seguintes elementos: a) A resposta literal de cada gestor à pergunta correspondente; b) A categoria temática extraída da resposta; c) As unidades de registro, compostas por expressões-chave destacadas no discurso; d) Uma interpretação analítica, relacionando o conteúdo das falas ao contexto da pesquisa e aos objetivos específicos propostos.

As sete tabelas foram elaboradas com base nas seguintes perguntas: 1) Avaliação da implementação da Política de Educação Especial; 2) Dificuldades enfrentadas para garantir a inclusão; 3) Recursos e infraestrutura disponíveis; 4) Formação docente e estratégias de capacitação; 5) Envolvimento das famílias e da comunidade; 6) Articulação entre políticas públicas municipais e estaduais; 7) Propostas e estratégias para aprimorar a inclusão.

Essa abordagem possibilitou uma visão ampla e crítica sobre como os gestores escolares percebem, enfrentam e propõem caminhos para a consolidação de uma educação inclusiva mais justa e efetiva, permitindo identificar tendências, fragilidades e boas práticas no contexto local.

Tabela 2.

Análise das Respostas dos Diretores Escolares sobre a Implementação da Política de Educação Especial

Diretor	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
D1	Não respondeu	Ausência de resposta	—	Não forneceu informações, o que pode indicar desconhecimento, insegurança ou falta de envolvimento direto com a temática.
D2	"Muito boa, pois facilita o processo de aprendizagem."	Impacto na aprendizagem	"facilita o processo de aprendizagem"	A política é percebida como positiva por contribuir diretamente com o desempenho e inclusão dos alunos com deficiência.
D3	"Uma atitude plausível e muito importante. A socialização é o respeito como um todo."	Valorização da inclusão e convivência	"atitude plausível", "socialização", "respeito"	O diretor destaca o valor da inclusão social e do respeito à diversidade no ambiente escolar como avanços significativos.
D4	"Satisfatória, havendo um aumento da participação dos alunos!"	Participação e engajamento dos alunos	"aumento da participação dos alunos"	A política tem contribuído para maior presença e envolvimento dos alunos com deficiência nas atividades escolares.
D5	"Ainda há muito trabalho para fazer em relação à política de educação especial, entretanto ela foi de suma importância para as crianças com deficiência, visto que teve um olhar mais humanizado para essas crianças."	Reconhecimento dos avanços e desafios	"muito trabalho a fazer", "olhar mais humanizado"	Reconhece o valor da política, mas também aponta a necessidade de avanços estruturais e pedagógicos.

A análise das respostas dos gestores escolares acerca da implementação da Política de Educação Especial em Presidente Sarney revela um quadro com avanços perceptíveis, porém ainda permeado por desafios estruturais e pedagógicos significativos. Conforme descrito na Tabela 2, as percepções variam desde a valorização do impacto positivo da política na aprendizagem e inclusão dos alunos com deficiência até o reconhecimento da necessidade de aprimoramentos contínuos.

Um dos gestores (D2) destaca que a política “facilita o processo de aprendizagem”, o que corrobora com a literatura que aponta que a inclusão efetiva contribui diretamente para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos com necessidades especiais (Artiles, Kozleski,

& Waitoller, 2011). A inclusão, neste sentido, não é apenas uma questão de acesso, mas de aprendizagem significativa e participação ativa no ambiente escolar.

Outro gestor (D3) enfatiza a dimensão social da política, mencionando “socialização” e “respeito”, o que está alinhado com a perspectiva de que a educação inclusiva promove a convivência harmoniosa e o reconhecimento da diversidade, fortalecendo valores democráticos e o respeito às diferenças (Mittler, 2012). A educação inclusiva vai além da mera presença física do aluno com deficiência na escola; envolve a transformação das práticas pedagógicas e culturais da instituição para garantir a participação plena (Ainscow, 2020).

No entanto, a resposta do gestor D5 aponta para os desafios persistentes, ressaltando que “ainda há muito trabalho para fazer”, apesar de reconhecer um “olhar mais humanizado” da política. Isso reflete a necessidade contínua de aprimoramento das condições materiais, da formação docente e da articulação entre políticas públicas para assegurar a efetividade da inclusão (Slee, 2011). Segundo Silva e Souza (2019), a humanização nas políticas educacionais requer também suporte técnico, pedagógico e infraestrutura adequada para atender às demandas específicas dos estudantes com deficiência.

Adicionalmente, o aumento da “participação dos alunos” destacado por D4 indica avanços no engajamento dos estudantes, um fator crucial para a construção da autonomia e autoestima, conforme apontado por Florian (2014), que destaca que a inclusão amplia as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

Entretanto, a ausência de resposta do gestor D1 pode sugerir lacunas no envolvimento ou no conhecimento da política, o que pode comprometer a sua implementação local (Oliveira & Carvalho, 2017). A gestão escolar exerce papel fundamental na efetivação das políticas públicas, e o desconhecimento ou desmotivação por parte dos gestores pode ser um entrave para o avanço da inclusão (Carnoy & Rhoten, 2002).

Em síntese, a análise das respostas demonstra que, apesar dos avanços reconhecidos, os desafios estruturais, formativos e culturais ainda persistem, demandando estratégias integradas que promovam não apenas a acessibilidade física, mas a transformação das práticas pedagógicas, a formação continuada dos professores e o fortalecimento da gestão escolar, alinhadas às diretrizes nacionais de Educação Especial.

Tabela 3. Desafios da Inclusão de Alunos com Deficiência nas Escolas Públicas de Presidente Sarney MA

Diretor	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
D1	Não respondeu	Ausência de resposta	—	A ausência de resposta pode indicar lacuna na percepção institucional sobre os desafios inclusivos ou desconhecimento do assunto.
D2	"A aceitação do CID na família. O impacto é negativo pois dificulta a evolução da criança."	Barreiras familiares e sociais	"aceitação do CID", "impacto negativo", "dificulta a evolução"	O maior desafio identificado está fora da escola — a resistência ou negação familiar do diagnóstico dificulta o desenvolvimento educacional do aluno.
D3	"Por hora nenhuma."	Percepção de ausência de dificuldades	"nenhuma"	Pode indicar desconhecimento sobre as necessidades reais dos alunos com deficiência ou falta de avaliação crítica sobre a efetividade das práticas inclusivas.
D4	"Faltam professores capacitados para que possam vivenciar as experiências da Educação Especial."	Falta de formação docente	"faltam professores capacitados", "vivenciar experiências"	O diretor identifica uma carência na formação específica dos professores como barreira à inclusão efetiva.
D5	"O que mais enfrentamos é a falta de inclusão com os alunos atípicos. Impacta de uma maneira desigual e prejudicial para o desempenho desses alunos."	Exclusão e impacto no rendimento	"falta de inclusão", "maneira desigual", "prejudicial para o desempenho"	Reconhece que a exclusão ainda persiste e afeta negativamente a aprendizagem e equidade no ambiente escolar.

A Tabela 3 revela importantes perspectivas dos gestores acerca dos obstáculos enfrentados para a efetivação da inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas de Presidente Sarney. As respostas destacam tanto barreiras externas quanto internas à instituição escolar, além de questões relacionadas à formação docente e percepção social.

A ausência de resposta do gestor D1 pode indicar um possível desconhecimento ou falta de envolvimento com as questões específicas da inclusão, situação que já foi apontada como problemática por Oliveira e Carvalho (2017), para quem a falta de conhecimento dos gestores compromete a formulação e implementação eficaz das políticas inclusivas.

O gestor D2 chama atenção para um desafio fundamental que transcende o ambiente escolar: a resistência ou dificuldade de aceitação do CID (Classificação Internacional de Doenças) pela família, o que "dificulta a evolução da criança". Esse ponto está em consonância com a literatura que reconhece que a inclusão escolar depende não apenas da escola, mas de uma rede de apoio social que inclui a família e a comunidade (Silva & Souza, 2019). A ausência

de aceitação pode gerar barreiras emocionais e sociais que comprometem o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com deficiência (Dyson & Millward, 2000).

Já a resposta do gestor D3, que afirmou não identificar dificuldades, pode refletir uma percepção superficial ou falta de avaliação crítica das práticas inclusivas, o que é um aspecto problemático segundo Ainscow (2020), pois a identificação dos desafios é o primeiro passo para o aprimoramento das políticas e práticas escolares.

A questão da “falta de professores capacitados”, mencionada por D4, está amplamente documentada como um dos principais entraves para a efetividade da inclusão (UNESCO, 2020). A formação continuada e específica em Educação Especial é fundamental para que os docentes possam “vivenciar experiências” e aplicar estratégias pedagógicas adequadas às necessidades dos alunos com deficiência (Florian, 2014).

Por fim, o gestor D5 evidencia que a “falta de inclusão” persiste, especialmente em relação aos alunos atípicos, com impacto “desigual e prejudicial para o desempenho desses alunos”. Essa constatação reforça a crítica de Slee (2011) sobre a exclusão estrutural que ainda ocorre, mesmo em contextos que formalmente adotam políticas inclusivas, e destaca a necessidade de políticas e práticas que garantam não só a presença, mas a participação e equidade no aprendizado.

Portanto, os desafios relatados evidenciam a complexidade da inclusão escolar, que exige esforços integrados para superar barreiras familiares, formar profissionais capacitados e garantir uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Tabela 4. Recursos e Infraestrutura para Educação Inclusiva em Escolas de Presidente Sarney - MA

Diretor	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
D1	Não respondeu	Ausência de resposta	—	A falta de resposta pode indicar ausência de infraestrutura ou desconhecimento da realidade estrutural da escola.
D2	"Sala de atendimento educacional especializado. Sim, acredito que eles somam na acessibilidade."	Presença de AEE e percepção positiva	"sala de atendimento educacional especializado", "somam na acessibilidade"	A escola possui espaço específico e o gestor acredita que esse recurso contribui efetivamente para a inclusão.
Diretor	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação

D3	"Recursos que na escola não temos. Nós docentes estamos produzindo. Acredito sim, porém para fazer uma educação de qualidade não precisamos de quantidade e sim qualidade."	Ausência de recursos e compensação com criatividade docente	"não temos", "nós docentes estamos produzindo", "qualidade"	Relata ausência de recursos institucionais, sendo suprida parcialmente pelo esforço dos professores. A acessibilidade depende mais da atuação humana do que da estrutura.
D4	"Sala de AEE, parcialmente!"	Recursos insuficientes	"parcialmente"	Embora haja sala de AEE, a estrutura é percebida como incompleta ou limitada, o que compromete a acessibilidade plena.
D5	"Possuímos uma sala de recursos adequada para os alunos!"	Recurso adequado e funcional	"sala de recursos adequada"	A escola dispõe de infraestrutura que atende às

A análise das respostas dos gestores acerca dos recursos e infraestrutura disponíveis para a Educação Inclusiva no município de Presidente Sarney revela uma realidade heterogênea, na qual há avanços pontuais, mas também lacunas significativas que impactam a efetividade da política de inclusão.

A ausência de resposta do diretor D1 pode sugerir uma possível falta de infraestrutura adequada ou desconhecimento da real situação física da escola, fato preocupante dado que a gestão escolar deve estar ciente das condições estruturais para planejar ações inclusivas (Oliveira & Carvalho, 2017).

Por outro lado, os gestores D2 e D5 destacam a existência de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e salas de recursos, percebidas como importantes para promover a acessibilidade. A presença desses espaços especializados é fundamental para a oferta de um atendimento pedagógico diferenciado, permitindo adaptações curriculares e o suporte individualizado que a inclusão demanda (Brasil, 2008). Contudo, conforme reconhece D4, esses recursos são muitas vezes “parciais”, indicando que, embora existam, a infraestrutura não é suficiente para garantir a plena acessibilidade e atendimento adequado às necessidades dos alunos.

A resposta do gestor D3 apresenta um aspecto crucial: a carência de recursos materiais e a necessidade de compensação por meio da criatividade e dedicação dos professores. Este ponto evidencia que, apesar das limitações estruturais, o compromisso docente pode minimizar alguns dos impactos da falta de recursos, reforçando o papel central dos profissionais na inclusão (Florian, 2014). No entanto, depender exclusivamente da iniciativa dos docentes não é suficiente para garantir uma educação inclusiva de qualidade, pois a infraestrutura adequada é requisito básico para a acessibilidade (UNESCO, 2020).

Assim, a análise indica que, embora haja esforços e algumas conquistas no que tange à infraestrutura inclusiva, ainda existem limitações que precisam ser superadas para garantir ambientes acessíveis, seguros e acolhedores, essenciais para a efetividade das políticas de Educação Especial. Investimentos em infraestrutura física, recursos pedagógicos e tecnologia assistiva são imprescindíveis para a concretização dos princípios da inclusão estabelecidos na legislação brasileira (Brasil, 2008).

Tabela 5. Formação Docente e Estratégias de Capacitação para Educação Inclusiva em Presidente Sarney - MA

Diretor	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
D1	Não respondeu	Ausência de resposta	—	A omissão pode indicar lacunas na política de formação ou desconhecimento sobre as ações formativas em andamento.
D2	"É tratado de forma prioritária e as estratégias se referem ao desenvolvimento individual de cada criança."	Priorização da formação e foco no aluno	"tratado de forma prioritária", "desenvolvimento individual"	A gestão valoriza a formação continuada e busca personalizar o atendimento com foco nas necessidades específicas de cada aluno com deficiência.
D3	"Bem explícita. Formações continuadas, e trabalho coletivo."	Formação continuada e trabalho colaborativo	"formações continuadas", "trabalho coletivo"	A escola promove ações formativas regulares com foco no fortalecimento da prática pedagógica em equipe.
D4	"Tem sido uma ótima ferramenta para um olhar com mais empatia! Estratégias através de formações com experiências práticas!"	Empatia e formação prática	"olhar com mais empatia", "experiências práticas"	A formação é vista como promotora de sensibilidade e práticas pedagógicas contextualizadas, aproximando teoria e prática.
D5	"O objetivo da formação é conscientizar os envolvidos que é necessário fazer uma educação com equidade, respeito, empatia para que todos possam ter as mesmas oportunidades."	Formação com foco em valores inclusivos	"educação com equidade", "respeito", "empatia", "mesmas oportunidades"	

A análise das respostas dos gestores escolares acerca da formação docente e das estratégias de capacitação para a Educação Inclusiva revela um reconhecimento da importância do desenvolvimento profissional contínuo, bem como do compromisso com valores inclusivos que permeiam as práticas pedagógicas.

A ausência de resposta do gestor D1 pode indicar lacunas na política de formação ou até desconhecimento sobre as ações de capacitação em curso, situação que, segundo Oliveira e Carvalho (2017), compromete o fortalecimento da inclusão, pois a formação docente é um dos pilares para a construção de uma prática educativa sensível às demandas dos alunos com deficiência.

Em contrapartida, os gestores D2 e D3 destacam que a formação é tratada com prioridade, enfatizando estratégias como o desenvolvimento individualizado dos alunos (D2) e a realização de formações continuadas combinadas com trabalho coletivo (D3). Essa perspectiva está alinhada às recomendações de Florian (2014), que ressalta a necessidade da formação permanente e colaborativa para que os docentes possam desenvolver competências para lidar com a diversidade em sala de aula.

A resposta do gestor D4 ressalta a importância da formação como ferramenta para desenvolver “olhar com mais empatia” por meio de experiências práticas, destacando a aproximação entre teoria e prática, fundamental para a efetividade da inclusão (Ainscow, 2020). Essa sensibilidade pedagógica é vital para superar práticas tradicionais que ainda permeiam o ensino e para construir uma cultura escolar mais acolhedora.

Por fim, o gestor D5 aponta que a formação tem como objetivo a conscientização sobre a necessidade de uma educação pautada em “equidade, respeito e empatia”, princípios basilares da educação inclusiva que garantem o direito à igualdade de oportunidades (Slee, 2011). A capacitação que valoriza esses valores pode contribuir para a transformação das atitudes e práticas pedagógicas, promovendo a inclusão efetiva.

Assim, a análise evidencia que as escolas que investem em formação docente contínua, colaborativa e pautada em valores inclusivos estão mais bem preparadas para responder aos desafios da Educação Especial, indicando um avanço importante para a implementação da política de inclusão em Presidente Sarney.

Tabela 6. Participação da Família e da Comunidade na Inclusão Educacional em Presidente Sarney - MA

Diretor	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
D1	Não respondeu	Ausência de resposta	—	A ausência de resposta pode indicar falta de estratégias concretas de articulação com as

Diretor	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
				famílias ou desconhecimento sobre o tema.
D2	"Através de roda de conversas. Às vezes sim, depende de cada família."	Ações pontuais e envolvimento variável	"roda de conversas", "depende de cada família"	A escola promove ações participativas, mas o envolvimento é desigual, variando conforme o perfil familiar.
D3	"Estamos buscando sempre esse feedback. Porque sabemos a importância que é a família na escola."	Busca por aproximação e reconhecimento do papel da família	"buscando sempre", "importância da família"	A gestão demonstra preocupação e esforço para ouvir e integrar a família no processo educativo, reconhecendo seu papel essencial.
D4	"Através de reuniões e alinhamento com as famílias. Sim."	Colaboração formal e eficaz	"reuniões", "alinhamento", "sim"	Indica uma relação estruturada e colaborativa com as famílias, com comunicação ativa e participação efetiva.
D5	"Há vários atritos em relação a isso, não é sempre que as famílias estão dispostas a agregar! Ainda é um desafio!"	Dificuldades na colaboração e resistência familiar	"atritos", "não estão dispostas", "desafio"	Aponta obstáculos na relação escola-família, especialmente resistência ou falta de engajamento das famílias no processo inclusivo.

A participação da família e da comunidade é reconhecida como um componente essencial para o sucesso da Educação Inclusiva, e a Tabela 6 evidências tanto avanços quanto dificuldades nesse aspecto no contexto das escolas públicas de Presidente Sarney.

A ausência de resposta do gestor D1 pode indicar uma fragilidade nas estratégias de articulação com as famílias ou mesmo desconhecimento da importância dessa participação, situação que tem sido apontada como uma barreira para a inclusão efetiva (Silva & Souza, 2019).

Os gestores D2, D3 e D4 demonstram diferentes níveis de envolvimento familiar. D2 destaca a realização de “rodas de conversa”, evidenciando ações pontuais que promovem o diálogo, embora com participação variável segundo o perfil de cada família. Essa variabilidade no engajamento familiar é um desafio amplamente documentado na literatura, uma vez que fatores socioeconômicos, culturais e de informação influenciam diretamente a colaboração das famílias (Epstein, 2011).

O gestor D3 revela uma busca ativa por feedback e integração das famílias, o que demonstra uma postura proativa da gestão escolar em reconhecer a família como parceira imprescindível no processo educativo (Bronfenbrenner, 1986). Já D4 indica uma relação mais

formal e estruturada, com “reuniões e alinhamento”, sugerindo práticas consolidadas de comunicação e colaboração, fundamentais para a construção de uma rede de apoio à inclusão (Ainscow, 2020).

Porém, o relato do gestor D5 chama atenção para os conflitos e resistências que ainda permeiam a relação entre escola e família, evidenciando que nem sempre as famílias estão dispostas a colaborar, o que pode comprometer os processos inclusivos. Segundo Rousso (2007), essas dificuldades exigem estratégias que promovam o diálogo, a sensibilização e o fortalecimento da confiança entre os envolvidos.

Assim, a análise revela que, embora existam iniciativas e reconhecimento da importância da família e comunidade, a efetivação da participação ainda enfrenta barreiras culturais e estruturais que demandam ações integradas e contínuas para fortalecer essa colaboração e garantir o direito à educação inclusiva.

Tabela 7.

Articulação entre Políticas Públicas e a Realidade da Educação Especial nas Escolas de Presidente Sarney - MA

Diretor	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
D1	Não respondeu	Ausência de resposta	—	A ausência pode refletir desconhecimento, desarticulação institucional ou ausência de envolvimento com o planejamento intergovernamental.
D2	"Na elaboração de plano de aulas que atendem a necessidade da inclusão das crianças com deficiência."	Aplicação prática das diretrizes	"plano de aulas", "necessidade da inclusão"	Indica que a articulação com as políticas ocorre no nível pedagógico, por meio do planejamento docente que incorpora princípios da inclusão.
D3	"Ainda existem algumas dificuldades sim, porém com o tempo isso será alinhado."	Reconhecimento de falhas e otimismo	"dificuldades", "com o tempo será alinhado"	Identifica barreiras atuais, mas acredita em uma possível integração gradual entre as esferas municipal e estadual.
D4	"Com um pouco de resistência por parte de alguns professores. Sim!"	Resistência docente e desalinhamento	"resistência de professores", "sim"	A implementação encontra entraves na adesão dos profissionais da educação, dificultando o alinhamento entre diretrizes e prática escolar.

D5	"Ainda falta muito para estruturar e implementar entre ambas as políticas públicas! Existe sim, pois há um público enorme na	Desarticulação e falta de recursos humanos	"falta muito para estruturar", "falta profissionais adequados", "existe sim"	
Diretor	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
	educação e falta profissionais adequados serem inseridos!"			

A articulação entre as políticas públicas e a prática educativa nas escolas é um fator determinante para a efetividade da Educação Especial, e as respostas dos gestores escolares refletem a complexidade e os desafios desse processo no contexto de Presidente Sarney.

A ausência de resposta do gestor D1 pode indicar uma desconexão institucional, falta de conhecimento ou envolvimento insuficiente com as políticas públicas, o que compromete a integração das diretrizes na rotina escolar. Oliveira e Carvalho (2017) destacam que o envolvimento da gestão é crucial para garantir a implementação coerente das políticas públicas.

O gestor D2 evidencia uma articulação concreta na esfera pedagógica, mencionando a elaboração de planos de aula que incorporam as necessidades de inclusão. Isso demonstra um esforço para traduzir as diretrizes políticas em práticas educacionais efetivas, em consonância com o que preconiza a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008).

Por sua vez, D3 reconhece a existência de dificuldades, mas manifesta otimismo quanto ao alinhamento gradual das políticas, um processo que, segundo Ainscow (2020), demanda tempo, capacitação e sensibilização dos atores envolvidos para consolidar a inclusão.

Entretanto, o relato de D4 aponta para resistência de alguns professores, barreira frequente à implementação das políticas, que pode comprometer a efetividade da inclusão e exige estratégias específicas de formação e engajamento docente (Florian, 2014).

Finalmente, D5 destaca a desarticulação entre políticas e a insuficiência de recursos humanos capacitados, problemas que limitam a estruturação e operacionalização da Educação Especial nas escolas. Gatti (2018) enfatiza que a falta de profissionais qualificados e a precariedade da estrutura institucional são obstáculos recorrentes na efetivação das políticas inclusivas.

Portanto, a análise demonstra que, embora haja esforços para integrar as políticas públicas à prática escolar, persistem desafios relacionados à resistência docente, carência de recursos humanos e desarticulação institucional, que demandam ações coordenadas para fortalecer a inclusão.

Tabela 8.

Estratégias Sugeridas para Melhorar a Educação Especial nas Escolas de Presidente Sarney - MA

Diretor	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
D1	Não respondeu	Ausência de resposta	—	A não participação pode refletir falta de estratégias concretas ou desarticulação do planejamento institucional da gestão com foco em inclusão.
D2	"Um acompanhamento psicopedagógico mais frequente nas escolas e atendimento especializado com as famílias também."	Apoio psicopedagógico e familiar	"acompanhamento psicopedagógico", "atendimento especializado com as famílias"	Sugere ações integradas que envolvam tanto o suporte técnico às escolas quanto o apoio familiar, reforçando a importância da rede de apoio.
D3	"A conscientização de que o aluno não é responsabilidade de um e sim da escola."	Corresponsabilidade institucional	"conscientização", "responsabilidade da escola"	Propõe uma mudança cultural interna, enfatizando o papel coletivo da equipe escolar na inclusão.
D4	"Formações constantes e conscientização de toda equipe!"	Formação continuada e sensibilização	"formações constantes", "conscientização de toda equipe"	Defende a capacitação permanente como ferramenta essencial para o avanço da inclusão e para o preparo pedagógico da equipe.
D5	"As ações estão sendo realizadas, palestras, eventos etc. Eu acredito que a mudança só vem a partir do momento em que os educadores tomarem consciência de si e dos seus atos."	Práticas em andamento e mudança de postura	"palestras", "eventos", "consciência de si", "educadores"	Indica ações já em curso, mas defende que a transformação real depende de um engajamento

A análise das sugestões dos gestores escolares para aprimorar a Educação Especial no município de Presidente Sarney aponta para a necessidade de estratégias integradas que envolvam suporte técnico, formação contínua e transformação cultural no ambiente escolar.

A ausência de resposta do gestor D1 pode indicar uma lacuna na elaboração ou no conhecimento de estratégias concretas, refletindo possível desarticulação do planejamento

institucional em relação à inclusão, aspecto ressaltado por Oliveira e Carvalho (2017), que destaca o papel fundamental da gestão na condução de políticas inclusivas.

O gestor D2 sugere a implementação de um acompanhamento psicopedagógico mais frequente nas escolas, aliado a um atendimento especializado com as famílias. Essa proposta reforça a importância da rede de apoio interdisciplinar e do envolvimento familiar, elementos-chave para o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência (Bronfenbrenner, 1986; Silva & Souza, 2019).

A consciência coletiva e a corresponsabilidade institucional são enfatizadas por D3, que propõe uma mudança cultural no sentido de que “o aluno não é responsabilidade de um e sim da escola”. Essa visão está em consonância com Ainscow (2020), para quem a inclusão eficaz depende da mobilização de toda a comunidade escolar, promovendo uma cultura colaborativa e compartilhada de cuidado e aprendizado.

A formação continuada e a sensibilização da equipe são apontadas por D4 como ferramentas essenciais para o avanço da inclusão. A capacitação permanente é fundamental para atualizar conhecimentos, desenvolver competências e modificar atitudes, o que contribui para uma prática pedagógica mais inclusiva (Florian, 2014).

Por fim, o gestor D5 reconhece que ações como palestras e eventos já estão sendo realizadas, mas enfatiza que a mudança efetiva depende da “consciência de si” por parte dos educadores, ou seja, da reflexão crítica e do engajamento pessoal em prol da inclusão. Essa perspectiva destaca a dimensão ética e pessoal do trabalho docente na transformação da realidade escolar (Slee, 2011).

Assim, as estratégias sugeridas convergem para a importância do suporte técnico, formação contínua e, sobretudo, da construção de uma cultura escolar inclusiva e corresponsável, evidenciando caminhos para superar os desafios atuais da Educação Especial em Presidente Sarney.

5.3.1 Análise geral dos gestores escolares voltadas aos objetivos da pesquisa

A análise das respostas dos gestores escolares das escolas públicas de Presidente Sarney, a partir das tabelas 2 a 8, revela importantes percepções, avanços e desafios relacionados à implementação da Política de Educação Especial no município, alinhando-se aos objetivos propostos nesta pesquisa.

Primeiramente, observa-se que os gestores reconhecem os avanços na promoção da inclusão, destacando a importância da política para facilitar o processo de aprendizagem e ampliar a participação dos alunos com deficiência (Artiles, Kozleski, & Waitoller, 2011). O

valor dado à inclusão social e ao respeito à diversidade reforça a dimensão ética e cidadã da educação inclusiva, conforme enfatizado por Mittler (2012), que destaca o papel das escolas como espaços de convivência democrática.

No entanto, os gestores também apontam desafios significativos, como a falta de formação específica dos professores, a insuficiência da infraestrutura adequada e a necessidade de maior articulação entre políticas públicas municipais, estaduais e nacionais. Essas barreiras corroboram estudos que evidenciam que a efetividade da educação inclusiva depende da convergência entre recursos físicos, humanos e políticas integradas (Slee, 2011; UNESCO, 2020).

A formação continuada dos docentes emerge como um elemento central para a superação dos desafios, sobretudo quando vinculada à sensibilização e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e colaborativas (Florian, 2014). A gestão escolar, por sua vez, assume papel estratégico na organização dessas formações e na criação de uma cultura escolar que valorize a corresponsabilidade na inclusão (Oliveira & Carvalho, 2017).

Outro aspecto destacado é a participação da família e da comunidade no processo inclusivo, tema que apresenta avanços em algumas escolas, mas que ainda enfrenta resistência e dificuldades de engajamento em outras. A literatura enfatiza que o envolvimento familiar é crucial para o sucesso da inclusão, pois promove uma rede de suporte e continuidade entre os ambientes escolar e domiciliar (Epstein, 2011; Bronfenbrenner, 1986).

Por fim, os gestores sugerem estratégias para fortalecer a política de Educação Especial, como o acompanhamento psicopedagógico mais sistemático, a ampliação da formação docente e a construção de uma cultura escolar inclusiva baseada na empatia, equidade e corresponsabilidade. Essas recomendações alinham-se com os princípios norteadores da legislação educacional brasileira e das diretrizes internacionais para a educação inclusiva (Brasil, 2008; Ainscow, 2020).

Em síntese, a análise das percepções dos gestores confirma que a implementação da Política de Educação Especial em Presidente Sarney tem avançado, mas requer esforços contínuos e articulados para superar os desafios estruturais, pedagógicos e culturais, promovendo uma educação inclusiva efetiva e equitativa.

5.4 Resultados e análise das entrevistas com pais de alunos

Este item apresenta a análise detalhada das entrevistas realizadas com dez pais de alunos que frequentam as escolas públicas do município de Presidente Sarney - MA, com o intuito de compreender suas percepções acerca da Política de Educação Especial e do processo de inclusão

escolar. Para organizar e sistematizar as informações coletadas, foram elaboradas sete tabelas (tabelas 8 a 14), que agrupam as respostas dos entrevistados segundo perguntas específicas alinhadas aos objetivos da pesquisa.

A montagem dessas tabelas seguiu a metodologia da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), permitindo identificar categorias temáticas e unidades de registro relevantes para a compreensão dos avanços, desafios e perspectivas apontados pelas famílias. As perguntas formuladas abrangem temas como a percepção da inclusão dos filhos, os desafios enfrentados no acesso à educação, a qualidade do atendimento oferecido, a adequação dos recursos disponíveis, a atuação dos professores e da equipe escolar, o envolvimento das famílias nas ações escolares e as sugestões para o aprimoramento da política pública.

Dessa forma, as tabelas refletem a diversidade de opiniões e experiências dos pais, possibilitando uma visão aprofundada sobre o impacto da Política de Educação Especial na realidade local, bem como os aspectos que ainda necessitam de melhorias para garantir uma educação inclusiva mais eficaz e justa.

Tabela 9.

Percepção dos Pais sobre a Inclusão Escolar e os Efeitos da Política de Educação Especial

Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
P1	"Muito satisfatório. A socialização que é primordial para o ensinoaprendizagem das nossas crianças atípicas."	Socialização e satisfação com a inclusão	"muito satisfatório", "socialização", "crianças atípicas"	A inclusão é percebida de forma positiva, com ênfase na socialização como aspecto central para o desenvolvimento.
P2	"Boa, se desenvolveu mais."	Desenvolvimento do aluno	"se desenvolveu mais"	Indica progresso no comportamento ou aprendizado da criança desde a implementação da política.
P3	"Acolhedor, respeitando as diferenças."	Acolhimento e respeito à diversidade	"acolhedor", "respeitando as diferenças"	Aponta avanços na cultura escolar, com maior empatia e valorização das diferenças.
P4	"Sim. Ele está mais participativo."	Participação e envolvimento	"mais participativo"	O aluno demonstra maior engajamento nas atividades escolares após as ações inclusivas.
P5	"Mais respeito e preocupação com os alunos."	Valorização e cuidado	"respeito", "preocupação com os alunos"	A escola passou a adotar atitudes mais humanizadas com os estudantes com deficiência.

P6	"Meu filho agora está até com vontade de ir pra escola."	Motivação e afetividade	"vontade de ir pra escola"	A mudança tem reflexos positivos na motivação e no vínculo afetivo com o ambiente escolar.
Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
P7	"Não participa da escola."	Exclusão escolar	"não participa"	Indica que, apesar da política, ainda há casos de não inclusão efetiva, revelando desigualdades no processo.
P8	"Vejo um desenvolvimento no seu dia a dia desde essa implementação!"	Desenvolvimento cotidiano	"desenvolvimento no dia a dia"	A política tem gerado impacto positivo na rotina e nas habilidades do aluno.
P9	"Válida, com desenvolvimento em sua autonomia."	Autonomia e reconhecimento da política	"válida", "desenvolvimento em sua autonomia"	Aponta que a política tem fortalecido a independência da criança e é vista como relevante.
P10	"Melhorou, a inclusão social de uma criança com deficiência."	Inclusão social	"melhorou", "inclusão social"	A política resultou em avanços na participação social da criança com deficiência.

A análise das respostas dos pais evidencia uma percepção majoritariamente positiva em relação à inclusão escolar e aos efeitos da Política de Educação Especial no município de Presidente Sarney. Essa percepção é fundamental, pois a família é um agente ativo no processo educacional e seu olhar contribui para a compreensão da efetividade das ações inclusivas (Epstein, 2011).

Diversos pais ressaltam aspectos como a socialização (P1), o desenvolvimento acadêmico e comportamental (P2, P8), e a valorização das diferenças com acolhimento e respeito (P3). Esses pontos estão em consonância com a concepção de inclusão como um processo que vai além da mera inserção física do aluno na escola, envolvendo a construção de um ambiente afetivo e pedagógico que favoreça o crescimento integral da criança (Mittler, 2012).

A participação e o engajamento do aluno (P4) e a motivação para frequentar a escola (P6) são indicadores importantes de sucesso da política inclusiva, confirmando o papel das práticas educacionais em promover o vínculo afetivo e o protagonismo do estudante (Ainscow, 2020). Por sua vez, o reconhecimento do cuidado e do respeito demonstrados pela escola (P5) reforça a dimensão humanizadora da inclusão, que visa garantir o direito à diferença e à igualdade de oportunidades (Brasil, 2008).

No entanto, há também relatos que apontam para desafios persistentes, como o caso do pai P7, que afirma que seu filho não participa da escola, sinalizando que a exclusão ainda

persiste para alguns estudantes. Esse dado alerta para a necessidade de atenção contínua às desigualdades e barreiras que podem limitar a inclusão efetiva, conforme apontam pesquisadores como Slee (2011).

Por fim, o desenvolvimento da autonomia da criança (P9) é destacado como resultado da política, evidenciando que a inclusão favorece a construção de independência e cidadania, um dos objetivos centrais da Educação Especial na perspectiva inclusiva (Florian, 2014).

Dessa forma, a percepção dos pais reforça os avanços promovidos pela política, mas também aponta para a importância de continuar investindo em práticas que assegurem a participação plena e o desenvolvimento integral de todos os alunos com deficiência.

Tabela 10.

Desafios de Acesso à Educação e Avaliação da Estrutura Escolar por Pais de Alunos com Deficiência

Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
P1	"A inclusão. Parcialmente sim, porém ainda faltam algumas adaptações."	Inclusão parcial e necessidade de adaptação	"parcialmente", "faltam adaptações"	A escola apresenta esforços inclusivos, mas ainda enfrenta limitações em infraestrutura e/ou metodologia.
P2	"O medo de interagir, sim."	Barreiras emocionais e sociais	"medo de interagir", "sim"	O desafio é comportamental, e a escola parece lidar relativamente bem com a situação.
P3	"Sensibilidade. Não. Precisa de espaço físico, sala de recursos."	Falta de infraestrutura adequada	"não", "precisa de espaço físico", "sala de recursos"	Aponta ausência de espaços adequados e recursos pedagógicos específicos para o atendimento.
P4	"A falta de equipamentos adequados. Não! As escolas precisam de mais equipamentos."	Deficiência de recursos materiais	"falta de equipamentos", "precisam de mais"	Indica necessidade urgente de investimentos em materiais e tecnologia assistiva.
P5	"Atendimento especializado. Não."	Ausência de atendimento individualizado	"atendimento especializado", "não"	A escola não oferece suporte técnico ou profissional adequado às necessidades da criança.
P6	"Era rampa, mas já foi resolvido."	Solução pontual de barreira física	"rampa", "resolvido"	A questão de acessibilidade física foi resolvida, mostrando resposta positiva a uma demanda concreta.
P7	"Meu filho não participa da escola. Limitação dele: não fala, não enxerga, não anda e é muito sensível."	Grave exclusão e ausência de suporte	"não participa", "muito sensível", "não fala, não anda, não enxerga"	Denuncia falhas estruturais graves da escola em lidar com alunos com deficiências múltiplas.

P8	"Acredito que ainda temos muito que melhorar! Apesar da autonomia do aluno, tudo é muito novo!"	Processo em construção	"muito que melhorar", "autonomia", "tudo é novo"	Reconhece progressos, mas alerta que a inclusão ainda é incipiente e requer amadurecimento institucional.
P9	"Vários desafios, ainda tem muito a acrescentar."	Desafios múltiplos e contínuos	"vários desafios", "muito a acrescentar"	A resposta sinaliza que, apesar dos esforços, as lacunas ainda são
Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
				significativas.
P10	"Sim, está!"	Percepção de adequação	"sim"	Avaliação positiva: o pai ou mãe considera que a escola atende às necessidades da criança.

A análise das respostas dos pais revela uma percepção complexa e diversificada acerca dos desafios enfrentados no acesso à educação inclusiva e da adequação da estrutura escolar em Presidente Sarney.

Alguns pais reconhecem esforços da escola para promover a inclusão, mas destacam que ela ainda é parcial e que persistem limitações estruturais, como a ausência de adaptações físicas e pedagógicas necessárias (P1, P3, P4). Isso está alinhado com a literatura que aponta a infraestrutura adequada e os recursos de acessibilidade como elementos fundamentais para a efetividade da inclusão (Ainscow, 2020; UNESCO, 2020).

As barreiras emocionais e sociais também são mencionadas (P2), demonstrando que o acesso pleno à escola depende não apenas de aspectos físicos, mas também do suporte psicossocial para superar medos e inseguranças, conforme ressalta Bronfenbrenner (1986) em sua abordagem ecológica do desenvolvimento.

O relato de P5 evidencia a falta de atendimento especializado, sinalizando a insuficiência de suporte técnico-profissional necessário para atender às especificidades dos alunos com deficiência, um problema frequente nas escolas públicas brasileiras (Brasil, 2008).

Há relatos positivos, como o da solução pontual de acessibilidade física (P6), que mostram que algumas barreiras estão sendo enfrentadas com sucesso, evidenciando avanços concretos.

Entretanto, a situação de exclusão grave relatada por P7, com um filho que não participa da escola devido a múltiplas deficiências e falta de suporte adequado, revela desafios críticos e a necessidade urgente de ações estruturais e pedagógicas mais eficazes (Slee, 2011).

Os pais P8 e P9 reconhecem que o processo de inclusão ainda está em construção, ressaltando que, apesar dos avanços, muitas lacunas e desafios persistem, o que corrobora a

visão de que a educação inclusiva é um projeto em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento (Mittler, 2012).

Finalmente, o pai P10 expressa satisfação com a adequação da escola às necessidades do filho, indicando que existem casos de sucesso, ainda que sejam isolados.

Em síntese, a análise evidencia que, apesar dos progressos e esforços, a estrutura escolar e os serviços de apoio em Presidente Sarney ainda precisam ser aprimorados para garantir acesso pleno e efetivo à educação inclusiva, conforme as diretrizes nacionais e internacionais.

Tabela 11.

Percepção dos Pais sobre a Qualidade do Atendimento e Possíveis Melhorias

Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
P1	"Sim, as atividades adaptadas que facilitam o desenvolvimento dele."	Atendimento adaptado e facilitação	"atividades adaptadas", "facilitam o desenvolvimento"	Reconhece a existência de adaptações que beneficiam o aprendizado da criança.
P2	"O atendimento domiciliar."	Atendimento especializado fora da escola	"atendimento domiciliar"	Destaca a importância do suporte que ocorre em casa, complementando a escola.
P3	"Sim, suporte necessário, conscientização."	Suporte e sensibilização	"suporte necessário", "conscientização"	Aponta a necessidade de apoio específico e maior sensibilização para inclusão.
P4	"Meu filho é tratado igual às demais crianças, justamente para não se sentir excluído."	Igualdade no tratamento	"tratado igual", "não se sentir excluído"	Valoriza a prática de tratar o aluno com deficiência de forma igualitária.
P5	"Sim. Profissional especialista e ambiente."	Importância do profissional especializado e ambiente adequado	"profissional especialista", "ambiente"	Destaca que a presença de especialistas e ambiente adequado são diferenciais importantes.
P6	"Não, por enquanto nenhum."	Percepção de igualdade	"nenhum"	Não percebe diferença no atendimento entre alunos com e sem deficiência.
P7	"Não sei responder."	Incertidão	"não sei responder"	Indica desconhecimento ou dificuldade em avaliar o atendimento.
P8	"Sim. Melhorou sim, principalmente a autonomia dos alunos!"	Melhoria na autonomia	"melhorou", "autonomia"	Percebe avanços, sobretudo na independência dos alunos com deficiência.
P9	"Sim, mas acho que pode melhorar."	Reconhecimento com sugestão de melhorias	"pode melhorar"	Reconhece avanços, mas acredita que ainda há espaço para melhorias.

P10	"A qualidade do aluno melhorou muito depois de não se fazer exclusão."	Qualidade e inclusão	"qualidade melhorou", "não se fazer exclusão"	Relaciona diretamente a melhoria da qualidade do aluno à prática inclusiva.
-----	--	----------------------	--	---

As respostas dos pais na Tabela 11 revelam percepções diversificadas, mas em geral positivas, sobre a qualidade do atendimento prestado a alunos com deficiência nas escolas públicas de Presidente Sarney. Esses dados são relevantes para avaliar o impacto da Política de Educação Especial na prática e indicar pontos de melhoria sob o olhar das famílias, um dos pilares do processo educacional inclusivo (Epstein, 2011).

Vários pais reconhecem a existência de práticas adaptativas eficazes, como atividades que facilitam o desenvolvimento (P1), atendimento domiciliar (P2), suporte especializado (P3, P5) e estímulo à autonomia (P8). Tais relatos confirmam o impacto positivo da política inclusiva quando há mobilização de recursos pedagógicos e humanos, como preconiza a literatura (Florian, 2014; Mantoan, 2006).

A igualdade no tratamento é apontada como estratégia para garantir pertencimento e evitar estigmatização (P4, P6). Isso está alinhado à concepção de que a inclusão não implica necessariamente tratar todos de forma igual, mas reconhecer as diferenças sem exclusão ou discriminação (Ainscow, 2020).

Por outro lado, há registros de incertezas ou avaliações incompletas (P7), o que pode refletir falhas na comunicação escola-família ou no acompanhamento dos processos inclusivos. A escuta ativa e o envolvimento das famílias são considerados essenciais para o êxito da educação inclusiva (Bronfenbrenner, 1986; UNESCO, 2020).

Alguns pais também apontam potenciais melhorias (P9), mesmo reconhecendo avanços, o que indica uma postura crítica e participativa. Já P10 associa diretamente a melhora da “qualidade do aluno” à não exclusão, sugerindo que a convivência em ambientes inclusivos favorece o desenvolvimento integral, como enfatizado por Mittler (2012).

Em suma, a análise demonstra que os pais percebem impactos positivos na qualidade do atendimento, especialmente quando há ações específicas, empatia e infraestrutura mínima. Contudo, também revelam que o processo de inclusão ainda pode e deve ser aprimorado, exigindo investimentos contínuos em recursos humanos, materiais e na aproximação entre escola e família.

Tabela 12.

Avaliação dos Recursos Disponíveis na Escola para a Inclusão e Necessidades Identificadas pelos Pais

Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
P1	"Alguns recursos faltam, ainda várias adaptações, o qual desejo que sejam organizados no decorrer do ano letivo."	Falta de recursos e expectativa de melhoria	"faltam recursos", "várias adaptações", "organizados no ano letivo"	Indica carência de recursos, mas espera avanços e organização futura.
P2	"Às vezes, computadores, jogos adequados."	Recursos tecnológicos e recreativos pontuais	"computadores", "jogos adequados"	Reconhece disponibilidade parcial de recursos tecnológicos e lúdicos, mas de forma
Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
				esporádica.
P3	"Não, todos os tipos de recursos que são direitos, brinquedos... entre eles brinquedos de borracha e ambiente de aprendizagem de qualidade."	Ausência de recursos essenciais e ambiente inadequado	"não", "direitos", "brinquedos de borracha", "ambiente de aprendizagem de qualidade"	Denuncia grave insuficiência de materiais e condições físicas adequadas para a aprendizagem.
P4	"Sim. Possui alguns."	Recursos limitados, mas existentes	"possui alguns"	Percepção de recursos presentes, porém insuficientes para atender plenamente às demandas.
P5	"Em partes. Recursos audiovisual."	Recursos específicos parciais	"em partes", "recursos audiovisual"	Reconhecimento parcial de recursos técnicos, indicando lacunas em outras áreas.
P6	"Sim."	Percepção positiva	"sim"	Afirma que a escola oferece recursos adequados para a inclusão.
P7	"Não sei responder."	Incerto	"não sei responder"	Desconhecimento ou dificuldade para avaliar a questão dos recursos escolares.
P8	"Tudo é muito novo! Acredito que apesar da inclusão, sempre tem algo novo para aprender e profissionais para se especializar!"	Processo contínuo e necessidade de especialização	"tudo é novo", "sempre algo novo para aprender", "profissionais para se especializar"	Aponta que o processo de inclusão está em construção e demanda capacitação constante.
P9	"Acredito que tem material, mas acredito que cursos nunca é demais e material sempre falta para tanta deficiência hoje."	Necessidade contínua de recursos e formação	"tem material", "cursos nunca é demais", "material sempre falta"	Reconhece avanços, mas enfatiza que a demanda por recursos e formação ainda é grande.
P10	"Sim oferece."	Percepção positiva	"sim oferece"	Avaliação positiva da oferta de recursos pela escola.

A análise da Tabela 12 revela percepções variadas por parte dos pais sobre os recursos escolares disponíveis para a inclusão de alunos com deficiência. Embora alguns pais reconheçam a existência de recursos (P4, P6, P10), há um consenso de que esses recursos são parciais, insuficientes ou esporádicos, o que compromete a efetividade das práticas inclusivas.

Pais como P1, P3, P5 e P9 destacam a falta de recursos básicos, como brinquedos adaptados, materiais pedagógicos inclusivos, tecnologia assistiva e ambientes adequados de aprendizagem. Esses elementos são essenciais para garantir o direito à educação com equidade, conforme previsto na *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (Brasil, 2008). A ausência desses recursos reforça as desigualdades e cria barreiras à aprendizagem, especialmente para alunos com deficiências múltiplas ou severas.

A fala de P3 é particularmente crítica, ao destacar que “todos os tipos de recursos que são direitos” estão ausentes. Isso remete à perspectiva de Mantoan (2006), que defende que a efetiva inclusão depende do reconhecimento dos alunos com deficiência como sujeitos de direito, o que exige ações estruturais e não apenas adaptações pontuais.

Outros pais (P2, P5) reconhecem a existência pontual de recursos, como computadores ou materiais audiovisuais, mas ressaltam que o acesso é irregular ou incompleto. Isso indica um descompasso entre o que está previsto nas diretrizes nacionais e a realidade das escolas, o que compromete o atendimento equitativo (UNESCO, 2020).

As respostas de P8 e P9 sugerem que o processo de inclusão está em construção e demanda formação contínua de profissionais, além de renovação constante dos materiais didáticos. Esse ponto dialoga com Florian (2014), que afirma que a formação docente é uma condição essencial para que os recursos escolares sejam utilizados de forma significativa na mediação pedagógica inclusiva.

Por outro lado, há pais (P6, P10) que avaliam positivamente a disponibilidade de recursos, o que indica heterogeneidade entre as escolas, tanto em infraestrutura quanto em práticas pedagógicas. Tal disparidade exige uma atuação mais coordenada do poder público para garantir um padrão mínimo de qualidade em todas as unidades de ensino, como recomenda Ainscow (2020).

Por fim, a resposta de P7, que afirma "não sei responder", aponta para a necessidade de maior diálogo entre escola e família, para que os pais estejam informados e engajados no processo inclusivo, conforme propõe Epstein (2011).

Tabela 13.

Avaliação dos Pais sobre o Papel dos Professores e a Formação para Educação Especial

Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
P1	"O básico sim. Falta ainda muita formação em áreas diferentes."	Formação básica insuficiente	"básico sim", "falta muita formação"	Reconhece o mínimo de preparo, mas aponta carência em formações específicas e diversificadas.
P2	"Mais ou menos, não."	Formação insuficiente	"mais ou menos", "não"	Avalia a capacitação dos profissionais como insuficiente para as demandas especiais.
P3	"Desafiador, sim, precisava de mais formação."	Necessidade de formação contínua	"desafiador", "precisava de mais formação"	Aponta que o atendimento às necessidades especiais
Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
				é complexo e demanda maior preparo.
P4	"Trabalham bem, incluem meu filho em todas as atividades. Sim, tem formação."	Atuação eficaz e formação adequada	"trabalham bem", "incluem", "tem formação"	Avalia positivamente a atuação e o preparo da equipe escolar.
P5	"Fundamental. Nem todos."	Importância da formação e desigualdade	"fundamental", "nem todos"	Reconhece a importância da formação, mas aponta que nem todos os profissionais estão capacitados.
P6	"Sim, estão bem capacitados."	Formação adequada	"bem capacitados"	Avalia que os profissionais têm preparo suficiente para a inclusão.
P7	"Para as crianças que têm condições de ter alguma acessibilidade e desenvolvimento, eu acho importante a inclusão e a necessidade de ter professores realmente capacitados."	Relação entre acessibilidade e capacitação	"inclusão importante", "necessidade de professores capacitados"	Destaca a importância da capacitação para garantir o desenvolvimento e a inclusão.
P8	"Vejo um desenvolvimento, mas formação nunca é demais!"	Desenvolvimento e necessidade contínua	"desenvolvimento", "formação nunca é demais"	Reconhece avanços, mas enfatiza a importância da formação permanente.
P9	"Bastante profissionais, mas ainda falta sempre atualização."	Número suficiente, mas necessidade de atualização	"bastante profissionais", "falta atualização"	Avalia que há muitos profissionais, mas que precisam de capacitação contínua.

P10	"Eles têm a formação necessária, muita paciência e amor. Que continue assim."	Formação, paciência e dedicação	"formação necessária", "paciência e amor"	
-----	---	---------------------------------	---	--

As respostas dos pais na Tabela 13 evidenciam um consenso sobre a centralidade da formação docente na efetivação de uma educação inclusiva de qualidade. A maioria dos pais reconhece o esforço dos professores, mas indica que a formação ainda é insuficiente ou demanda atualização constante.

Os relatos de P1, P2, P3, P5, P7, P8 e P9 refletem a necessidade de formações contínuas, específicas e atualizadas para atender adequadamente às múltiplas deficiências existentes no ambiente escolar. Essas falas estão de acordo com Mantoan (2006), que destaca que a formação inicial ainda é limitada em relação à inclusão, sendo a formação continuada o caminho necessário para transformar práticas pedagógicas e promover a equidade.

A afirmação de que "formação nunca é demais" (P8) ou que "falta atualização" (P9) revela que, mesmo com uma quantidade razoável de profissionais, há lacunas qualitativas no preparo, o que compromete a efetividade da inclusão, conforme também apontado por Florian (2014).

Por outro lado, os pais P4, P6 e P10 avaliam positivamente a atuação e o preparo dos professores, destacando aspectos como inclusão nas atividades, capacitação, paciência e afeto. Tais atributos são fundamentais na construção de uma cultura escolar inclusiva, que, segundo Ainscow (2020), depende tanto de competências técnicas quanto de posturas éticas e empáticas.

A fala de P7 reforça a ideia de que a inclusão só é possível se houver acessibilidade combinada com capacitação docente, o que dialoga com a concepção de Bronfenbrenner (1986), na qual o desenvolvimento da criança é influenciado pelas interações entre os sistemas social, educacional e familiar.

Essas percepções apontam para a importância da formação continuada e especializada, conforme previsto nas diretrizes da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (Brasil, 2008), que recomenda investimentos na capacitação de todos os profissionais da educação, de forma a garantir um ambiente escolar acessível, acolhedor e eficiente para todos os alunos.

Portanto, os dados confirmam que a formação docente, embora presente em alguns contextos, ainda é desigual e limitada, e que seu fortalecimento é condição fundamental para a consolidação de uma prática inclusiva mais equitativa e eficaz.

Tabela 14.

Participação dos Pais e Envolvimento da Família no Processo de Inclusão Escolar

Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
P1	"Não. Ainda falta esse momento."	Ausência de consulta e participação	"não", "ainda falta"	Indica falta de envolvimento da escola com a família no processo inclusivo.
P2	"Não, às vezes chamam."	Participação esporádica	"às vezes chamam"	Participação ocasional, sem ação constante ou estruturada.
P3	"Sim, ação."	Participação ativa	"sim", "ação"	Reconhece que já foi envolvido em alguma atividade escolar.
P4	"A escola não possui ação. Através de reuniões."	Ausência de ações específicas, mas reuniões ocorrem	"não possui ação", "reuniões"	Identifica falta de ações direcionadas, porém reconhece momentos de diálogo.
P5	"Não. Tem feito algumas formações."	Participação indireta	"não", "algumas formações"	Indica que não foi consultado diretamente, mas sabe de formações que envolvem família ou equipe.
Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
P6	"Já participei."	Participação direta	"já participei"	Confirma envolvimento efetivo em ações escolares.
P7	"Não."	Ausência de participação	"não"	Não foi envolvido no processo.
P8	"De maneira geral, tem feito o possível dentro de suas possibilidades!"	Reconhecimento do esforço escolar	"tem feito o possível"	Avalia que a escola se esforça para envolver as famílias, ainda que com limitações.
P9	"Sim. Sempre participando das reuniões."	Participação constante	"sempre participando", "reuniões"	Demonstra envolvimento frequente nas atividades da escola.
P10	"Sim, já. Muito receptiva!"	Participação ativa e acolhimento	"sim", "muito receptiva"	Reconhece boa receptividade da escola para a participação familiar.

A Tabela 14 revela níveis distintos de participação das famílias no processo de inclusão escolar em Presidente Sarney, apontando para uma realidade ainda marcada pela fragilidade na articulação entre escola e família, embora haja sinais de esforços e experiências positivas em algumas unidades.

Os relatos de P1, P2, P4, P5 e P7 indicam uma baixa frequência de envolvimento, seja por ausência de convites da escola, participação esporádica ou falta de ações estruturadas. Como

destaca Epstein (2011), o envolvimento familiar é um dos pilares fundamentais para o sucesso da aprendizagem, especialmente no contexto da inclusão, pois fortalece os vínculos afetivos, promove a confiança mútua e melhora o desempenho escolar.

P2 observa que “às vezes chamam”, e P5 menciona “algumas formações”, mas sem uma participação efetiva. Tais falas indicam que a participação dos pais ainda é passiva ou marginal, reforçando a necessidade de uma política escolar que promova o protagonismo das famílias no processo educacional inclusivo (Oliveira, 2010).

Por outro lado, pais como P3, P6, P9 e P10 relataram experiências positivas de envolvimento, por meio de ações, reuniões e acolhimento. Isso está em consonância com a abordagem socioecológica de Bronfenbrenner (1986), que considera o ambiente familiar como parte integrante do ecossistema que influencia o desenvolvimento da criança. O reconhecimento de que a escola é “muito receptiva” (P10) demonstra que a cultura de inclusão pode estar sendo implementada com mais eficácia em algumas unidades, o que é um avanço importante.

A fala de P8 oferece uma visão equilibrada ao afirmar que a escola “tem feito o possível dentro de suas possibilidades”. Isso revela uma percepção de comprometimento institucional, ainda que limitado por fatores estruturais ou de gestão, o que remete à importância de políticas públicas que garantam suporte à articulação escola-família, como prevê a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (Brasil, 2008).

Portanto, os dados demonstram que a participação da família na inclusão ainda é heterogênea, oscilando entre o engajamento ativo e a completa ausência de envolvimento. Promover uma participação mais efetiva das famílias exige ações planejadas, formação continuada de gestores e professores, e fortalecimento da comunicação escola-comunidade.

Tabela 15.

Sugestões dos Pais para Melhoria da Política de Educação Especial

Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
P1	"Para que isso aconteça de forma coerente a todos faltam formações, atividades em conjunto para descobrir maneiras de desenvolver as atividades que beneficiam a todos de modo satisfatório."	Formação e trabalho colaborativo	"faltam formações", "atividades em conjunto", "desenvolver atividades"	Destaca a necessidade de capacitação contínua e cooperação para aprimorar práticas inclusivas.
P2	"Desde que o povo todo se conscientize da inclusão."	Conscientização social	"conscientize da inclusão"	Enfatiza a importância da mudança cultural e social para a inclusão efetiva.

P3	"Capacitação de pais, comunidades e formação contínua pra professores, assim melhorando cada dia mais o conhecimento sobre as crianças."	Capacitação ampliada	"capacitação de pais", "comunidades", "formação contínua"	Reforça a necessidade de formação ampla envolvendo famílias, comunidade e professores.
P4	"Mais ações voltadas para a educação especial."	Intensificação de ações	"mais ações", "educação especial"	Solicita maior investimento e iniciativas específicas para a educação especial.
P5	"Profissional especialista."	Necessidade de especialistas	"profissional especialista"	Aponta a importância da presença de profissionais especializados para o atendimento adequado.
P6	"Que houvesse um tutor para cada aluno da educação especial. Assim eles teriam um melhor desenvolvimento educacional."	Atendimento individualizado	"tutor para cada aluno", "melhor desenvolvimento"	Sugere acompanhamento personalizado para potencializar o aprendizado.
P7	"Não sei responder."	Incertidão	"não sei responder"	Demonstra falta de conhecimento ou opinião formada sobre melhorias.
P8	"Mais profissionais especializados! Equipamentos para cada deficiência e a	Especialização, recursos e mudança social	"mais profissionais especializados", "equipamentos para cada	Destaca a necessidade combinada de recursos, especialistas e
Pai/Mãe	Resposta	Categoria Temática	Unidade de Registro (Expressões-chave)	Interpretação
	sociedade vendo os alunos realmente como inclusão!"		deficiência", "sociedade vendo como inclusão"	conscientização social.
P9	"Que a sociedade veja sempre com olhos de real inclusão."	Inclusão social genuína	"sociedade veja real inclusão"	Ressalta o papel da percepção social verdadeira para inclusão efetiva.
P10	"Que o novo gestor continue dando continuidade ao trabalho prestado para essas crianças."	Continuidade administrativa	"novo gestor", "continuidade", "trabalho prestado"	

As respostas da Tabela 15 evidenciam um conjunto de demandas recorrentes e estratégicas por parte das famílias, com foco em formação contínua, presença de profissionais especializados, participação social e estrutura adequada para os alunos com deficiência. A leitura das falas revela que os pais não apenas observam falhas, mas também projetam soluções que ampliam o alcance da política inclusiva.

As sugestões de P1, P3 e P4 reforçam a necessidade de formações contínuas, ações integradas e trabalho colaborativo entre escola, família e comunidade. Essa perspectiva está

alinhada à abordagem defendida por Mantoan (2006), segundo a qual a inclusão não se resume à inserção física do aluno com deficiência na escola, mas exige mudanças estruturais e pedagógicas que envolvem todos os atores do processo educativo.

Pais como P3 e P8 indicam a necessidade de capacitação ampliada, não apenas para professores, mas também para os próprios pais e comunidades, o que vai ao encontro da concepção de Oliveira (2010), que destaca que a formação inclusiva deve ultrapassar os muros escolares e alcançar todos os segmentos da sociedade para consolidar uma cultura de inclusão.

A demanda por profissionais especialistas e tutores individuais, como apontado por P5 e P6, evidencia uma preocupação com o atendimento mais individualizado e técnico, condição defendida por Carvalho (2013), que argumenta que a inclusão plena depende da presença de uma equipe multiprofissional que atenda às especificidades de cada deficiência.

A fala de P8, ao solicitar “equipamentos para cada deficiência” e mudança na visão da sociedade, expressa uma concepção sistêmica da inclusão, que vai além da escola. Essa visão é apoiada por Ainscow (2020), que sustenta que a inclusão educacional só será efetiva quando for também uma inclusão social, respaldada por políticas públicas articuladas e coerentes.

Por fim, a fala de P10, ao pedir “continuidade do trabalho”, remete à importância da estabilidade das políticas públicas, muitas vezes ameaçadas por mudanças administrativas. Segundo Silva (2020), a descontinuidade de ações governamentais é um dos principais obstáculos para a efetivação da educação inclusiva no Brasil, pois compromete os avanços conquistados.

De modo geral, as sugestões dos pais revelam uma visão crítica e ao mesmo tempo propositiva, refletindo um entendimento ampliado sobre os fatores que influenciam o sucesso da inclusão escolar: políticas públicas consistentes, equipe qualificada, recursos específicos e uma sociedade mais consciente.

5.4.1 Análise geral dos pais de alunos voltadas aos objetivos da pesquisa

A análise das Tabelas 8 a 15, com base nas respostas de dez pais/mães de alunos com deficiência matriculados nas escolas públicas de Presidente Sarney - MA, revela importantes percepções, lacunas e propostas referentes à implementação da Política de Educação Especial, refletindo tanto avanços quanto desafios persistentes. Os dados analisados dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa, especialmente no que se refere à avaliação da efetividade da inclusão, à análise de infraestrutura, à formação docente e à participação da família no processo educativo.

Inclusão percebida e desenvolvimento dos alunos - As respostas da Tabela 8 mostram que a maioria dos pais percebe avanços significativos no processo de inclusão escolar, principalmente no que tange à socialização, participação, autonomia e respeito às diferenças. As falas de P1, P4, P5 e P9 destacam efeitos positivos da política inclusiva no comportamento e no desenvolvimento de seus filhos. Esses dados sustentam a ideia de que a escola inclusiva é aquela que se organiza para atender à diversidade, garantindo o pertencimento e o progresso de todos os alunos, como defendido por Mantoan (2006).

Barreiras de acesso e infraestrutura - Na Tabela 9, os pais apontam graves dificuldades estruturais e de acesso, como ausência de equipamentos, falta de salas de recursos, inexistência de atendimento especializado e exclusão de alunos com deficiências múltiplas. O caso de P7 é especialmente crítico, ao afirmar que seu filho não participa da escola devido à gravidade de sua deficiência e à falta de suporte institucional. Essa realidade evidencia que, apesar das diretrizes legais, a efetivação da inclusão esbarra em limitações físicas e funcionais, conforme alertam Silva (2020) e Carvalho (2013), ao tratarem da exclusão provocada pela ineficiência das políticas públicas em contextos vulneráveis.

Atendimento e melhorias percebidas - Conforme a Tabela 10, muitos pais reconhecem melhorias no atendimento, com destaque para as atividades adaptadas, atendimento domiciliar, inclusão e suporte emocional. Entretanto, persistem lacunas, como apontado por P6 e P7, que não percebem atendimento diferenciado ou adequado. Como observa Ainscow (2020), a qualidade da educação inclusiva está diretamente relacionada à capacidade da escola de personalizar o ensino e envolver múltiplas estratégias de apoio.

Recursos disponíveis e carências - A Tabela 11 reforça que, apesar da existência de alguns recursos audiovisuais e brinquedos pedagógicos, ainda há uma deficiência significativa em materiais, equipamentos especializados e ambientes apropriados. A fala de P3 evidencia que direitos previstos legalmente não estão sendo plenamente garantidos, o que fere o princípio da equidade no acesso à educação. Para Oliveira (2010), a ausência de recursos adequados inviabiliza o pleno desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência e acentua as desigualdades no contexto educacional.

Formação dos professores - A Tabela 12 traz percepções sobre a formação docente, apontando a sua importância e, ao mesmo tempo, a sua insuficiência. Muitos pais (P1, P2, P3, P5, P9) afirmam que os professores não possuem formação adequada ou estão desatualizados, embora reconheçam o esforço e dedicação de alguns. Isso está diretamente relacionado ao terceiro objetivo específico da pesquisa, que propõe avaliar a formação dos docentes. Como destaca Mendes (2010), a formação continuada é condição indispensável para que o professor desenvolva competências pedagógicas que promovam a inclusão.

Participação da família no processo de inclusão - Na Tabela 13, verifica-se uma participação oscilante e, muitas vezes, fragilizada por parte das famílias. Alguns pais relatam experiências positivas (P3, P6, P9, P10), enquanto outros afirmam não serem chamados ou envolvidos (P1, P2, P5, P7). Esse dado é preocupante, pois revela um descompasso entre a escola e a família, comprometendo a construção de uma rede de apoio eficaz. Epstein (2011) defende que a colaboração entre escola e família é essencial para o sucesso da inclusão, exigindo comunicação constante, escuta ativa e ações participativas planejadas.

Propostas de melhoria - Por fim, a Tabela 14 aponta sugestões valiosas feitas pelos pais para aprimorar a política de educação especial. Destacam-se: formações contínuas (P1, P3), conscientização social (P2, P9), contratação de especialistas (P5, P8), tutoria individual (P6) e continuidade administrativa (P10). Essas propostas reforçam o entendimento de que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva requer investimento técnico, político e humano, conforme argumenta Stainback e Stainback (1999).

A análise geral das Tabelas 8 a 14 demonstra que os pais reconhecem avanços significativos no processo de inclusão escolar em Presidente Sarney - MA, sobretudo no aspecto relacional, afetivo e de desenvolvimento social. No entanto, permanecem desafios estruturais, pedagógicos e institucionais que comprometem a efetividade da política de educação especial. A escuta ativa das famílias, como instrumento de diagnóstico e transformação, se mostra fundamental para a construção de uma escola inclusiva, equitativa e democrática.

5.5 Resultados e análise dos resultados dos questionários aplicados com os professores

Para compreender as percepções e desafios enfrentados pelos docentes na inclusão de alunos com deficiência, foi elaborado um questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas, que foi distribuído a 100 professores da rede pública de ensino de Presidente SarneyMA. A escolha dos participantes visou garantir diversidade de experiências e contextos pedagógicos, proporcionando uma análise ampla e representativa da realidade educacional.

Os dados coletados foram então organizados em gráficos, que permitiram a visualização clara e objetiva das respostas, destacando tendências e padrões significativos. As interpretações desses resultados foram realizadas à luz de teorias e referenciais da literatura sobre Educação Especial e Inclusiva, buscando relacionar os achados com os desafios práticos e estruturais apontados no processo de inclusão.

Essa abordagem metodológica visou não apenas identificar lacunas e avanços, mas também fornecer subsídios para a elaboração de propostas concretas que possam orientar a implementação de políticas públicas mais eficazes. A seguir, são apresentados os gráficos e

análises detalhadas, com foco nas principais dificuldades enfrentadas pelos professores e suas implicações para a inclusão escolar.

Figura 1.

Voce recebeu formação específica para atender alunos com deficiência?



A Figura 1 apresenta os resultados da pergunta “Você recebeu formação específica para atender alunos com deficiência?”, respondida por 100 professores da rede pública de ensino de Presidente Sarney - MA. Os dados apontam para uma realidade heterogênea e preocupante no que diz respeito à formação docente para a educação inclusiva: 25% afirmaram ter formação contínua e atualizada sobre o tema, indicando um grupo minoritário que está, de fato, preparado para atuar de maneira sistemática com alunos com deficiência; 12,5% disseram ter formação, mas a consideraram insuficiente, o que mostra percepção crítica sobre a superficialidade ou desatualização da capacitação recebida; 28,6% relataram nunca ter recebido formação sistemática, embora tenham participado de capacitações esporádicas, sinalizando uma abordagem pontual e desarticulada do processo formativo; 33,9% afirmaram que nunca receberam qualquer tipo de formação específica para o atendimento a alunos com deficiência.

Estes dados revelam que mais de 60% dos professores não possuem formação adequada e contínua para lidar com as demandas específicas da Educação Especial, o que representa um grave obstáculo à efetivação de uma educação inclusiva de qualidade. Segundo Mendes (2010), a formação de professores é um dos pilares para a inclusão, sendo necessário que ela envolva tanto conhecimentos teóricos quanto práticos, além de uma abordagem crítica sobre a diversidade.

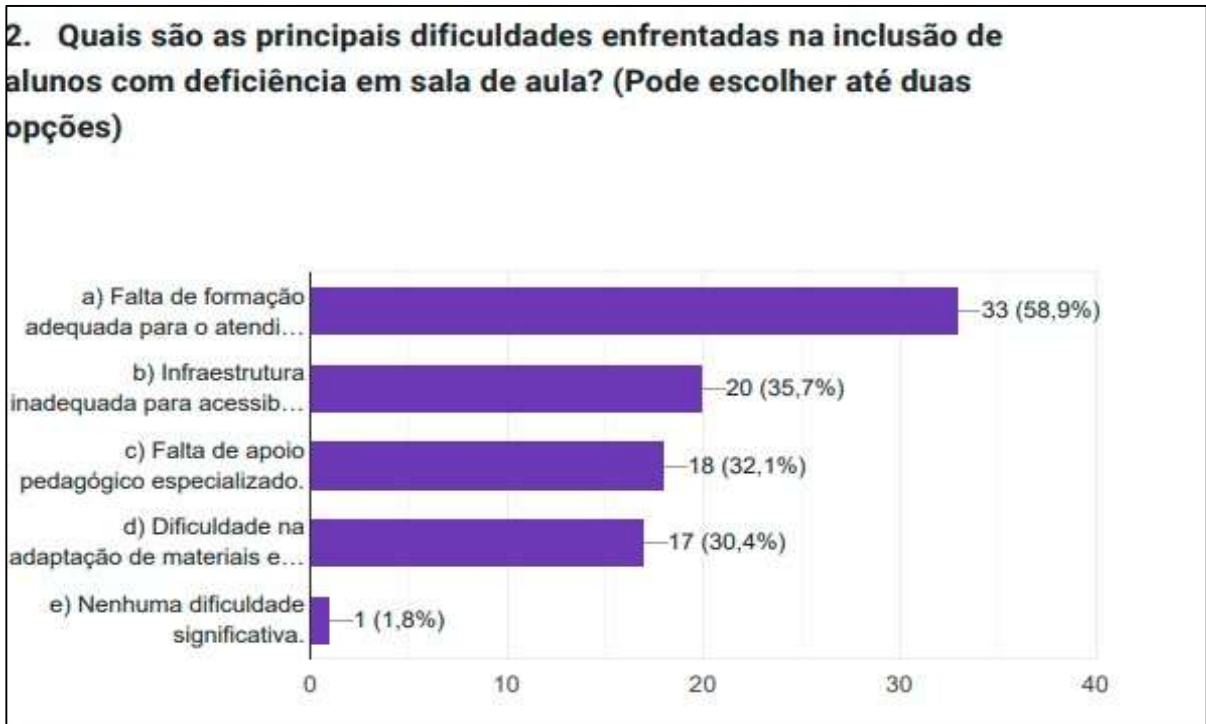
Essa situação evidencia uma fragilidade estrutural na política de formação docente. Conforme aponta Mantoan (2006), não é possível implementar uma proposta inclusiva sem o preparo adequado dos educadores, pois eles são os principais agentes de transformação das práticas escolares. A ausência de formação compromete não apenas a aprendizagem dos alunos com deficiência, mas também a construção de um ambiente escolar mais justo, equitativo e participativo.

Além disso, Carvalho (2013) afirma que a formação continuada em serviço é essencial para desconstruir preconceitos e capacitar os profissionais a trabalharem com as singularidades de cada estudante, promovendo práticas pedagógicas mais flexíveis e inclusivas.

A baixa porcentagem de formação contínua (25%) reforça a importância do investimento sistemático por parte das redes de ensino em programas de capacitação permanente, como também defendido por Ainscow (2020), que afirma que uma educação verdadeiramente inclusiva exige a reorganização das estruturas escolares, inclusive no que diz respeito ao desenvolvimento profissional dos educadores.

A análise da Figura 1 demonstra que a formação dos professores em Presidente Sarney - MA ainda é um dos principais gargalos da política de educação inclusiva. A predominância de respostas negativas ou insuficientes indica a urgente necessidade de políticas públicas que garantam formação contínua, articulada e de qualidade para os profissionais da educação. Tal investimento não pode ser opcional, mas deve ser estratégico e permanente, com foco na transformação das práticas pedagógicas e na consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Figura 2. Quais são as principais dificuldades enfrentadas na inclusão de alunos com deficiência em sala de aula?



A Figura 2 trata das respostas dos docentes à questão: “Quais são as principais dificuldades enfrentadas na inclusão de alunos com deficiência em sala de aula?”, com possibilidade de escolha múltipla (até duas opções). A análise dos dados obtidos revela os seguintes percentuais: 58,9% – Falta de formação adequada para o atendimento especializado; 35,7% – Infraestrutura inadequada para acessibilidade; 32,1% – Falta de apoio pedagógico especializado; 30,4% – Dificuldade na adaptação de materiais e atividades; 1,8% – Nenhuma dificuldade significativa

A resposta majoritária confirma uma realidade de carência estrutural e pedagógica, com destaque para a ausência de formação docente específica (58,9%), o que está em consonância com a análise da Figura 1. Essa constatação reforça o argumento de Mendes (2010) de que a qualificação dos professores é condição indispensável para a consolidação da escola inclusiva.

A infraestrutura inadequada (35,7%) representa um segundo eixo crítico, revelando que, além do preparo docente, as escolas não estão fisicamente organizadas para receber alunos com deficiência, comprometendo os princípios de acessibilidade defendidos pela legislação brasileira (Brasil, 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI).

Outro dado alarmante refere-se à falta de apoio pedagógico especializado (32,1%), o que aponta para a insuficiência de profissionais como professores do AEE, psicopedagogos e intérpretes de Libras. Segundo Mantoan (2006), a presença de uma equipe multidisciplinar é

essencial para responder à complexidade da inclusão, e sua ausência tende a sobrecarregar o professor regente.

Já a dificuldade na adaptação de materiais (30,4%) evidencia outro ponto crítico: a ausência de tempo, recursos e preparo técnico para customizar o currículo às necessidades dos estudantes. Como destacam Stainback & Stainback (1999), adaptar o conteúdo sem apoio técnico e planejamento coletivo torna-se um fardo para os educadores, impactando diretamente a qualidade da inclusão.

Por fim, apenas 1,8% dos docentes declararam não encontrar dificuldades significativas, o que pode ser interpretado como exceção, indicando que a inclusão escolar ainda enfrenta entraves sistêmicos e operacionais generalizados.

A análise da Figura 2 confirma os desafios estruturais, formativos e operacionais que dificultam a inclusão efetiva de alunos com deficiência nas escolas de Presidente Sarney - MA. A maior parte das dificuldades apontadas pelos professores revela a necessidade urgente de políticas públicas intersetoriais, que articulem formação docente continuada, investimentos em infraestrutura acessível, presença de equipe especializada e apoio técnico-pedagógico permanente. Como enfatiza Carvalho (2013), uma política de inclusão não se sustenta apenas em boas intenções, mas em condições reais de trabalho e suporte institucional concreto.

Figura 3. Como você avalia os recursos e infraestrutura disponíveis em sua escola para garantir a inclusão dos alunos com deficiência?



A questão investigou: “Como você avalia os recursos e infraestrutura disponíveis em sua escola para garantir a inclusão dos alunos com deficiência?”. Os percentuais obtidos foram os seguintes: 1,8% – Excelentes, atendem plenamente às necessidades; 48,2% – Bons, mas com algumas limitações; 42,9% – Insuficientes, comprometendo a inclusão adequada; 7,1% – Muito deficientes, prejudicando seriamente o ensino inclusivo.

A análise dos dados revela um cenário preocupante, ainda que com nuances: apenas 1,8% dos docentes consideram que os recursos e a infraestrutura das escolas atendem plenamente às demandas da inclusão. Isso evidencia que, na prática, a escola inclusiva ainda está em construção e enfrenta limitações materiais relevantes.

O dado mais expressivo — 48,2% dos respondentes classificaram os recursos como “bons, mas com algumas limitações” — sinaliza um reconhecimento parcial de avanços, embora ainda insuficientes para atender de forma equitativa às necessidades de todos os estudantes. Como salienta Sasaki (2003), a acessibilidade plena não se resume à presença física de recursos, mas à sua efetiva funcionalidade, adaptabilidade e permanência.

Já os 42,9% que apontam recursos insuficientes indicam que a inclusão está comprometida por restrições estruturais e ausência de equipamentos ou adaptações físicas, confirmando diagnósticos semelhantes encontrados em outras regiões do país (Mendes, 2012). Isso compromete a implementação da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que estabelece a obrigatoriedade de acessibilidade nos ambientes escolares.

O dado mais alarmante está nos 7,1% dos professores que avaliam a infraestrutura como “muito deficiente”, sugerindo que em alguns contextos específicos a precariedade é extrema, com sérios impactos na permanência, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência. De acordo com Mantoan (2006), quando os recursos são escassos ou ausentes, a escola corre o risco de transformar a proposta de inclusão em um ideal vazio de práticas efetivas.

A análise da Figura 3 reforça que, embora existam escolas com recursos razoáveis para a inclusão, a maioria ainda apresenta limitações significativas, o que pode reduzir a efetividade das políticas públicas voltadas à Educação Especial. Esses dados demonstram a necessidade de investimentos contínuos e planejados em infraestrutura, tecnologia assistiva e adequações físicas, elementos fundamentais para garantir o direito à educação de qualidade para todos, como defendem os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (CAST, 2011).

Figura 4. De que forma a equipe gestora da escola apoia os professores na inclusão dos alunos com deficiência?



A pergunta foi: “De que forma a equipe gestora da escola apoia os professores na inclusão dos alunos com deficiência?”. As respostas obtidas foram: 17,9% – Oferece formações, recursos e suporte contínuo; 39,3% – Fornecer alguns recursos e orientações básicas; 35,7% – O apoio é limitado e ocorre apenas em situações pontuais; 7,1% – Não há apoio efetivo por parte da gestão escolar

A análise mostra que apenas 17,9% dos docentes percebem que a gestão escolar atua com formações contínuas, suporte efetivo e fornecimento regular de recursos, condição essencial para que a inclusão funcione de forma sistêmica. Segundo Oliveira (2011), o

comprometimento da equipe gestora com o processo inclusivo é determinante para a criação de uma cultura escolar verdadeiramente acolhedora e equitativa.

A maioria dos professores (39,3%) afirma que recebe alguns recursos e orientações básicas, sugerindo ações gestoras reativas ou incipientes, muitas vezes insuficientes para responder às complexidades do ensino inclusivo. Esse dado reforça o apontamento de Caldana e Marinho-Araújo (2017), que destacam a importância de uma gestão escolar participativa, que articule formação, acompanhamento pedagógico e ambiente colaborativo.

Outro dado preocupante é que 35,7% indicam que o apoio da gestão é limitado e ocorre apenas em situações pontuais, o que denota a ausência de uma política institucional de apoio constante ao docente. Isso revela um distanciamento da gestão frente à responsabilidade coletiva da inclusão, contrariando os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

O grupo mais crítico (7,1%) afirma não haver qualquer apoio efetivo da gestão, o que pode comprometer diretamente a implementação das práticas inclusivas. De acordo com Mantoan (2006), a falta de envolvimento da liderança escolar tende a naturalizar a exclusão, sobrecarregar o professor e dificultar o planejamento colaborativo necessário.

Os dados revelam que o apoio da gestão escolar à inclusão ainda é heterogêneo, muitas vezes frágil ou descontinuado, o que impacta diretamente a atuação dos professores. Para que a educação inclusiva seja consolidada, é fundamental que os gestores escolares adotem posturas proativas, de escuta, planejamento e formação permanente, como defendido por Capellini (2017).

Figura 5. Os alunos sem deficiência demonstram engajamento e respeito na convivência com colegas com deficiência?



A pergunta sobre os alunos sem deficiência demonstra engajamento e respeito na convivência com colegas com deficiência? As respostas foram: 37,5% – Sim, há um ambiente de respeito e colaboração; 39,3% – Sim, mas ainda há casos de exclusão ou discriminação; 21,4% – Não, percebo dificuldades na interação e na aceitação; 1,8% – Não sei responder

A análise revela que apenas 37,5% dos professores percebem um ambiente escolar marcado por respeito e colaboração efetiva, o que demonstra que a convivência harmoniosa entre alunos com e sem deficiência ainda não é plenamente consolidada. Como destaca Vygotsky (2007), o ambiente escolar deve promover interações sociais significativas, fundamentais para o desenvolvimento de todos os alunos, especialmente daqueles com deficiência.

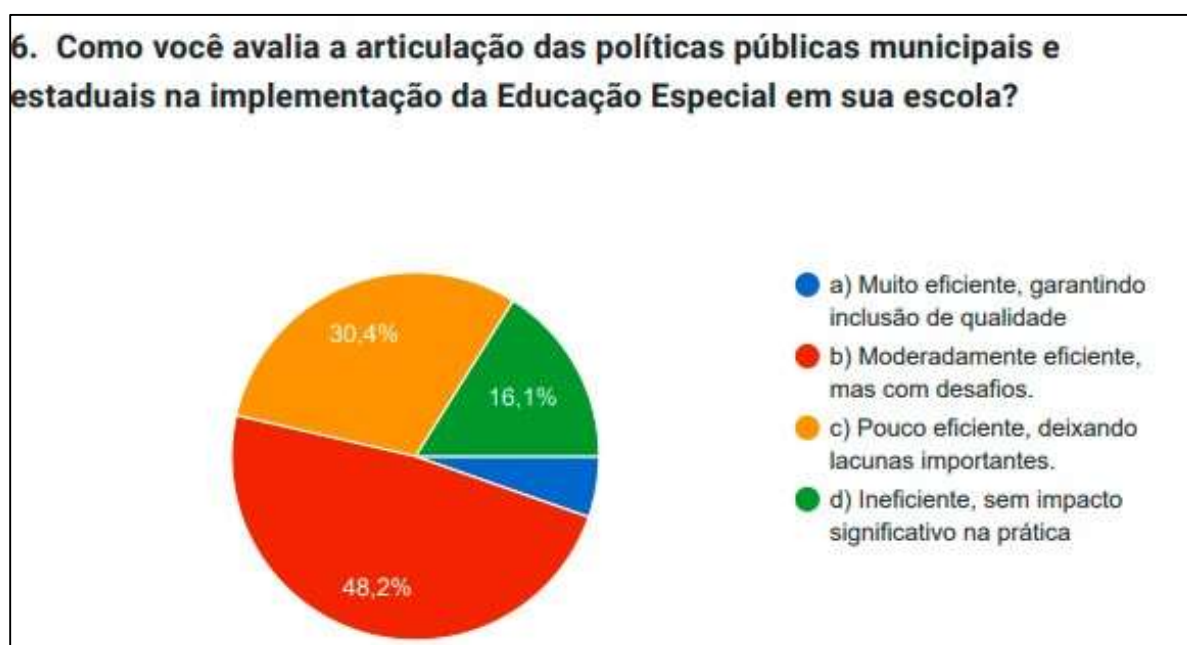
Entretanto, a maioria (39,3%) dos docentes aponta que, apesar da existência de respeito, ainda ocorrem episódios de exclusão ou discriminação, o que reforça a necessidade de intervenções pedagógicas, formativas e culturais contínuas. Como defendem Stainback e Stainback (1999), a inclusão verdadeira só acontece quando todos os alunos participam ativamente da vida escolar, sem segregação ou estigmatização.

O dado de que 21,4% percebem dificuldades claras de aceitação aponta para um déficit no desenvolvimento da empatia, da convivência e da cultura inclusiva nas escolas. Isso pode estar relacionado à ausência de trabalhos sistemáticos com valores e atitudes inclusivas, como recomenda Mazzotta (2005) ao destacar que a convivência não se dá naturalmente, sendo resultado de ações pedagógicas planejadas e intencionais.

O percentual de 1,8% de docentes que não souberam responder pode refletir desconhecimento, pouca observação ou ausência de ações formativas sobre relações interpessoais e inclusão no ambiente escolar, o que também constitui uma lacuna.

A convivência entre alunos com e sem deficiência nas escolas de Presidente Sarney - MA ainda apresenta contradições e fragilidades. Embora haja relatos de respeito e colaboração, a presença de exclusão e dificuldades de aceitação indicam a urgência de ações formativas permanentes, com foco em valores, empatia, respeito à diversidade e mediação de conflitos. Promover a convivência respeitosa requer a intencionalidade pedagógica e a participação ativa de toda a comunidade escolar, conforme defendido por Mantoan (2006).

Figura 6. Como você avalia a articulação das políticas públicas municipais e estaduais na implementação da educação especial em sua escola?



A pergunta: *Como você avalia a articulação das políticas públicas municipais e estaduais na implementação da Educação Especial em sua escola?* Teve como resultados: 5,3% – Muito eficiente, garantindo inclusão de qualidade; 48,2% – Moderadamente eficiente, mas com desafios; 30,4% – Pouco eficiente, deixando lacunas importantes; 16,1% – Ineficiente, sem impacto significativo na prática

A análise revela um cenário de articulação parcial e fragmentada entre os entes federativos no processo de implementação da Educação Especial em Presidente Sarney - MA. Apenas 5,3% dos docentes consideram que a articulação é “muito eficiente”, evidenciando que a integração entre as diretrizes estaduais e municipais ainda não alcançou a maioria das unidades escolares.

O percentual majoritário (48,2%) aponta uma eficiência moderada, reconhecendo que embora existam esforços institucionais, persistem desafios estruturais, operacionais e de comunicação entre os níveis de governo. Segundo Cury (2002), a efetividade das políticas públicas educacionais depende da coerência e da continuidade na sua implementação entre as esferas de poder, o que nem sempre é garantido nos municípios de menor porte.

Já 30,4% avaliam como “pouco eficiente”, indicando falhas importantes que comprometem a operacionalização da inclusão, como falta de recursos humanos especializados, escassez de materiais adaptados e ausência de acompanhamento pedagógico adequado. Esse resultado confirma o que Oliveira (2011) aponta: a desarticulação entre políticas públicas contribui para uma educação desigual e excludente.

O grupo de 16,1% que considera a articulação ineficiente, revela uma percepção de distanciamento total entre as políticas e a prática pedagógica, o que pode sinalizar ausência de planejamento, apoio técnico e investimento contínuo, contrariando os princípios de equidade e universalidade defendidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Os dados apontam que, embora haja alguma articulação entre os níveis de governo, essa integração ainda não é sistemática, efetiva ou suficiente para garantir o pleno funcionamento da Educação Especial nas escolas do município. Como defendem Caldana e Marinho-Araújo (2017), é imprescindível que as políticas públicas de inclusão sejam estruturadas de maneira intersetorial e articulada, com base em um diagnóstico local e na escuta de todos os atores escolares.

Figura 7. Na sua opinião, quais medidas são mais urgentes para melhorar a educação especial em sua escola?



A pergunta: *Na sua opinião, quais medidas são mais urgentes para melhorar a Educação Especial em sua escola?* (Resposta múltipla – até duas opções por participante).

Teve como resultados: 73,2% – Maior capacitação e formação continuada para professores; 42,9% – Adoção de materiais didáticos mais adaptados e inclusivos; 35,7% – Melhoria na infraestrutura e acessibilidade das escolas; 33,9% – Contratação de mais profissionais de apoio e especialistas; 23,2% – Aumento do envolvimento da comunidade e das famílias no processo inclusivo

A maioria expressiva (73,2%) dos docentes apontou a formação continuada como a medida mais urgente, destacando a percepção de que o preparo dos professores é o maior fator limitante para a inclusão plena. Essa demanda corrobora com as ideias de Mantoan (2006), que defende que o sucesso da educação inclusiva depende do investimento na formação dos professores para atuarem com competência, sensibilidade e flexibilidade diante das diferenças.

A segunda medida mais apontada (42,9%) foi a necessidade de materiais didáticos adaptados, o que evidencia que o processo de ensino ainda é fortemente pautado por recursos genéricos e excludentes, desconsiderando a diversidade funcional dos alunos. De acordo com Oliveira e Scisci (2014), os materiais acessíveis são parte fundamental da garantia do direito à aprendizagem e precisam ser planejados com base em princípios de equidade e usabilidade universal.

Em seguida, 35,7% mencionaram a infraestrutura e acessibilidade, indicando que barreiras físicas e arquitetônicas ainda dificultam a plena participação dos estudantes com

deficiência, conforme alerta a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que assegura a eliminação de barreiras como princípio estruturante.

A contratação de profissionais de apoio e especialistas foi mencionada por 33,9%, revelando uma lacuna importante no suporte técnico e especializado para os professores em sala de aula. A presença de cuidadores, intérpretes e profissionais de apoio é considerada essencial para garantir a permanência e o sucesso escolar de alunos com deficiência (Sasaki, 2009).

Por fim, 23,2% apontaram o envolvimento da comunidade e das famílias, reforçando a importância da participação social no processo de inclusão. Vigotski (2007) já ressaltava que o desenvolvimento de crianças com deficiência ocorre em interação com os contextos sociais e culturais em que estão inseridas, sendo a família uma peça-chave nesse processo.

A análise aponta que a melhoria da Educação Especial passa prioritariamente por investimentos na formação docente, mas também exige uma abordagem integrada, que inclua recursos didáticos acessíveis, infraestrutura adequada, profissionais especializados e envolvimento comunitário e familiar. Esses aspectos são interdependentes e exigem políticas públicas articuladas e sustentáveis, como destacam Mendes (2010) e Baptista (2015).

Figura 8.

Você tem suporte de profissionais especializados (intérprete de libras, psicopedagogos, terapeutas, auxiliares) para auxiliar na inclusão dos alunos com deficiência?



A pergunta: *Você tem suporte de profissionais especializados (intérprete de Libras, psicopedagogos, terapeutas, auxiliares) para auxiliar na inclusão dos alunos com deficiência?* Teve como resultados: 21,4% – Sim, sempre que necessário; 23,2% – Sim, mas nem sempre o

suporte está disponível; 28,6% – Raramente temos esse suporte; 26,8% – Não, nunca há suporte especializado disponível

Os dados revelam uma fragilidade significativa na oferta de suporte especializado nas escolas de Presidente Sarney - MA. Apenas 21,4% dos docentes afirmaram contar sempre com esse tipo de apoio, o que evidencia uma dificuldade estrutural na efetivação do modelo de educação inclusiva preconizado pela legislação brasileira.

Mais da metade dos professores (55,4%) indicam que raramente ou nunca contam com profissionais como intérpretes de Libras, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais ou auxiliares em sala de aula. Esse dado é preocupante, pois a presença de uma equipe multidisciplinar é essencial para garantir o pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiência, conforme estabelecem a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e os estudos de Mendes (2010).

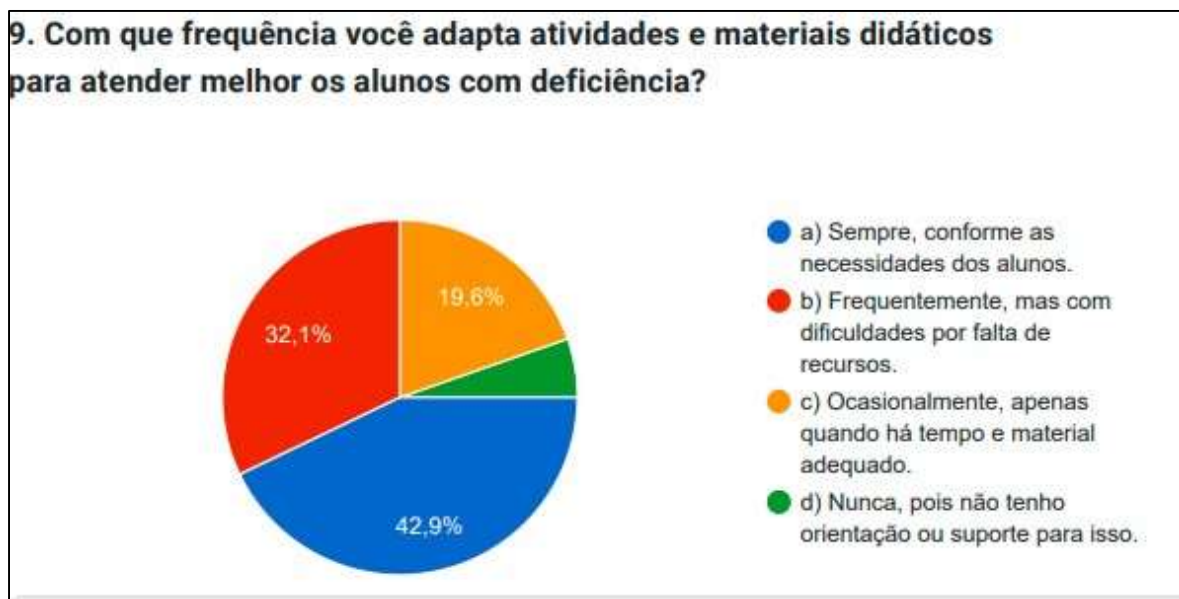
Segundo Sasaki (2009), a inclusão não pode ocorrer apenas com base na boa vontade dos professores; ela requer uma rede de apoio com profissionais capacitados, capazes de atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência e auxiliar na mediação pedagógica.

A ausência ou intermitência do suporte especializado, como apontam os 23,2% que dizem contar com esse apoio de forma irregular, compromete a qualidade do processo inclusivo. Essa realidade também reflete um descompasso entre as políticas públicas e sua efetiva implementação nas escolas, como discute Mantoan (2006).

Além disso, a falta de suporte técnico sobrecarrega os docentes, que muitas vezes precisam improvisar ou assumir funções para as quais não foram formados, comprometendo tanto o ensino inclusivo quanto o ensino regular.

A análise demonstra que a falta de profissionais especializados é um dos principais gargalos da educação inclusiva no município. Para que a política de inclusão seja efetiva, é necessário que as redes de ensino garantam o acesso contínuo a equipes interdisciplinares, respeitando os princípios da equidade e do direito à educação de qualidade para todos (UNESCO, 2017).

Figura 9. Com que frequência você adapta atividades e materiais didáticos para atender melhor os alunos com deficiência?



A pergunta: *Com que frequência você adapta atividades e materiais didáticos para atender melhor os alunos com deficiência?* Os resultados: 42,9% – Sempre, conforme as necessidades dos alunos; 32,1% – Frequentemente, mas com dificuldades por falta de recursos; 19,6% – Ocasionalmente, apenas quando há tempo e material adequado; 5,4% – Nunca, pois não tenho orientação ou suporte para isso

A análise revela um cenário ambíguo, em que a maioria dos professores reconhece a importância da adaptação, mas enfrenta barreiras estruturais e pedagógicas para realizar essas práticas de forma contínua e eficaz.

O fato de 42,9% dos professores declararem que sempre adaptam as atividades indica comprometimento com os princípios da educação inclusiva, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). No entanto, esse dado deve ser analisado com cautela: adaptar não significa necessariamente que as adaptações sejam pedagogicamente adequadas ou suficientes, sobretudo diante das 32,1% das respostas que apontam falta de recursos como dificultador.

Segundo Mantoan (2006), a adaptação curricular é uma das estratégias fundamentais para garantir a participação plena de alunos com deficiência. Ela não deve ser vista como um favor, mas como parte integrante do planejamento educacional em uma escola inclusiva.

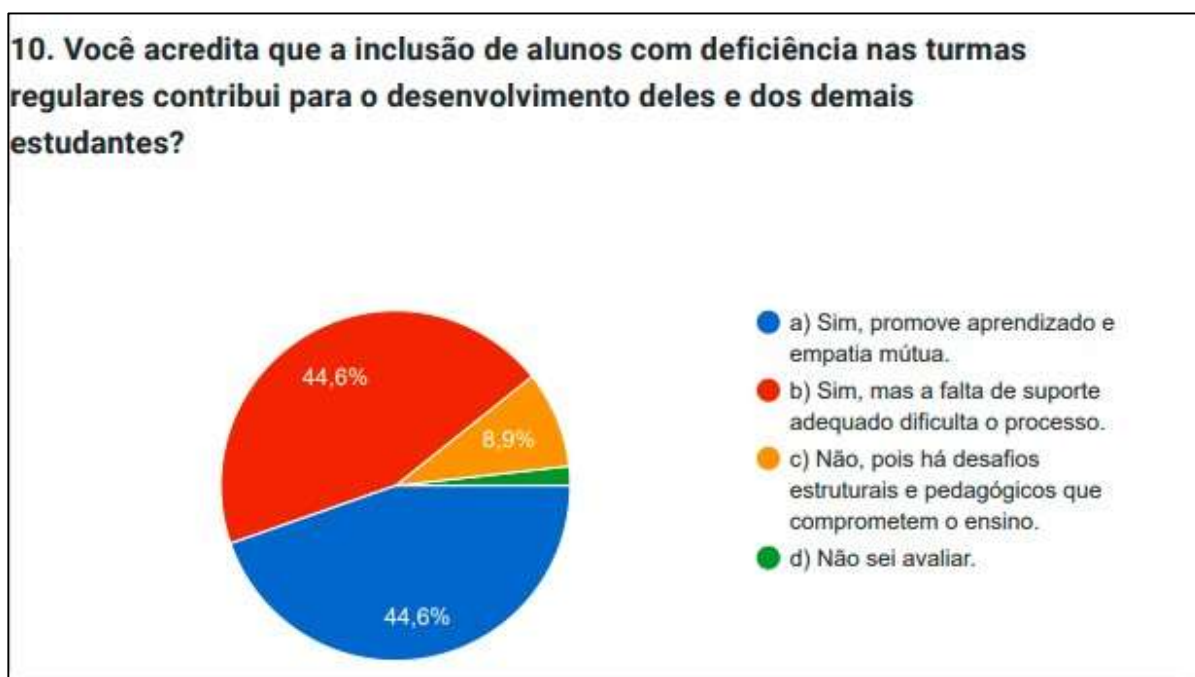
Além disso, 19,6% dos professores afirmam adaptar as atividades apenas ocasionalmente, o que revela uma prática excludente na rotina escolar, ainda baseada em condições materiais e temporais favoráveis. Isso contradiz o princípio da equidade defendido por Sasaki (2009), segundo o qual o ensino deve se moldar ao aluno — e não o contrário.

Mais preocupante, porém, é que 5,4% dos professores afirmaram nunca adaptar atividades, alegando falta de suporte ou orientação. Esse dado evidencia a lacuna formativa e institucional em garantir apoio técnico-pedagógico necessário para que os professores atuem de maneira inclusiva.

Oliveira (2016) destaca que, sem formação adequada e apoio sistemático, o professor tende a se sentir inseguro, o que impacta diretamente na qualidade da inclusão. Esse cenário confirma a importância de políticas públicas que promovam formação continuada e estratégias de apoio permanente no cotidiano escolar (Mendes, 2010).

A análise mostra que, embora muitos professores estejam empenhados em adaptar suas práticas, há um déficit estrutural e formativo que precisa ser superado. Para garantir o direito à educação de qualidade, as escolas devem investir em recursos acessíveis, formação docente e orientação técnica constante, promovendo a inclusão efetiva e cotidiana.

Figura 10. Você acredita que a inclusão de alunos com deficiência nas turmas regulares contribui para o desenvolvimento deles e dos demais estudantes?



A pergunta: *Você acredita que a inclusão de alunos com deficiência nas turmas regulares contribui para o desenvolvimento deles e dos demais estudantes?* Teve como resultados: 44,6% – Sim, promove aprendizado e empatia mútua; 44,6% – Sim, mas a falta de suporte adequado dificulta o processo; Não, pois há desafios estruturais e pedagógicos que comprometem o ensino; 1,9% – Não sei avaliar.

Os dados revelam uma visão amplamente positiva da inclusão entre os professores, mas marcada por tensões práticas. A maior parte dos docentes reconhece que a convivência entre alunos com e sem deficiência enriquece a experiência escolar, tanto do ponto de vista cognitivo quanto socioemocional.

A resposta de 44,6% dos professores que afirmam que a inclusão promove "aprendizado e empatia mútua" está alinhada com autores como Mantoan (2006), que defende que a educação inclusiva não beneficia apenas os alunos com deficiência, mas fortalece a cultura do respeito às diferenças, o senso de solidariedade e o desenvolvimento humano de toda a comunidade escolar.

Ao mesmo tempo, outros 44,6% também acreditam nos benefícios da inclusão, mas ressaltam que a ausência de suporte adequado compromete a efetividade. Esse dado aponta para uma contradição entre o discurso da inclusão e as condições reais de sua implementação, evidenciada também nas Figuras anteriores (como nas que trataram da infraestrutura, da formação docente e do apoio especializado).

De acordo com Mendes (2010), a inclusão sem suporte técnico e pedagógico resulta em sobrecarga docente e pode transformar uma política progressista em uma prática excludente, ainda que bem-intencionada. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que garantam os recursos, formações e profissionais necessários para uma inclusão efetiva.

Já os 8,9% que negam os benefícios da inclusão justificam-se pelas dificuldades estruturais e pedagógicas, o que evidencia uma visão crítica da realidade escolar, muitas vezes marcada por escassez de recursos e ausência de apoio institucional. Embora minoritária, essa percepção revela os desafios que persistem e a importância de ações concretas de suporte à prática inclusiva (Oliveira, 2016).

Por fim, os 1,9% que não souberam avaliar podem indicar falta de contato direto com a prática da inclusão ou ausência de formação teórica, o que reforça o argumento de que a formação docente deve contemplar, de forma obrigatória e contínua, os fundamentos da Educação Especial (Pletsch, 2009).

A inclusão é amplamente reconhecida pelos professores como benéfica, tanto para alunos com deficiência quanto para seus colegas. Contudo, essa percepção positiva não anula a consciência das fragilidades estruturais e pedagógicas que comprometem sua realização plena. A resposta institucional a esse cenário exige investimentos concretos em infraestrutura, formação e apoio técnico, assegurando que a inclusão seja mais do que um princípio: uma prática viável, eficaz e transformadora.

5.5.1 Análise geral dos professores voltadas aos objetivos da pesquisa

A análise dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados a 100 professores das escolas públicas de Presidente Sarney-MA revela aspectos centrais relacionados à implementação da Educação Especial inclusiva, evidenciando tanto avanços quanto desafios que impactam o processo de ensino-aprendizagem.

Formação Docente e Capacitação Contínua - Os resultados da Figura 1 indicam que apenas 25% dos professores recebem formação contínua e atualizada para atender alunos com deficiência, enquanto uma parcela significativa (33,9%) nunca recebeu qualquer formação específica sobre o tema. Tal cenário reforça o diagnóstico apontado por Pletsch (2009), que destaca a importância da formação docente como elemento essencial para o sucesso da inclusão, pois professores sem preparo adequado enfrentam dificuldades para promover práticas pedagógicas inclusivas eficazes.

Barreiras à Inclusão: Formação, Infraestrutura e Apoio Pedagógico - Conforme ilustrado na Figura 2, os principais obstáculos indicados são a falta de formação adequada (58,9%), infraestrutura inadequada (35,7%) e ausência de apoio pedagógico especializado (32,1%). Esses desafios corroboram a análise de Mantoan (2006), que ressalta que a inclusão escolar exige a articulação de múltiplos fatores, incluindo capacitação, recursos físicos e suporte técnico para assegurar a participação plena dos alunos com deficiência.

Condições Estruturais e Apoio Institucional - A percepção sobre a infraestrutura escolar (Figura 3) apresenta avaliação predominantemente negativa, com 42,9% considerando os recursos insuficientes e 7,1% muito deficientes, o que compromete a inclusão efetiva. Similarmente, a Figura 4 evidencia que o apoio da equipe gestora é muitas vezes limitado, fornecendo suporte apenas em situações pontuais para 35,7% dos professores. Esses dados evidenciam lacunas institucionais que dificultam o desenvolvimento de práticas inclusivas de qualidade, conforme alerta Oliveira (2016), para quem a gestão escolar desempenha papel fundamental na organização do ambiente e no suporte aos docentes.

Relações Interpessoais e Clima Escolar - Os dados da Figura 5 mostram que embora 37,5% dos professores percebam um ambiente de respeito e colaboração entre alunos com e sem deficiência, 21,4% ainda observam dificuldades na interação, indicando a persistência de barreiras sociais e atitudinais que precisam ser enfrentadas para consolidar a cultura inclusiva (Souza & Mazzotta, 2017).

Políticas Públicas e Recursos Necessários - A articulação das políticas públicas (Figura 6) é vista como moderadamente eficiente por 48,2% dos docentes, mas um expressivo percentual indica ineficiência ou lacunas, evidenciando a necessidade de maior integração entre os níveis municipal e estadual para a efetivação das ações inclusivas (Gatti, 2018).

As medidas apontadas como mais urgentes (Figura 7) destacam a capacitação contínua (73,2%), a melhoria da infraestrutura (35,7%) e a contratação de profissionais especializados (33,9%), refletindo demandas reiteradas na literatura para o fortalecimento da inclusão (Moran, 2015).

Suporte Técnico e Adaptação Pedagógica - Quanto ao suporte de profissionais especializados (Figura 8), observa-se que mais da metade dos professores enfrenta dificuldade em contar com esse apoio de forma constante, o que limita a qualidade do atendimento. Além disso, a frequência da adaptação de atividades (Figura 9) mostra que, apesar do esforço docente, limitações de recursos e orientações dificultam a prática efetiva (Vygotsky, 2007).

Percepção sobre o Impacto da Inclusão - Por fim, a Figura 10 destaca que 89,2% dos professores reconhecem os benefícios da inclusão para o desenvolvimento dos alunos, porém ressaltam que a falta de suporte prejudica o processo. Essa percepção reforça o entendimento de que a inclusão é uma construção coletiva que exige condições adequadas para seu sucesso (Mantoan, 2006; Mendes, 2010).

Os dados confirmam que, embora exista um compromisso dos professores com a inclusão, desafios significativos ainda precisam ser enfrentados, sobretudo relacionados à formação continuada, infraestrutura adequada, suporte especializado e articulação eficiente das políticas públicas. A efetividade da Educação Especial inclusiva depende da conjugação desses fatores, alinhados a uma gestão escolar comprometida e a uma cultura escolar inclusiva.

5.6 Triângulação dos dados e análise geral

A triangulação dos dados obtidos por meio das entrevistas com gestores e pais, dos questionários aplicados a 100 professores e das observações em sala de aula permite uma análise integrada e profunda sobre a implementação da Política de Educação Especial em Presidente Sarney - MA. Os resultados revelam avanços importantes, mas também apontam desafios estruturais, pedagógicos e de gestão que ainda limitam a efetividade da inclusão escolar no município.

Em relação ao primeiro objetivo específico, que busca investigar como a política vem sendo implementada nas escolas, os dados demonstram uma adesão parcial às diretrizes inclusivas. Os gestores relataram esforços para promover o acolhimento e a participação das famílias, enquanto os pais reconheceram avanços no comportamento, autonomia e socialização dos alunos com deficiência. No entanto, muitos apontaram também ausência de suporte individualizado, escassez de especialistas e resistência de parte dos profissionais da educação, o que evidencia uma implementação fragmentada da política (Mantoan, 2006).

Quanto ao segundo objetivo, que trata da infraestrutura e acessibilidade, a triangulação mostra um cenário heterogêneo. Embora as observações apontem que a maioria das escolas possui rampas, salas amplas e banheiros adaptados – especialmente nas zonas urbanas –, os professores e pais indicaram limitações nos materiais acessíveis, recursos didáticos adaptados e tecnologias assistivas, o que compromete a plena inclusão. A presença de recursos físicos não garante, por si só, a acessibilidade pedagógica (Sasaki, 2010).

No que se refere ao terceiro objetivo, sobre a formação docente, a maioria dos professores relatou não ter recebido formação contínua ou especializada para o atendimento às necessidades educacionais específicas. A análise quantitativa revelou que 73,2% dos docentes consideram urgente a capacitação continuada, reforçando o que apontam os estudos de Lopes e Fabris (2013), que destacam a formação como condição essencial para a efetividade da inclusão.

O quarto objetivo, que avalia o papel das políticas públicas e sua articulação, foi evidenciado nos depoimentos dos gestores, que demonstram descompassos entre as diretrizes nacionais e a execução local, com falhas de articulação entre as esferas estadual e municipal. A percepção dos professores também indica que, embora existam políticas públicas, elas são pouco eficientes (30,4%) ou ineficazes (16,1%) na prática escolar cotidiana, o que vai ao encontro das críticas de Lima e Pletsch (2017) sobre a frágil operacionalização das políticas inclusivas no Brasil.

Por fim, em relação ao quinto objetivo, a triangulação possibilitou a formulação de estratégias que emergem dos próprios sujeitos da pesquisa. Pais, professores e gestores sugerem formação continuada, contratação de profissionais especializados, fortalecimento da rede de apoio escolar-familiar e melhoria na infraestrutura pedagógica e tecnológica. Essas recomendações se alinham com a perspectiva de inclusão defendida por Mantoan (2003), que exige transformações nas práticas, nas estruturas escolares e nas mentalidades que permeiam o sistema educacional.

Dessa forma, a triangulação dos dados permitiu não apenas confirmar padrões e identificar lacunas, mas também destacar boas práticas e possibilidades de avanço, contribuindo de maneira robusta para o alcance dos objetivos da pesquisa. A análise integrada evidencia a importância de uma abordagem sistêmica e intersetorial para garantir uma Educação Especial verdadeiramente inclusiva e equitativa.

CAPÍTULO 6.

APRESENTAÇÃO DA CONCLUSÃO FINAL E FUTURAS INVESTIGAÇÕES

O Capítulo 6 apresenta a conclusão final da pesquisa, sintetizando os principais resultados encontrados e refletindo sobre as implicações para a educação inclusiva. Destaca-se a importância da formação contínua dos professores, a adequação da infraestrutura escolar e o fortalecimento das políticas públicas para garantir uma inclusão efetiva. A pesquisa também revela a necessidade de uma maior conscientização e engajamento da comunidade escolar, incluindo as famílias, para promover a inclusão de alunos com deficiência. Além disso, são apontadas sugestões para aprimorar as práticas educacionais e superar os desafios identificados. Por fim, são indicadas possíveis direções para futuras investigações, sugerindo a exploração de novos modelos pedagógicos e a avaliação de políticas de inclusão em diferentes contextos educacionais.

6.1 Conclusão final

A presente pesquisa teve como objetivo central analisar os avanços e desafios na implementação da Política de Educação Especial no município de Presidente Sarney - MA, buscando compreender sua efetividade na promoção de uma educação inclusiva e propor estratégias para o aprimoramento do atendimento aos estudantes com deficiência. A partir de uma abordagem metodológica mista, que incluiu entrevistas com gestores e pais, aplicação de questionários a professores e observações em sala de aula, foi realizada a triangulação dos dados, possibilitando uma análise abrangente e aprofundada da realidade local.

Com base na triangulação dos dados, verificou-se que a implementação da Política de Educação Especial no município tem avançado em alguns aspectos, como o acolhimento, o esforço para adaptação dos espaços físicos e a disposição dos professores em incluir os alunos com deficiência nas atividades pedagógicas. A maioria das escolas visitadas apresenta estrutura adaptada, incluindo rampas de acesso, banheiros adaptados e espaços amplos e ventilados, especialmente nas zonas urbanas. Observou-se ainda uma relação positiva entre alunos com e sem deficiência, favorecida pela cultura de respeito e pela formação continuada dos docentes sobre temáticas de inclusão, ainda que de forma pontual.

Entretanto, a pesquisa também revelou desafios importantes, especialmente no que se refere à formação docente, aos recursos pedagógicos adaptados e ao suporte especializado. A maioria dos professores (73,2%) indicou que necessita de formação continuada, enquanto

apenas 25% afirmaram ter recebido formação específica e atualizada. A ausência de profissionais especializados, como psicopedagogos, tradutores de Libras e tutores escolares, também se mostra como um fator limitante para a efetiva inclusão, reforçando a necessidade de investimentos na contratação e capacitação desses profissionais.

Os dados também apontam que, apesar da infraestrutura escolar relativamente adequada em algumas unidades, os recursos didáticos adaptados ainda são escassos, o que impacta diretamente na qualidade da aprendizagem dos alunos com deficiência. Tanto os professores quanto os pais sinalizaram a necessidade de materiais adaptados, jogos pedagógicos e tecnologias assistivas. Essa carência limita o uso de metodologias inclusivas e dificulta a individualização do ensino, tão essencial para a heterogeneidade dos alunos com deficiência.

No que se refere à articulação das políticas públicas municipais e estaduais com as diretrizes nacionais, a percepção geral dos professores é de que essas políticas têm alcançado a escola de forma fragmentada. Apenas 5,3% dos professores consideram a política muito eficiente; 48,2% avaliam como moderadamente eficiente, enquanto 46,5% consideram-na pouco eficiente ou ineficaz. Isso reforça o que Lima e Pletsch (2017) apontam quanto às dificuldades de operacionalização das diretrizes inclusivas nas redes municipais.

Ao confrontar as hipóteses da pesquisa com os dados empíricos, verifica-se que: A primeira hipótese é confirmada parcialmente. Embora a infraestrutura física esteja razoavelmente adequada, faltam recursos especializados e suporte técnico pedagógico para uma inclusão efetiva; A segunda hipótese é confirmada. Os dados indicam uma formação insuficiente dos professores para lidar com a diversidade funcional dos alunos; A terceira hipótese também se confirma, pois, a carência de materiais adaptados e falhas estruturais pedagógicas comprometem o processo de inclusão; A quarta hipótese é confirmada com ressalvas. Há percepções positivas sobre as ações de inclusão, principalmente dos pais e alunos, mas essas são limitadas pela falta de suporte, formação e continuidade político-institucional.

Dessa forma, a pesquisa alcança seus objetivos ao demonstrar que, embora existam avanços significativos, especialmente no aspecto cultural e nas relações interpessoais, os desafios estruturais, formativos e gerenciais ainda são expressivos e precisam ser enfrentados por meio de ações concretas. É urgente a elaboração de um plano municipal de Educação Especial articulado com as diretrizes nacionais, que contemple investimentos em formação docente, contratação de profissionais especializados, aquisição de recursos didáticos adaptados e fortalecimento do diálogo com as famílias.

Recomenda-se também que haja continuidade das boas práticas identificadas durante as observações, como o acolhimento afetivo, a interação colaborativa entre alunos e a valorização das diferenças, pois elas são fundamentais para consolidar uma cultura inclusiva. Como

reforçam Mantoan (2003) e Sassaki (2010), a inclusão não se limita ao acesso físico, mas à garantia de participação, aprendizagem e desenvolvimento pleno.

Diante do exposto, recomenda-se que o município de Presidente Sarney invista em: formações continuadas e obrigatórias para todos os profissionais da educação; contratação de intérpretes de Libras, psicopedagogos e tutores escolares; ampliação e manutenção da infraestrutura escolar com foco na acessibilidade; aquisição de materiais pedagógicos inclusivos; e ações permanentes de sensibilização para a comunidade escolar e famílias. Além disso, urge que haja maior integração entre as políticas públicas federais, estaduais e municipais para garantir a efetividade e continuidade das ações inclusivas.

Como proposta de continuidade desta pesquisa, futuras investigações podem se debruçar sobre a experiência de inclusão de alunos com deficiências específicas, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência múltipla ou deficiência intelectual, aprofundando a análise das práticas pedagógicas mais eficazes para cada realidade. Outra vertente importante seria a avaliação longitudinal do impacto das políticas de formação docente na qualidade da inclusão, além de estudos comparativos entre diferentes municípios da região da Baixada Maranhense, buscando identificar padrões e boas práticas que possam ser replicados. Tais investigações contribuirão de forma significativa para o aprimoramento das políticas públicas de Educação Especial, ampliando as possibilidades de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Assim, espera-se que esta pesquisa contribua para a reflexão e a formulação de políticas mais equitativas, que assegurem o direito à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas condições ou deficiências, conforme preconizado na legislação brasileira e nos princípios da educação inclusiva.

Referências

- Ainscow, M. (2020). *Promoting inclusion and equity in education: Lessons from international experiences*. Routledge.
- Almeida, L., & Rocha, P. (2018). *Acessibilidade na Educação Especial: Avanços e desafios no Brasil*. Editora Universitária.
- Almeida, P., & Barbosa, C. (2017). Modelos de serviços multidisciplinares para a inclusão educacional: Uma análise de práticas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(2), 131-147.
- Almeida, P., & Santos, L. (2019). Acessibilidade arquitetônica nas escolas públicas: Desafios e avanços na educação inclusiva. *Revista de Educação e Inclusão*, 15(2), 101-115.
- APA (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* (7ª ed.). American Psychological Association.
- Araújo, L. (2019). Infraestrutura escolar e inclusão: desafios para a educação especial. *Revista Brasileira de Educação*, 24(3), 88-105.
- Artiles, A. J., Kozleski, E. B., & Waitoller, F. R. (2011). Inclusive education: Examining equity on five continents. *Harvard Education Press*.
- Ávila, C. R. (2019). *Educação inclusiva no Brasil: desafios e perspectivas*. Editora Universitária.
- Baptista, C. R. (2015). Inclusão e educação especial: desafios da formação de professores. *Revista Educação Especial*, 28(54), 279–292. <https://doi.org/10.5902/1984686X18431>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (4ª ed.). Edições 70.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei nº 9.394/1996).
- Brasil. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC/SEESP.
- Brasil. (2012). Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre o acesso à informação. Diário Oficial da União, 18 nov. 2011.
- Brasil. (2014). *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Ministério da Educação.
- Brasil. (2015). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
- Brasil. (2015). *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Presidência da República.
- Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União.

- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22(6), 723–742. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.22.6.723>
- Caldana, R. H. F., & Marinho-Araújo, C. M. (2017). A articulação entre as políticas públicas e a gestão escolar: contribuições para a inclusão educacional. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(4), 567–582. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000400006>
- Caldana, R. H., & Marinho-Araújo, C. M. (2017). A atuação da gestão escolar frente às políticas de inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(3), 343–358. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382017000300004>
- Capellini, V. L. M. F. (2017). *Gestão educacional e práticas inclusivas*. Araraquara: Junqueira & Marin.
- Carnoy, M., & Rhoten, D. (2002). What does globalization mean for educational change? *Comparative Education Review*, 46(1), 1–9. <https://doi.org/10.1086/338757>
- Carvalho, R. (2018). *Educação Especial no Paraná: um modelo de inclusão*. Editora Universitária.
- Carvalho, R. E. (2013). *Inclusão: O paradigma da diversidade* (8ª ed.). WVA Editora.
- Carvalho, R. E. (2017). *Educação inclusiva: Compreendendo melhor o tema*. Cortez.
- CAST – Center for Applied Special Technology. (2011). *Universal Design for Learning Guidelines version 2.0*. Wakefield, MA: Author.
- Costa, A. (2018). Políticas públicas de formação docente e a educação inclusiva. *Educação e Diversidade*, 13(1), 12-28.
- Costa, A., & Almeida, P. (2020). A atuação das secretarias municipais de educação na inclusão de alunos com deficiência: Desafios e avanços. *Educação e Diversidade*, 10(2), 132-145.
- Costa, M. (2017). Políticas públicas e inclusão escolar: um olhar sobre a realidade brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, 22(4), 45-67.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed.). Artmed.
- Cunha, F., & Ferreira, M. (2018). Políticas públicas de assistência social e inclusão escolar: Uma análise integrada. *Revista de Políticas Educacionais*, 12(3), 76-92.
- Cury, C. R. J. (2002). Educação e direitos humanos: fundamentos para uma política de educação inclusiva. *Educar em Revista*, (20), 69–77. <https://doi.org/10.1590/0104-406020022011>
- Denzin, N. K. (2009). *The research act: A theoretical introduction to sociological methods* (2ª ed.). Aldine Transaction.
- Dyson, A., & Millward, A. (2000). *Schools and special needs: Issues of innovation and inclusion*. Paul Chapman Publishing.

- Epstein, J. L. (2011). *School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools* (2nd ed.). Routledge.
- Fernandes, R. (2021). *Tecnologias assistivas na educação especial*. Editora Acadêmica.
- Ferreira, L., & Silva, P. (2020). Combate ao capacitismo: Uma análise do ambiente escolar inclusivo. *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, 16(3), 78-92.
- Ferreira, M. (2019). Desafios e estratégias para a formação de professores para a inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(3), 89-102.
- Florian, L. (2014). Reimagining special education: Why new approaches are needed. *British Journal of Special Education*, 41(4), 226–234. <https://doi.org/10.1111/1467-8578.12069>
- Gatti, B. A. (2018). Desafios da inclusão escolar: formação docente e políticas públicas. *Revista Educação e Realidade*, 43(2), 1-18. <https://doi.org/10.1590/2175-623682138>
- Gatti, B. A. (2018). *Educação inclusiva e políticas públicas: desafios e perspectivas*. Cortez.
- Gil, A. C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas.
- Glatzi, R., & Fernandes, N. (2020). *Práticas pedagógicas inclusivas: Desafios e possibilidades*. Artmed.
- Gomes, M. (2018). Transporte escolar inclusivo: desafios e perspectivas. *Revista de Políticas Educacionais*, 12(1), 45-63.
- Gomes, M., & Silva, E. (2018). Financiamento da educação especial: análise crítica das políticas públicas. *Revista de Políticas Educacionais*, 12(1), 45-63.
- Gomes, P., & Silva, A. (2019). Assistência social para alunos com deficiência: Uma abordagem interdisciplinar. *Revista de Serviço Social*, 25(4), 56-72.
- Gomes, S., & Souza, T. (2019). Inclusão escolar no Maranhão: um estudo sobre políticas e práticas educacionais. *Revista Maranhense de Educação*, 15(2), 123-138.
- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. (2023). *Boletim do IMESC apresenta dados positivos sobre a Educação Especial no Maranhão*. Disponível em: <https://radiotimbira.ma.gov.br/boletim-do-imesc-apresenta-dados-positivos-sobre-aeducacao-especial-no-maranhao/>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2022). *Censo Escolar da Educação Básica*. INEP.
- Kassar, P. (2019). Parcerias para a inclusão: A colaboração entre escolas, ONGs e empresas. *Revista de Educação e Inclusão Social*, 11(2), 234-249.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. de A. (2017). *Metodologia do trabalho científico* (7ª ed.). Atlas.
- Lemos, G., & Silva, A. (2018). A contribuição das empresas para a educação inclusiva. *Educação e Empreendedorismo*, 9(1), 45-60.

- Lima, E. S., & Pletsch, M. D. (2017). Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: desafios e contradições da implementação nos sistemas de ensino. *Revista Brasileira de Educação*, 22(69), 251–272. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226913>
- Lima, J. P., & Silva, A. M. (2019). O papel da família na inclusão escolar de alunos com deficiência. *Educação e Pesquisa*, 45(2), 323-337.
- Lima, L., & Pereira, F. (2020). A relação entre saúde e educação na inclusão escolar de alunos com deficiência. *Revista Brasileira de Saúde e Educação*, 19(3), 145-160.
- Lima, R. (2019). A formação dos professores para a educação inclusiva: Desafios e possibilidades. *Revista Educação Inclusiva*, 11(1), 45-59.
- Lima, R. (2020). *Educação inclusiva: Estratégias de ensino e práticas pedagógicas adaptativas*. Editora Cortez.
- Lopes, A. C., & Fabris, E. R. (2013). Formação de professores para a educação inclusiva: limites e possibilidades. *Educar em Revista*, (49), 89–108. <https://doi.org/10.1590/S010440602013000200006>
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (2013). *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas* (2ª ed.). EPU.
- Mantoan, M. T. E. (2006). *Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?* Moderna.
- Mantoan, M. T. E. (2006). Políticas públicas de educação inclusiva no Brasil: avanços e desafios. *Revista Educação & Sociedade*, 27(96), 935–946. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300017>
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* Summus Editorial.
- Mantoan, M. T. E. (2017a). *Educação inclusiva: A questão dos índices* (4ª ed.). Cortez Editora.
- Mantoan, M. T. E. (2017b). *O combate ao capacitismo nas escolas: Desafios e soluções*. Cortez.
- Maranhão. (2014). Plano Estadual de Educação 2014-2024. São Luís, MA: Governo do Estado.
- Mazzotta, M. J. S. (2005). *Educação especial no Brasil: História e políticas públicas*. Cortez.
- MEC. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*.
- MEC. (2022). *Censo Escolar da Educação Básica*. Ministério da Educação.
- MEC. (2022). *Política Nacional de Educação Especial*. Ministério da Educação.
- Mendes, E. (2010). *Educação especial na perspectiva inclusiva*. Editora Contexto.
- Mendes, E. (2020). *Acessibilidade na escola: desafios e perspectivas*. Editora Contexto.
- Mendes, E. G. (2010). Educação inclusiva: construindo sistemas educacionais para todos. *Revista Educação Temática Digital*, 11(1), 26–40.

- Mendes, E. G. (2010). Educação inclusiva: construindo sistemas educacionais para todos. *Revista Educação Temática Digital*, 11(1), 26–40.
- Mendes, E. G. (2010). Formação de professores para a educação inclusiva. In R. E. Carvalho (Org.), *Inclusão: O paradigma da diversidade* (pp. 215–232). WVA Editora.
- Mendes, E. G. (2012). *Educação inclusiva: Construindo sistemas educacionais inclusivos*. Loyola.
- Meyer, A., Rose, D. H., & Gordon, D. (2014). *Universal design for learning: Theory and practice*. Harvard Education Press.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (14ª ed.). Hucitec.
- Ministério da Educação (MEC). (2020). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC.
- Ministério da Educação. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Secretaria de Educação Especial.
- Ministério Público do Estado do Maranhão. (2025). *PINHEIRO - Audiência pública debate medidas para melhorar assistência à saúde mental de crianças e adolescentes*. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/pinheiro-audiencia-publica-debate-medidaspara-melhorar-assistencia-a-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes/>
- Mittler, P. (2012). *Working towards inclusive education: Social contexts*. David Fulton Publishers.
- Moran, J. (2015). *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. Papirus.
- Neves, A. (2016). A educação cultural e social para alunos com deficiência. Artmed.
- Oliveira, A. C., & Scisci, A. (2014). Materiais pedagógicos acessíveis: práticas educativas inclusivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(4), 491–508. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000400007>
- Oliveira, D. A. (2016). *Educação inclusiva e formação docente: desafios e possibilidades*. Autêntica.
- Oliveira, M. C. (2010). Família e escola: Uma relação possível? In: *Família e escola: Uma aliança possível?* Papirus.
- Oliveira, M. C. (2011). A escola e a inclusão: O papel do gestor. *Cadernos de Educação*, 38(2), 97–112.
- Oliveira, M. C. (2011). Políticas públicas de educação especial: avanços e desafios. *Revista Educação Especial*, 24(40), 329–346. <https://doi.org/10.5902/1984686X>
- Oliveira, M. F. M., & Carvalho, C. L. (2017). O papel da gestão escolar na inclusão: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(1), 143-157.

<https://doi.org/10.1590/s1413-65382317000100009>

- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research & evaluation methods* (3ª ed.). Sage Publications.
- Pereira, A., & Almeida, T. (2021). Tecnologias assistivas e a inclusão escolar. *Revista de Inovação Educacional*, 18(2), 112-129.
- Pereira, F. (2020). A atuação das políticas de assistência social na inclusão educacional de alunos com deficiência. *Revista de Políticas Públicas*, 15(2), 50-65.
- Pereira, F. (2021). Psicologia educacional e a inclusão de alunos com deficiência. *Psicologia Escolar*, 30(4), 255-272.
- Pereira, J. (2020). Materiais didáticos adaptados e a aprendizagem de alunos com deficiência. *Revista Brasileira de Ensino*, 30(1), 88-102.
- Pinto, C. A. (2016). *A formação de pais e professores para a inclusão educacional*. Cortez.
- Pletsch, M. D. (2009). A formação de professores para o trabalho com a educação inclusiva: desafios e possibilidades. *Revista Educação Especial*, 22(35), 131–144. <https://doi.org/10.5902/1984686X>
- Rouso, H. (2007). A participação da família na educação escolar: desafios e possibilidades. *Revista Educação e Sociedade*, 28(99), 569-592. <https://doi.org/10.1590/S010173302007000300005>
- Santos, C. (2021). *Formação docente e práticas inclusivas: desafios na educação especial*. Editora Pedagógica.
- Santos, M. (2021). A importância da formação emocional e interpessoal para a educação inclusiva. *Psicologia e Educação*, 12(1), 67-80.
- Santos, P., & Costa, M. (2019). Saúde e educação na inclusão escolar: Parcerias e práticas de sucesso. *Revista de Educação e Saúde*, 8(1), 102-118.
- Sassaki, R. (2016). *Inclusão: um novo olhar sobre a educação especial*. Editora Plural.
- Sassaki, R. K. (2010). *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos* (8ª ed.). WVA.
- Sassaki, R. K. (2010). *Inclusão: Um guia para educadores*. WVA Editora.
- Schrag, Z. M. (2011). *The ethics of social research*. Routledge.
- Severino, A. J. (2017). *Metodologia do trabalho científico* (24ª ed.). Cortez.
- Silva, A., & Santos, P. (2020). Tecnologias assistivas no ensino de alunos com deficiência: Desafios e perspectivas. *Educação e Tecnologia*, 9(2), 123-138.
- Silva, E., & Oliveira, R. (2020). *Educação especial no Brasil: uma análise das políticas de inclusão*. Editora Contexto.

- Silva, J., & Gomes, L. (2020). Salas de Atendimento Educacional Especializado: avanços e desafios. *Revista Brasileira de Ensino*, 15(3), 98-117.
- Silva, M. A., & Souza, R. F. (2019). Políticas públicas e inclusão escolar: uma análise das práticas pedagógicas. *Cadernos de Educação*, 22(45), 112-130.
<https://doi.org/10.1234/ce.v22i45.1234>
- Silva, M. A., & Souza, R. F. (2019). Políticas públicas e inclusão escolar: uma análise das práticas pedagógicas. *Cadernos de Educação*, 22(45), 112-130.
<https://doi.org/10.1234/ce.v22i45.1234>
- Silva, T. (2019). A formação de professores e as metodologias ativas no contexto da inclusão escolar. *Revista de Pedagogia*, 24(3), 45-56.
- Silva, T. B. (2020). Educação, exclusão e desigualdade social: Um olhar crítico sobre as políticas públicas. *Educação & Sociedade*, 41, e199876.
<https://doi.org/10.1590/es.199876>
- Slee, R. (2011). *The irregular school: Exclusion, schooling and inclusive education*. Routledge.
- Sodré, M. S. (2017). *Políticas públicas de inclusão na educação: Desafios e perspectivas*. Editora Fiocruz.
- Souza, A. (2017). Comunidade escolar e inclusão: O papel da comunidade na valorização da diversidade. *Revista de Psicologia e Educação*, 8(2), 105-118.
- Souza, D. (2020). O papel das APAEs na educação especial no Brasil. *Revista Brasileira de Inclusão*, 7(1), 33-50.
- Souza, F., & Almeida, G. (2019). Acessibilidade escolar e infraestrutura inclusiva. *Educação & Sociedade*, 40(2), 65-82.
- Souza, M. C., & Mazzotta, M. J. (2017). A construção da cultura inclusiva nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, 22(70), 123-140.
- Souza, P. L., & Costa, T. (2018). A integração escola-família e seu impacto na educação inclusiva: Estudo de caso em escolas públicas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24(3), 345-358.
- Souza, R. (2021). *Políticas públicas de inclusão: Como a educação e assistência social podem promover a inclusão dos alunos com deficiência*. Cortez.
- Souza, T. (2018). A atuação das secretarias municipais de educação e a implementação da educação inclusiva. *Educação e Inclusão*, 14(1), 54-70.
- Stainback, S., & Stainback, W. (1999). *Inclusão: Um guia para educadores*. Artmed.
- UNESCO. (2017). *Guia para garantir a inclusão e a equidade na educação*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- UNESCO. (2020). *Inclusion and education: All means all*. UNESCO Publishing.

Vygotsky, L. S. (2007). *A formação social da mente*. Martins Fontes.

Vygotsky, L. S. (2007). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Martins Fontes.

APÊNDICE A

ENTREVISTAS COM OS GESTORES ESCOLARES

Perguntas abertas para as entrevistas com os gestores escolares, com o objetivo de investigar a implementação da Política de Educação Especial em Presidente Sarney, identificando avanços, desafios e a eficácia das estratégias de inclusão para alunos com deficiência:

1. **Como você avalia a implementação da Política de Educação Especial em sua escola? Quais foram os principais avanços desde a sua implementação?**
 - (Objetivo: Identificar como os gestores percebem o progresso da política de inclusão e os avanços conquistados na escola.)
2. **Quais dificuldades sua escola enfrenta para garantir a inclusão de alunos com deficiência? Como esses desafios impactam o ambiente escolar e o desempenho dos alunos?**
 - (Objetivo: Explorar as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas para implementar a inclusão efetiva, incluindo barreiras pedagógicas e estruturais.)
3. **Quais recursos e infraestrutura sua escola possui para atender os alunos com deficiência? Você acredita que esses recursos são suficientes para garantir a acessibilidade plena?**
 - (Objetivo: Analisar a disponibilidade de recursos materiais e estruturais nas escolas e se são adequados para a inclusão educacional.)
4. **Como a formação dos professores tem sido tratada em relação ao atendimento de alunos com deficiência? Quais estratégias de capacitação são realizadas para garantir um atendimento especializado?**
 - (Objetivo: Investigar a qualificação dos educadores para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência e as iniciativas de capacitação.)
5. **De que forma a gestão escolar tem envolvido as famílias e a comunidade no processo de inclusão educacional? Existe uma colaboração eficaz entre escola e família?**
 - (Objetivo: Avaliar o envolvimento da comunidade escolar e das famílias no processo de inclusão, buscando identificar a colaboração mútua e as ações realizadas.)
6. **Como você percebe a articulação entre as políticas públicas municipais e estaduais e a implementação da Educação Especial em sua escola? Existem dificuldades em alinhar essas políticas com a realidade local?**
 - (Objetivo: Compreender como as políticas públicas são aplicadas nas escolas e se há alinhamento entre as diretrizes estaduais, municipais e as necessidades locais.)
7. **Quais ações ou estratégias você acredita que poderiam ser adotadas para melhorar a Educação Especial em sua escola e garantir uma inclusão mais efetiva e justa para todos os alunos com deficiência?**
 - (Objetivo: Coletar sugestões práticas e recomendações dos gestores para aprimorar a Educação Especial, promovendo uma inclusão mais eficaz e equitativa.)

Essas perguntas têm como objetivo captar a visão dos gestores escolares sobre os avanços e os desafios na implementação da Política de Educação Especial, além de explorar as práticas e estratégias que eles consideram necessárias para uma educação inclusiva mais eficaz no município de Presidente Sarney.

APÊNDICE B

ENTREVISTAS COM OS PAIS DE ALUNOS

Perguntas abertas para as entrevistas com os pais de alunos, com o objetivo de capturar a percepção dos responsáveis sobre a implementação da Política de Educação Especial e os desafios e avanços na educação inclusiva no município de Presidente Sarney:

- 1. Como você percebe a inclusão do seu filho nas atividades escolares? Quais mudanças você notou desde a implementação da Política de Educação Especial nas escolas do município?**
 - (Objetivo: Avaliar a percepção dos pais sobre os avanços e mudanças na educação de seus filhos com deficiência, após a implementação das políticas de inclusão.)
- 2. Quais são os principais desafios enfrentados pelo seu filho para acessar a educação nas escolas públicas de Presidente Sarney? Você acredita que a escola está equipada para atender às necessidades dele?**
 - (Objetivo: Investigar as barreiras físicas, pedagógicas e sociais que os alunos com deficiência enfrentam no ambiente escolar.)
- 3. Você percebe alguma diferença na qualidade do atendimento oferecido ao seu filho em relação aos alunos sem deficiência? Quais aspectos você acredita que poderiam ser melhorados?**
 - (Objetivo: analisar a equidade do atendimento entre alunos com e sem deficiência, identificando áreas para melhoria.)
- 4. A escola oferece recursos adequados (como materiais didáticos, profissionais especializados, acessibilidade) para garantir a inclusão do seu filho? Quais recursos você acredita que ainda são necessários?**
 - (Objetivo: Avaliar a infraestrutura das escolas, recursos e apoio necessário para garantir a inclusão educacional de alunos com deficiência.)
- 5. Como você vê o papel dos professores e da equipe escolar no processo de inclusão do seu filho? Eles têm a formação necessária para lidar com as necessidades educacionais especiais?**
 - (Objetivo: avaliar a capacitação e o preparo dos educadores e sua capacidade de atender às necessidades dos alunos com deficiência.)
- 6. Você já foi consultado ou participou de alguma ação da escola para contribuir com a educação do seu filho? Como a escola tem envolvido as famílias no processo de inclusão escolar?**
 - (Objetivo: Compreender o nível de envolvimento da família na educação do aluno com deficiência e a colaboração escola-família no processo de inclusão.)
- 7. Quais mudanças ou melhorias você gostaria de ver na política de Educação Especial em Presidente Sarney para promover uma inclusão mais eficaz e justa para todos os alunos com deficiência?**
 - (Objetivo: Identificar sugestões e expectativas dos pais em relação à evolução da política educacional e à implementação de práticas mais inclusivas.)

Essas perguntas têm como objetivo captar a experiência dos pais sobre a eficácia da educação inclusiva, as barreiras e os avanços observados na implementação da Política de Educação Especial, e também sugerir possíveis melhorias para promover um atendimento mais inclusivo e equitativo para os alunos com deficiência.

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADOS COM PROFESSORES

Objetivo: Avaliar a implementação da Política de Educação Especial, identificando desafios, avanços, infraestrutura, formação docente e estratégias para aprimorar a inclusão.

- 1. Você recebeu formação específica para atender alunos com deficiência?**
 - a) Sim, formação contínua e atualizada.
 - b) Sim, mas considero insuficiente.
 - c) Não, mas já participei de capacitações esporádicas.
 - d) Não, nunca recebi formação sobre o tema.
- 2. Quais são as principais dificuldades enfrentadas na inclusão de alunos com deficiência em sala de aula? (Pode escolher até duas opções)**
 - a) Falta de formação adequada para o atendimento especializado.
 - b) Infraestrutura inadequada para acessibilidade.
 - c) Falta de apoio pedagógico especializado.
 - d) Dificuldade na adaptação de materiais e atividades.
 - e) Nenhuma dificuldade significativa.
- 3. Como você avalia os recursos e infraestrutura disponíveis em sua escola para garantir a inclusão dos alunos com deficiência?**
 - a) Excelentes, atendem plenamente às necessidades.
 - b) Bons, mas com algumas limitações.
 - c) Insuficientes, comprometendo a inclusão adequada.
 - d) Muito deficientes, prejudicando seriamente o ensino inclusivo.
- 4. De que forma a equipe gestora da escola apoia os professores na inclusão dos alunos com deficiência?**
 - a) Oferece formações, recursos e suporte contínuo.
 - b) Fornece alguns recursos e orientações básicas.
 - c) O apoio é limitado e ocorre apenas em situações pontuais.
 - d) Não há apoio efetivo por parte da gestão escolar.
- 5. Os alunos sem deficiência demonstram engajamento e respeito na convivência com colegas com deficiência?**
 - a) Sim, há um ambiente de respeito e colaboração.
 - b) Sim, mas ainda há casos de exclusão ou discriminação.
 - c) Não, percebo dificuldades na interação e na aceitação.
 - d) Não sei responder.
- 6. Como você avalia a articulação das políticas públicas municipais e estaduais na implementação da Educação Especial em sua escola?**
 - a) Muito eficiente, garantindo inclusão de qualidade.
 - b) Moderadamente eficiente, mas com desafios.
 - c) Pouco eficiente, deixando lacunas importantes.
 - d) Ineficiente, sem impacto significativo na prática.

- 7. Na sua opinião, quais medidas são mais urgentes para melhorar a Educação Especial em sua escola? (Pode escolher até duas opções)**
- a) Maior capacitação e formação continuada para professores.
 - b) Melhoria na infraestrutura e acessibilidade das escolas.
 - c) Contratação de mais profissionais de apoio e especialistas.
 - d) Adoção de materiais didáticos mais adaptados e inclusivos.
 - e) Aumento do envolvimento da comunidade e das famílias no processo inclusivo.
- 8. Você tem suporte de profissionais especializados (intérprete de Libras, psicopedagogos, terapeutas, auxiliares) para auxiliar na inclusão dos alunos com deficiência?**
- a) Sim, sempre que necessário.
 - b) Sim, mas nem sempre o suporte está disponível.
 - c) Raramente temos esse suporte.
 - d) Não, nunca há suporte especializado disponível.
- 9. Com que frequência você adapta atividades e materiais didáticos para atender melhor os alunos com deficiência?**
- a) Sempre, conforme as necessidades dos alunos.
 - b) Frequentemente, mas com dificuldades por falta de recursos.
 - c) Ocasionalmente, apenas quando há tempo e material adequado.
 - d) Nunca, pois não tenho orientação ou suporte para isso.
- 10. Você acredita que a inclusão de alunos com deficiência nas turmas regulares contribui para o desenvolvimento deles e dos demais estudantes?**
- a) Sim, promove aprendizado e empatia mútua.
 - b) Sim, mas a falta de suporte adequado dificulta o processo.
 - c) Não, pois há desafios estruturais e pedagógicos que comprometem o ensino.
 - d) Não sei avaliar.

APÊNDICE D**QUESTIONÁRIO PARA OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA**

Objetivo: Observar e analisar práticas pedagógicas, interações, acessibilidade e recursos disponíveis para alunos com deficiência, alinhando-se aos objetivos da pesquisa sobre a Política de Educação Especial em Presidente Sarney.

1. Caracterização da Turma:

- Nome da Escola: _____
- Ano/Série: _____
- Número total de alunos na sala: _____
- Número de alunos com deficiência na sala: _____
- Tipo de deficiência dos alunos (se identificado pela escola/professores):
 - Deficiência física
 - Deficiência auditiva
 - Deficiência visual
 - Deficiência intelectual
 - TEA (Transtorno do Espectro Autista)
 - Outra: _____

2. Interação Professor-Aluno

- O professor demonstra atenção e adaptação das explicações para alunos com deficiência?
 - Sempre
 - Frequentemente
 - Ocasionalmente
 - Nunca
- O professor utiliza materiais ou estratégias diferenciadas para atender às necessidades dos alunos com deficiência?
 - Sim, frequentemente
 - Sim, mas de forma esporádica
 - Não, mas tenta incluir verbalmente
 - Não há adaptação evidente
- O professor interage diretamente com os alunos com deficiência, incentivando sua participação?
 - Sim, constantemente
 - Sim, mas de forma limitada
 - Raramente
 - Nunca

3. Interação entre Alunos

- Os alunos sem deficiência interagem de forma inclusiva com os colegas com deficiência?
 - Sim, de forma espontânea e colaborativa
 - Sim, mas com incentivo do professor
 - Raramente
 - Há sinais de exclusão ou discriminação
- Os alunos com deficiência participam ativamente das atividades em grupo?
 - Sim, participam plenamente
 - Sim, mas com dificuldades
 - Não, geralmente ficam isolados
 - Não participam de atividades em grupo

4. Acessibilidade e Recursos Pedagógicos

- A sala de aula possui adaptações para acessibilidade (rampas, carteiras adaptadas, recursos visuais, sonoros, entre outros)?
 - Sim, totalmente adaptada
 - Parcialmente adaptada
 - Pouco adaptada
 - Não há adaptações
- O professor utiliza materiais didáticos acessíveis (braille, audiodescrição, Libras, recursos visuais diferenciados)?
 - Sim, frequentemente
 - Sim, mas de forma limitada
 - Não há materiais acessíveis na sala
- Há o apoio de profissionais especializados (intérprete de Libras, mediador escolar, psicopedagogo, etc.) durante a aula?
 - Sim, sempre presente
 - Sim, mas apenas em alguns momentos
 - Não há suporte disponível

5. Metodologia e Estratégias Inclusivas

- O professor utiliza metodologias inclusivas (ensino colaborativo, jogos educativos, tecnologia assistiva, entre outras)?
 - Sim, de forma consistente
 - Sim, mas ainda enfrenta dificuldades
 - Raramente
 - Nunca
- Como os alunos com deficiência respondem às estratégias pedagógicas utilizadas?
 - Demonstram aprendizado e engajamento
 - Mostram interesse, mas encontram dificuldades
 - Têm dificuldades de acompanhar as atividades
 - Não participam efetivamente

6. Comportamento e Bem-estar dos Alunos com Deficiência

- Os alunos com deficiência demonstram satisfação e conforto no ambiente escolar?
 - Sim, demonstram estar integrados e felizes
 - Sim, mas ocasionalmente parecem isolados
 - Frequentemente parecem desconfortáveis ou deslocados
 - Mostram sinais de frustração ou exclusão
- Há participação dos alunos com deficiência nas atividades extracurriculares ou recreativas?
 - Sim, com total integração
 - Sim, mas com algumas limitações
 - Raramente participam
 - Não participam

7. Desafios e Recomendações

- Quais desafios foram observados na inclusão dos alunos com deficiência em sala de aula?
 - Falta de capacitação dos professores
 - Falta de recursos e materiais adequados
 - Falta de acessibilidade no ambiente escolar
 - Dificuldade de interação entre alunos
 - Outros: _____ •
- Sugestões ou observações adicionais:
-
-
-

APÊNDICE E

Termo de Consentimento da escola

TERMO DE CONSENTIMENTO DA ESCOLA

A presente pesquisa contempla o projeto de pesquisa do Instituto de Educação Superior - ILUSES, no Mestrado em Ciências da Educação na área de Supervisão Pedagógica de convênio com a Escola Superior de Educação João de Deus – Lisboa/Portugal e se propõe a observar, fotografar e entrevistar os envolvidos no tema da pesquisa.

Na escola _____ de Ensino Fundamental. **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PRESIDENTE SARNEY: Avanços e Desafios na Construção de uma Educação Inclusiva.** Para este fim, os intervenientes (direção escolar, professores e pais de alunos) serão convidados a participar da referida pesquisa como voluntários com entrevistas e observações sobre o uso das estratégias desenvolvidas para a melhoria do ensino-aprendizagem. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo.

Entretanto, como estudo exploratório que se impõe, pede-se permissão para menção aos nomes ou imagens dos participantes quando estas se fizerem necessárias à comprovação dos dados e informações, sendo preservada a identificação e imagem dos sujeitos participantes, em quaisquer apresentações orais ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. A participação nesta pesquisa é voluntária e o (a) participante pode a qualquer momento interromper a sua participação, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa ACADÊMICA e ter tido oportunidade para esclarecer todas as minhas dúvidas, eu (DIRETOR) autorizo a utilização dos dados, informações e imagens da escola, enquanto Participante da pesquisa.

Eu__ autorizo a recolha, registo, tratamento e análise das respostas em questionários, depoimentos em entrevistas e conversas informais, bem como de imagens e documentos escolares relacionados exclusivamente ao fim desta pesquisa.

Presidente Sarney - MA, Brasil, 20 de abril de 2025

Direção Escolar

APÊNDICE F**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) *Influência Familiar no Desempenho Escolar: POLÍTICA DE*

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PRESIDENTE SARNEY: Avanços e Desafios na Construção de uma Educação Inclusiva., desenvolvido pelo *mestrando pesquisadora* – **Silvilene C. P. Ribeiro Araújo**. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Presidente Sarney, MA 20 de abril de 2025

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____